



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)  
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO  
ECOTONAL DO NORDESTE (TROPEN)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE (PRODEMA)  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)**

**LORENA MOURA SANTANA**

**PRAÇAS DE TERESINA, PIAUÍ: DIAGNÓSTICO, USOS E QUALIDADE DO  
ESPAÇO URBANO.**

**TERESINA  
2019**

LORENA MOURA SANTANA

**PRAÇAS DE TERESINA, PIAUÍ: DIAGNÓSTICO, USOS QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes

TERESINA  
2019

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

S232p Santana, Lorena Moura.  
Praças de Teresina, Piauí : diagnóstico, usos qualidade do  
espaço urbano / Lorena Moura Santana. – 2019.  
118 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio  
Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.  
“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Wilza Gomes Reis Lopes”.

1. Espaços Livres Públicos. 2. Praças. 3. Qualidade  
Ambiental. 4. Teresina. I. Título.

CDD 711

LORENA MOURA SANTANA

**PRAÇAS DE TERESINA, PIAUÍ: DIAGNÓSTICO, USOS E QUALIDADE DO  
ESPAÇO URBANO.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Prof. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes  
PRODEMA/UFPI  
Orientadora

---

Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa  
Universidade Estadual do Piauí – UESPI  
Membro Externo

---

Prof. Dra. Clarissa Gomes Reis Lopes  
Universidade Federal do Piauí – (PRODEMA/UFPI)  
Membro Interno

Teresina  
Julho de 2019

## AGRADECIMENTOS

“Talvez eu pense demais e a culpa seja minha. Mas talvez a ansiedade ensurdeça minha mente quando tudo está quieto demais. É por isso eu penso sem parar, para que ela não apareça”.

Este trecho do jovem poeta brasileiro João Doederlein, que está na parede do meu quarto e que eu li diariamente enquanto vivi estes últimos dois anos, me descreve completamente. Penso muito. Em tudo. Todo o tempo. Um misto de ansiedade com vontade de conquistar o mundo. Depois de muitas voltas, parei. E o mundo aos meus pés é formado de amor, pessoas singulares e palavras de um futuro bom. Por isso, inicio meus agradecimentos a Ele que criou o mundo e tudo o que nele habita. **Meu Deus**, Tu és bom demais comigo! Muito obrigada, por me abraçar, cuidar, acalmar e amar infinitamente. A Ti, toda honra e glória.

Aos meus pais, **Santana e Osmarina**, por serem meus pés no chão. Uma cabeça que pensa demais precisa não só de um norte, mas de raízes, e vocês são as mais fortes que eu poderia ter;

Ao meu irmão **Lucas**, por ser o meu coração fora de mim. Tudo o que é meu é seu. Sua integridade e simplicidade me fazem continuar acreditando que vale a pena fazer a diferença no mundo;

Ao meu irmão do coração **Allan** por ser meu outro eu. O que é controverso, mas só a gente entende;

À minha família (tios, primos, sobrinhos, afilhados - **João Miguel e Letícia**). Sou extremamente feliz por todo o afeto, atenção e incentivos que recebo;

À **Francisca** que há quase 20 anos cuida com carinho da nossa casa, de mim e do Lucas;

À família Dantas, em nome de **José Ferreira Dantas Filho**, meu “para sempre” chefe, pelo zelo e confiança depositados a mim e ao meu trabalho em sua empresa durante os últimos 7 anos;

À minha orientadora, arquiteta, urbanista, paisagista e professora **Wilza Lopes**, pela paciência, trocas, paciência novamente, um pouco mais de paciência e alegria de viver a vida. Aprendi muito, tenha certeza;

Ao geógrafo e professor **Antônio Façanha**, que me abriu os olhos para as mil possibilidades de estudar a cidade. Enquanto a linha do perímetro urbano crescer e as disparidades entre o rural e o urbano existirem, há algo para ser investigado;

À professora **Giovanna Mira**, que ao tentar fugir do urbano, me permitiu o encaixar de ideias desta pesquisa. Obrigada pelo encontro;

À professora **Laudenides Pontes** pelas contribuições na qualificação ao compartilhar suas vivências de infância e adolescência nas praças de Teresina;

Ao geógrafo e professor **Carlos Rerisson** pelos ensinamentos de resiliência, que ele não acredita (ainda) possuir.

À arquiteta, urbanista e professora **Neuza Melo**, por pegar na minha mão nos períodos da faculdade de Arquitetura e Urbanismo e apresentar uma nova perspectiva de a diferença: a pesquisa.

À minha **turma (2017-2019) querida!** Tenho por cada um, um amor especial. Quero crescer mais ao lado de vocês e com vocês. Aieska, Fabrício, Filipy, Jussara e Patrícia, obrigada por dividirem comigo, de forma mais intensa, o processo e o resultado das próximas páginas;

Ao **Zezinho**, anjo do TROPEN! Você tornou a caminhada mais leve.

À **coordenação** do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente por se empenhar dia e noite pela qualidade do nosso programa;

À todos os **docentes** do MDMA, pela dedicação e troca de experiências;

À inesquecível professora **Socorro Lira**, por sua autenticidade em tudo o que realizou;

Ao **Seu Raimundo**, sempre com um sorriso no rosto ao nos receber no TROPEN;

À **Elayne Figueredo** por sua contribuição na confecção dos mapas desta pesquisa;

À **Alana Saunders** por me socorrer sempre que eu mandei um “whatsapp” desesperada;

Ao **Fernando Filho** por seu carinho e preocupação comigo e com esta pesquisa.

À **CAPES** pelo apoio à Pós-Graduação no Piauí, na UFPI e a esta pesquisa;

Ao curso de **Arquitetura e Urbanismo da UFPI**, onde realizei o estágio à docência na disciplina de **Paisagismo I** e aos “meus” alunos do 6º período de 2018.2 por permitirem que eu fizesse parte de alguma parte desta caminhada. Aprendi bem mais do que pude, de alguma forma, ensinar;

Aos **pesquisadores** de todas as áreas! A ciência existe porque acreditamos nela e buscamos respostas para formular novas perguntas! O caminho é tortuoso, mas é extremamente recompensador;

Aos **meus amigos**! Cada um com seu jeito, coração, alma e que me tornam alguém melhor. Tenho muitos e sou grata. Vocês tornam meus dias leves. Obrigada por celebrarmos a vida em cada episódio que vivemos.

À minha querida **Teresina**. Defendo-te por onde eu vou! Trabalharei para contribuir para um desenvolvimento mais honesto, sustentável, para os cidadãos e acessível. O calor que aqui incide, aquece muitos corações;

Por fim, mas não o fim, desejo que esta pesquisa contribua para que os espaços livres públicos urbanos das cidades, em especial as praças, possam ser valorizados e percebidos pelos cidadãos e pela gestão pública. Quando eu sento no banco de uma praça, sinto que a cidade me abraça e que eu sou uma porção dela. É assim que consigo expressar meu sentimento mais sincero ao estudá-las e usá-las. E é por isso também, que não pretendo parar aqui. O **meio ambiente**, do qual as cidades **fazem parte**, clama por pessoas conscientes e que promovam a paz.

*Talvez o maior infortúnio do ser humano, tenha sido, em algum momento da sua jornada, ter acreditado ser o centro da criação. Nossa inteligência nos proporcionou muitas conquistas. Conseguimos um certo domínio sobre a matéria e com isso passamos a agir como se a natureza existisse somente para nos servir. O ego, enquanto símbolo da individualidade, tomou conta da nossa experiência na Terra. Essa visão limitada nos conduziu ao esquecimento de quem somos e do que viemos fazer aqui. E hoje sofremos uma profunda doença chamada egoísmo, que nos leva a manifestar um grau insustentável de desrespeito à natureza e aos outros seres humanos, além de uma profunda ignorância em relação ao significado da vida.*

**Sri Prem Baba – Propósito: A coragem de ser quem somos.**

*Às vezes eu sento no banco do praça.  
Observo as pessoas, andarem de lá para cá.  
Um sorriem, outras de cara amarrada e outras sem expressão alguma.  
As crianças parecem ser seres de outro mundo.  
Estas sempre estão com a mesma expressão no rosto, sonhando.  
O engraçado que sonhar quando se é adulto torna-se tão complicado.  
Se não sonhamos caindo de algum lugar, sonhamos estar sendo perseguido por alguém.  
E na realidade os sonhos nem tem o mesmo nome.  
Acordamos e dizemos: Hoje eu tive um pesadelo.  
O nosso sonhar hoje é pousar nossa cabeça sobre a cama e ao acordar, não se ter lembrança alguma na mente.  
Uma imensidão branca sobre a cabeça. E dessa maneira acordamos felizes.  
As crianças não. Elas estão sempre sonhando. Mesmo estando acordadas ou dormindo.  
Sonham em brincar o dia todo, sonham estar arrodada de doces da padaria.  
Sonham em ter os pais ao seu lado o dia todo.  
Ao levantar do meu banco, eu percebo.  
Hoje eu também não sonhei. Mas o meu sonho agora é uma meta: seguir em frente sorrindo”.*

**Ângela Flores**

## RESUMO

As praças, tipologias de espaços livres públicos urbanos, são *locus* da vida cotidiana e palco das mais diversas manifestações sociais. Atuam nas cidades como elementos organizadores da forma urbana ao unirem destinos importantes e atraírem pessoas e atividades para o seu perímetro e entorno. Concentram as principais iniciativas de arborização das metrópoles brasileiras contribuindo assim, diretamente para a qualidade do espaço urbano, pois valorizam estética e ambientalmente o lugar em que estão inseridas. Motivada pela discussão do espaço público como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades, esta pesquisa analisa os aspectos morfológicos, culturais e ambientais de praças de Teresina, Piauí, com a finalidade de compreender qual o papel que estes espaços exercem atualmente no tecido urbano da capital. Fazem parte desta pesquisa oito praças teresinenses, localizadas nos bairros que integram as quatro regiões administrativas da cidade, onde as Superintendências de Desenvolvimento Urbano – SDUs, as gerenciam e mantêm. A operacionalização desta pesquisa contou com abordagens: a) quantitativas, ao levantar o número oficial de praças existentes em Teresina e a infraestrutura presente nas oito praças que compõem este estudo b) descritiva, ao caracterizar a situação geral das praças do recorte, descrição as atividades, usos e apropriações percebidas através da observação direta nos espaços e apresentadas na forma de mapeamento comportamental e c) qualitativa, por apresentar as percepções da pesquisadora sobre o mobiliário existente nas praças e a discussão qualidade proporcionada por estes espaços livres públicos para a dimensão da vida coletiva em Teresina, relacionando aspectos populacionais e de renda dos bairros em que estão inseridas. Dentre os resultados, constatou-se que as praças perderam sua função primeira de local de encontro, permanência e conexão com os demais espaços da cidade, por estarem vazias por longos períodos de tempo durante o dia. O comércio formal e informal que se instala nestas e nas proximidades, faz com que estes sejam lembrados pela população como lugares de passagem ou com fins específicos relacionados ao comércio alimentício, principalmente. A Prefeitura Municipal não disponibiliza o número oficial de praças da cidade, mas mantém um documento público intitulado “Teresina GEO”, no site da Secretaria Municipal de Planejamento, que atualiza, ao tempo que são levantadas, o quantitativo e localização das áreas verdes existentes na capital, categoria utilizada pela prefeitura que engloba as praças da cidade. Não há identificação em seis dos oito espaços estudados. Há praças descaracterizadas ou sem manutenção. Todas possuem exemplares arbóreos e as sombras proporcionadas garantem permanência, mesmo que em curtos períodos de tempo. Medo, violência, segregação e o clima quente e seco da cidade são elementos que surgiram ao longo da pesquisa e que revelam ser importante a reflexão destes aspectos no que tange o distanciamento dos teresinenses aos espaços públicos em questão. Por fim, constatou-se que as praças localizadas em bairros com menor faixa de renda apresentam usos mais diversificados por serem os únicos equipamentos existentes para atividades de lazer, reuniões, apresentações e manifestações religiosas, já que estão intimamente ligadas ao surgimento das igrejas.

**Palavras-Chave:** Espaços Livres Públicos. Praças; Qualidade Ambiental; Teresina.



## ABSTRACT

The squares, typologies of urban public free spaces, are locus of everyday life and stage of the most diverse social manifestations. They act in cities as organizing elements of the urban form by uniting important destinations and attracting people and activities to their perimeter and surroundings. They concentrate the main afforestation initiatives of the Brazilian metropolises, thus contributing, directly, to the quality of the urban space, as they value aesthetically and environmentally the place in which they are inserted. Motivated by the discussion of public space as a fundamental element for the sustainable development of cities, this research analyzes the morphological, cultural and environmental aspects of squares of Teresina, Piauí, in order to understand what role these spaces currently play in the urban fabric of the city. capital. Eight teresinese squares are part of this research, located in the neighborhoods that integrate the four administrative regions of the city, where the Urban Development Superintendences - SDUs, manage and maintain them. The operationalization of this research had the following approaches: a) quantitative, by raising the official number of existing squares in Teresina and the infrastructure present in the eight squares that compose this study b) descriptive, by characterizing the general situation of the squares of the cut, description the activities , uses and appropriations perceived through direct observation in the spaces and presented in the form of behavioral mapping and c) qualitative, for presenting the researcher's perceptions about the furniture in the squares and the quality discussion provided by these public free spaces for the dimension of collective life. Teresina, relating population and income aspects of the neighborhoods in which they operate. Among the results, it was found that the squares lost their primary function of meeting place, permanence and connection with other spaces of the city, because they are empty for long periods of time during the day. The formal and informal commerce that is installed in these and nearby, makes these are remembered by the population as places of passage or for specific purposes related to the food trade, mainly. The City Hall does not provide the official number of squares in the city, but maintains a public document entitled "Teresina GEO", on the website of the Municipal Planning Department, which updates, as they are surveyed, the quantity and location of existing green areas in the city. capital, a category used by the city hall that encompasses the city's squares. There is no identification in six of the eight spaces studied. There are uncharacterized or maintenance-free squares. All have arboreal specimens and the shadows provided guarantee permanence, even in short periods of time. Fear, violence, segregation and the hot and dry climate of the city are elements that emerged throughout the research and reveal that it is important to reflect on these aspects regarding the distancing of Teresinenses to the public spaces in question. Finally, it was found that the squares located in lower income neighborhoods have more diversified uses as they are the only existing equipment for leisure activities, meetings, presentations and religious manifestations, as they are closely linked to the emergence of churches.

**Keywords:** Public Free Spaces. Squares; Environmental Quality; Teresina

## LISTA DE FIGURAS

|   |         |
|---|---------|
| <b>Figura 1</b> – Áreas urbanizadas do Brasil 2015.....   | 27      |
| <b>Figura 2</b> – Típica rua de Bangladesh na Índia, em 1960 .....  | 39      |
| <b>Figura 3</b> – Rua e calçada de Manhattan, Nova York, 2007.....  | 40      |
| <b>Figura 4</b> – As ruas ligam pontos de interesse.....  | 40      |
| <b>Figura 5</b> – Dificuldade do pedestre em atravessar uma avenida em Dubai.....                             | 41      |
| <b>Figura 6</b> – Piazza del Campo, Siena, Itália – praça medieval.....                                       | 44      |
| <b>Figura 7</b> – Piazza del Campidoglio, Roma, Itália – praça renascentista.....                             | 45      |
| <b>Figura 8</b> – Terreiro de São Francisco, Salvador, BA.....  | 47      |
| <b>Figura 9</b> – Pátio de São Pedro, Recife, PE .....  | 47      |
| <b>Figura 10</b> – Passeio público, Rio de Janeiro, RJ, 1862.....   | 47      |
| <b>Figura 11</b> – Praça Carlos Gomes, Campinas, SP .....   | 48      |
| <b>Figura 12</b> – Praça dos Correios, Teresina, PI .....   | 49      |
| <b>Figura 13</b> – Esquema de praças conformadas por uma via .....  | 50      |
| <b>Figura 14</b> –Esquema de praças conformadas por duas vias.....  | 51      |
| <b>Figura 15</b> – Esquema de praças conformadas por três vias.....   | 52      |
| <b>Figura 16</b> - Esquema de praças conformadas por quatro vias.....   | 52      |
| <b>Figura 17</b> - Esquema de praças conformadas por cinco vias.....  | 53      |
| <b>Figura 18</b> – Divisão administrativa da área urbana de Teresina.....                                     | 64      |
| <b>Figura 20</b> – Mapeamento do quantitativo de praças por bairro em Teresina, Piauí.....                    | 70      |
| <b>Figura 21</b> – Relação da população de Teresina (2010) com a quantidade de praças por bairro (2018) ..... | 74      |
| <b>Figura 22</b> – Mosaico de imagens da praça Anita Ferraz.....  | 86      |
| <b>Figura 23</b> – Mosaico de imagens da praça Jornalista Caslos Castelo Branco.....                          | 87      |
| <b>Figura 24</b> – Mosaico de imagens da praça dos Correios.....  | 90      |
| <b>Figura 25</b> – Mosaico de imagens da praça do Renascença I.....   | 91      |
| <b>Figura 26</b> – Mosaico de imagens da praça da igreja de São Judas Tadeu.....                              | 93 e 94 |
| <b>Figura 27</b> – Mosaico de imagens da praça Jornalista Paulo de Tarso.....                                 | 94      |
| <b>Figura 28</b> – Mosaico de imagens da praça Prefeito João Mendes.....                                      | 97      |
| <b>Figura 29</b> – Mosaico de imagens da praça Nossa Senhora de Guadalupe.....                                | 98      |
| <b>Figura 30</b> – Inserção urbana da praça Jornalista Carlos Castelo Branco.....                             | 110     |
| <b>Figura 31</b> – Inserção urbana da praça Nossa Senhora de Guadalupe.....                                   | 110     |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 32</b> – Mapa comportamental para praça Jornalista Carlos Castelo Branco usos e atividades – manhã..... | 111 |
| <b>Figura 33</b> - Mapa comportamental para praça Jornalista Carlos Castelo Branco usos e atividades – tarde..... | 112 |
| <b>Figura 34</b> - Mapa comportamental para praça Jornalista Carlos Castelo Branco usos e atividades – noite..... | 112 |
| <b>Figura 35</b> - Mapa comportamental para praça Nossa Senhora de Guadalupe de usos e atividades – manhã.....    | 113 |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Tabela 1</b> – Mobiliário existente nas praças - SDU Leste .....        | 86 |
| <b>Tabela 2</b> – Mobiliário existente nas praças - SDU Sudeste .....      | 88 |
| <b>Tabela 3</b> – Mobiliário existente nas praças - SDU Centro/Norte ..... | 91 |
| <b>Tabela 4</b> – Mobiliário existente nas praças - SDU Sul .....          | 95 |

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 01</b> – Componentes da paisagem segundo os ambientes natural e construído.....             | 22  |
| <b>Quadro 02</b> – Síntese das conexões entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável..... | 33  |
| <b>Quadro 03</b> – Setores gerais e áreas ligadas a cada dimensão da sustentabilidade.....            | 37  |
| <b>Quadro 04</b> – Períodos das praças públicas no contexto urbano brasileiro e suas funções .....    | 46  |
| <b>Quadro 05</b> – Contribuições da vegetação para a melhoria do ambiente urbano.....                 | 55  |
| <b>Quadro 06</b> – Componentes da qualidade ambiental urbana.....                                     | 59  |
| <b>Quadro 07</b> – Dados gerais das praças que compõem a pesquisa.....                                | 85  |
| <b>Quadro 08</b> – Caracterização do objeto de estudo.....  | 108 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| BNH      | Banco Nacional de Habitação                                  |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  |
| COHAB    | Companhia de Habitação Popular                               |
| CTA      | Consórcio Teresina Ambiental                                 |
| DS       | Desenvolvimento Sustentável                                  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística              |
| ODS      | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável                     |
| ONU      | Organização das Nações Unidas                                |
| PET      | Plano Estrutural de Teresina                                 |
| PMT      | Prefeitura Municipal de Teresina                             |
| PNDR     | Política Nacional de Desenvolvimento Regional                |
| PRODEMA  | Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente |
| SDU      | Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Teresina       |
| SEMPPLAN | Secretaria Municipal de Planejamento                         |
| SEMAM    | Secretaria Municipal de Meio Ambiente                        |
| UICN     | União Internacional para a Conservação da Natureza           |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 15 |
| <b>2 LEITURA DA PAISAGEM URBANA</b> .....  | 21 |
| 2.1 A paisagem urbana e seus componentes.....  | 21 |
| 2.2 Urbanização brasileira recente e cidade contemporânea: breve discussão.....                        | 25 |
| 2.3 Sustentabilidade urbana: uma nova agenda para as cidades.....                                      | 32 |
| <b>3 OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA</b> .....                      | 37 |
| 3.1 Os espaços livres públicos e a cidade.....   | 37 |
| 3.2 Praças públicas: evolução histórica, classificação e usos.....                                     | 44 |
| 3.3 Arborização urbana e a vitalidade do espaço livre público.....                                     | 53 |
| 3.4 Qualidade de vida e qualidade ambiental: pilares para o conceito de qualidade de vida urbana ..... | 57 |
| <b>4 O PAPEL DAS PRAÇAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA, PIAUÍ</b> .....        | 61 |
| 4.1 Introdução.....  | 62 |
| 4.2 O espaço urbano atual de Teresina, Piauí: retrospectiva e conformação atual.....                   | 63 |
| 4.3 Metodologia.....   | 68 |
| 4.4 Resultados e discussões.....   | 68 |
| 4.5 Considerações finais.....  | 75 |
| Referências.....   | 77 |
| <b>5 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO GERAL, USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS EM TERESINA, PIAUÍ</b> .....           | 79 |
| 5.1 Introdução.....  | 80 |
| 5.2 As praças e suas funções.....  | 81 |
| 5.3 Metodologia de abordagem qualitativa e quantitativa do espaço livre público.....                   | 82 |
| 5.4 Resultados e discussões.....   | 83 |
| 5.4.1 Praças Anita Ferraz e Jornalista Carlos Castelo Branco – SDU Leste.....                          | 86 |
| 5.4.2 Praças dos Correios e do Renascença I – SDU Sudeste.....   | 88 |
| 5.4.3 Praças da igreja de São Judas Tadeu e Jornalista Paulo de Tarso – SDU Centro/Norte.....          | 91 |
| 5.4.4 Praças Prefeito João Mendes e Nossa Senhora de Guadalupe – SDU Sul.....                          | 95 |
| 5.5 Considerações finais.....  | 98 |

|   |            |
|---|------------|
| Referências.....  | 100        |
| <b>6 A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE NOS ESTUDOS URBANOS: MAPEAMENTO<br/>COMPORTAMENTAL DE PRAÇAS EM TERESINA, PIAUÍ..102</b> |            |
| 6.1 Introdução.....   | 104        |
| 6.2 Apropriação do espaço público na cidade contemporânea.....  | 106        |
| 6.3 Metodologia.....  | 108        |
| 6.4 Resultados e discussões.....  | 110        |
| 6.4.1 Praça Jornalista Carlos Castelo Branco.....   | 110        |
| 6.4.2 Praça Nossa Senhora de Guadalupe.....   | 113        |
| 6.5 Considerações Finais.....   | 114        |
| Referências.....  | 115        |
| <b>7 CONCLUSÕES.....</b>  | <b>117</b> |
| <b>APÊNDICES</b>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  |            |

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização e urbanização das cidades, desencadeado pela Revolução Industrial, fez com que o homem deixasse o meio rural para se estabelecer no meio urbano. A cidade tornou-se, assim, polo de atração, o que levou ao aumento de sua população e, conseqüentemente, da demanda por mais espaços necessários para abrigar tal contingente populacional. O crescimento e expansão de áreas edificadas, como também, de espaços não construídos nas cidades, tinham como objetivo suprir as necessidades dos habitantes, voltadas para o habitar, trabalhar, estudar, se locomover e ter acesso ao lazer, garantindo, assim, qualidade de vida à sociedade.

A principal característica do ambiente urbano, segundo Ramos (1997), seria a concentração, tanto de pessoas, capital, tecnologias, bancos, fábricas, mercados, reunidos em função do processo produtivo, com a finalidade de gerar lucro, o maior princípio do capitalismo. As cidades, para o mesmo autor, “tornaram-se *locus* da produção e da reprodução do capital e da força de trabalho; da acumulação e da concentração; de serviços os mais variados” (RAMOS, 1997, p.55).

Assim, é ímpar destacar que nas cidades brasileiras, a expansão do território ocorreu de forma acelerada, desde a década de 1940. Na visão de Rolnik (2009), isto contribuiu para um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia no mundo, pois, em 40 anos, a população brasileira, predominantemente rural, tornou-se majoritariamente urbana. Entre as conseqüências desse crescimento, podem ser citadas a diferenciação e segregação dos espaços, concentração populacional nas metrópoles, adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado, como na fronteira de recursos naturais e perda da qualidade de vida urbana, outrora associada ao crescimento das áreas edificadas.

Neste sentido, Magnani (2002, p.12) aponta, como problemas urbanos, a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a conseqüente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc”, e que os fatores desordenados de crescimento, contribuem para o caos urbano e a ruptura de estruturas físicas, culturais e sociais até então consolidadas (MAGNANI, 2002).

Além destes, outros problemas surgiram em decorrência e em paralelo com os anteriores, tais como, a utilização inapropriada dos recursos naturais, que alimentam o problema da degradação ambiental, falta de moradia, desigualdades, exclusão social e a



descaracterização dos espaços públicos urbanos, que englobam as mudanças em sua morfologia, tipologia e na dinâmica de funções e usos, todos derivados dos processos capitalistas que antagonicamente, aceleram a vida urbana e isolam territórios e pessoas.

Assim, a cidade, ímã que atrai, reúne e concentra pessoas e possibilidades, de acordo com Rolnik (2012), é formada por espaços naturais, que não sofreram intervenções e espaços construídos, que aglomeram pessoas e potencializam a capacidade produtiva da sociedade. Espaços construídos são entendidos como espaços habitados pelo homem e modificados por ações antrópicas abrangendo então, áreas urbanas e rurais. Dentre estes espaços se destacam áreas edificadas e espaços abertos de uso público, como as praças, objeto de estudo desta pesquisa (FERREIRA, MORETTI, 2014).

Na visão de Lay e Reis (2002, p. 25), “[...] os espaços abertos coletivos deveriam ser o lugar comum, onde residentes têm a oportunidade de realizar as atividades recreacionais e funcionais que propiciam vínculos entre a comunidade”, mas observa-se que, muitas vezes, não são valorizados, como deveriam, pela gestão pública e nem pela população.

Para Costa, *et al.* (2009, p. 53), os espaços livres, sejam eles,

públicos e privados, permeáveis e impermeáveis abrigam os movimentos e as paradas de coisas e pessoas. Têm como finalidade a sustentabilidade biofísica e social dessas atividades. São lugares onde todos podem passar, neles permanecer, andar e contemplar e trazem a sensação do bem-estar individual e coletivo, podendo até transformar a cidade.

As ruas, praças, parques, pátios, quintais, jardins, lotes vagos, estacionamentos descobertos, áreas verdes, orlas, rios e represas, classificação de Constantino e Matos (2016) para os espaços livres públicos urbanos, são então “espaços onde a vida e atividade urbana se expressam e se desenvolve grande parte da socialização dos seus utilizadores, estimulando assim o desenvolvimento humano (SANTOS *et al.* p.163).

Os espaços livres públicos urbanos são, portanto, elementos singulares na formação da paisagem das cidades. Por serem territórios de sociabilidade, agregam funções de lazer, contemplação, socioeducativas, ecológicas, socioambientais e recreativas, com a finalidade de promover o bem-estar das metrópoles e dos cidadãos (CONSTANTINO; MATTOS, 2016).

Ainda, têm seu conceito confundido e aplicado erroneamente, segundo Queiroga (2012) para denominar espaços públicos. É comum, também, de acordo com Rubira (2016), o termo espaços livres ser aplicado como sinônimo de áreas verdes. Por isso, se faz necessário delimitar cada conceito para o claro entendimento do problema desta pesquisa, como será explanado posteriormente.

Conceituados por Magnoli (1982), como espaços livres de edificação, os espaços livres públicos urbanos brasileiros sofrem descaracterização formal e de usos, onde as práticas e vivências do ser humano perderam lugar, reflexo da sociedade contemporânea que “adota de modo cabal e absoluto a prevalência do indivíduo sobre o coletivo” como afirmam Fonseca e Matos (2019, p.195). Ao mesmo tempo em que as pessoas estão conectadas de maneira *online*, estão desconectados da vida pública, evidenciando um movimento de declínio desta (QUEIROGA, 2011).

É fundamental destacar que os registros mais remotos das relações humanas mostram que as praças públicas, dentre os espaços livres públicos urbanos, “constituíram-se como locais que favorecem a sociabilidade” (QUEIROZ, 2009 p.9) do homem com o próprio homem e de encontro com a natureza. A mesma autora relata que estas eram consideradas extensão das casas dos cidadãos e por isso, o sentimento de cuidado e manutenção do espaço coletivo eram fortalecidos pelo sentimento de pertencimento e apropriação.

Citando Lamas (1993, p.25) é necessário inferir que a praça é um elemento das cidades ocidentais que “reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante” sendo este, [...] “um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades”. É espaço de reunião, construídos para e pela sociedade, imbuídas de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão (FONT, 2003). É lugar de memória, a alma da cidade (CALDEIRA, 2007).

Assim, como hipótese de pesquisa, tem-se que estudar as praças é ter como referencial de discussão um equipamento histórico-cultural urbano marcado pela sua forte função social e elemento organizador do espaço (ROMANI *et al.* 2012). Por isso, faz-se necessário um olhar crítico para as novas formas de subjetividade e de apropriação destes, como maneira de identificar os processos concretos de transformação do espaço e da paisagem para o entendimento destas mudanças de desenho, projeto e significados.

Então, quem utiliza as praças da cidade de Teresina nos dias atuais? Quais são as atividades realizadas nas praças da capital? Quais as funções que as praças desempenham na busca por uma Teresina cada dia mais sustentável? Estas perguntas nasceram de uma inquietação pessoal, pois em minhas lembranças da infância, adolescência e vivências da fase adulta, a praça pública sempre teve papel especial, pois foi palco de vários acontecimentos ao longo dos meus 29 anos. De local de brincadeiras após as missas dos festejos de São Cristóvão (igreja católica do meu bairro), pesquisas sobre Botânica na escola, práticas de Topografia, Paisagismo e Planejamento Urbano na faculdade de Arquitetura e Urbanismo a

cenário de muitas fotos de viagens, estes espaços livres refletem muito de como eu percebo e entendo a cidade, seja Teresina ou outra em que eu esteja.

A inquietação ao longo dos últimos 10 anos (graduação, inserção no mercado de trabalho e preparação para o Mestrado) de ver as pessoas cada vez mais distantes dos espaços livres públicos gerou esta pesquisa, realizada desde 2017, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal do Piauí. São muitos os “por quês”, “por quais motivos”, “como” e “quais”. Muitas respostas aqui estão apresentadas como resultados desta pesquisa e outras tantas são as perguntas que “pedem” a continuidade deste trabalho.

Diante do exposto, pretende-se como objetivo geral analisar os aspectos morfológicos, culturais e ambientais de praças em bairros de Teresina, Piauí, com a finalidade de compreender qual o papel que estes espaços livres públicos exercem hoje no tecido urbano da capital.

Como objetivos específicos têm-se:

- ✓ Identificar a distribuição de praças no espaço urbano da cidade de Teresina, relacionando com a quantidade por bairro e número de habitantes;
- ✓ Elaborar diagnóstico com a situação geral de praças de Teresina considerando uso, estado de conservação e infraestrutura existente nestes espaços;
- ✓ Caracterizar as funções e usos existentes em praças contemplando praças presentes nas quatro zonas administrativas da cidade de Teresina;
- ✓ Estudar a apropriação pelos usuários e a relação pessoa-ambiente em praças de Teresina.

Por serem territórios de sociabilidade, ou seja, espaços que “promovem práticas interativas que acontecem entre os indivíduos, na reprodução do cotidiano” (FONTES, p.167, 218), as praças agregam funções diversas como lazer, contemplação, educativas, ecológicas e socioambientais. Assim, estimulam o bem-estar das metrópoles ao contribuir no entendimento da relação entre natureza e forma urbana, urgente nas cidades médias contemporâneas como Teresina, pois a crescente urbanização e a expansão da mancha urbana, afeta negativamente a preservação do meio ambiente.

Para Teresina, a importância das praças vai além dos aspectos de planejamento urbano: contribui para a amenização do clima, pois a capital vive sob altas temperaturas o ano inteiro e as estas são espaços que apresentam, ainda, quantidades significativas de vegetação na cidade.

As cidades, por serem territórios cada vez mais plurais, rompem as fronteiras disciplinares de abordagem e vivência do espaço urbano, no mundo e no Brasil. Assim, os autores que embasam esta pesquisa são de variadas áreas do conhecimento, o que reafirma sua interdisciplinaridade.

Santos (1995), Ramos (1997), Rolnik (2009;2012), Maricato (2015) e Gehl (2015) contribuem para a discussão da vida nas cidades brasileiras, contingente populacional e problemas urbanos nas variadas metrópoles do mundo. Magnoli (1982;2006), Queiroga (2011;2012), Macedo, Magnani (2002), Constantino e Matos (2016), Rubira (2016) e Serpa (2016) introduzem sobre os espaços livres públicos urbanos, espaços esses, essenciais para o desenvolvimento da vida social nas cidades.

Font (2003), Caldeira (2007), Romani *et al.* (2012), Mendonça (2007), Macedo (2012), Robba e Macedo (2002), De Angelis *et al.* (2004) discutem sobre as praças públicas, usos, funções, apropriação e metodologia de estudo. Cullen (1993), Lefebvre (2001;2006), Ortigoza (2005), Mascaró (2008), Lynch (2010), Macedo (2012) contribuem com o debate sobre paisagem e paisagem urbana. Pinheiro, Elali e Fernandes (2008), Gunther, Elali e Pinheiro (2008), Vieira, Silva e Elali (2014), Klein (2016) embasam a argumentação e a metodologia de estudo pessoa-ambiente.

O objeto de estudo compreende oito praças de Teresina localizadas nos bairros que integram as quatro regiões administrativas da cidade, onde as Superintendências de Desenvolvimento Urbano – SDUs, as fiscalizam e mantêm São elas: 1- Praça do Anita Ferraz – Tabajaras, 2 - Praça Jornalista Carlos Castelo Branco – Santa Isabel, 3 - Praça dos Correios – Itararé, 4 - Praça do Renascença I- Renascença, 5 - Praça Jornalista Paulo de Tarso – Mocambinho, 6 - Praça da Igreja de São Judas Tadeu – São Joaquim, 7 - Praça Prefeito João Mendes – Saci e 8 - Praça Nossa Senhora de Guadalupe – Esplanada.

A presente dissertação apresenta, inicialmente, dois capítulos que abordam e introduzem conceitos que permitiram a construção da pesquisa e da análise de forma interdisciplinar do ambiente em questão. Os resultados apresentados após, na forma artigos, foram submetidos aos periódicos com extrato igual ou superior a B1 na área de Ciências Ambientais e que respondem aos problemas de pesquisa citados acima.

O primeiro capítulo, intitulado “**Leitura da Paisagem Urbana**”, introduz questões relacionadas à paisagem e seus componentes; a cidade contemporânea brasileira, seus desafios decorrentes da urbanização recente e crescente; e sobre sustentabilidade urbana, terno que traça um caminho para a construção de cidades mais sustentáveis bem como ações de preservação e cuidados com o meio ambiente.

**“Os Espaços Livres Públicos na Promoção da Qualidade de Vida Urbana”**, o segundo capítulo, traz o conceito de espaços livres públicos, suas funções vitais para as cidades e sua contribuição para a qualidade de vida urbana; praças públicas, evolução histórica, classificação e usos; versa sobre o tema arborização urbana, pois estes espaços concentram o maior volume de iniciativas de arborização brasileira; findando com a abordagem sobre qualidade de vida e qualidade ambiental, os pilares para o conceito de qualidade de vida urbana.

Três artigos compõem os resultados. O primeiro, **“O Papel das Praças Públicas para a Qualidade do Espaço Urbano na Cidade de Teresina, Piauí”**, quantifica as praças públicas de Teresina e discute o seu papel para a habitabilidade do ambiente urbano, contrapondo distribuição espacial e densidade populacional dos bairros da capital. Além de identificar os parâmetros, categorias, classificação dos espaços livres públicos em Teresina junto aos órgãos de planejamento urbano municipal.

O segundo, **“Diagnóstico da Situação Geral, Uso e Apropriação de Praças em Teresina, Piauí”** apresenta a análise quali-quantitativa de oito praças da capital, com ênfase na análise do mobiliário existente, localização na trama urbana, entorno, características ambientais, conservação geral do espaço, usos e atividades realizadas por seus usuários de acordo com a metodologia proposta por De Angelis *et al.* (2004) e observação direta nos espaços em questão.

O terceiro, intitulado **“A Relação Pessoa-Ambiente nos Estudos Urbanos: Mapeamento Comportamental de Praças em Teresina, Piauí”** discute a apropriação do espaço de duas praças de Teresina, auxiliadas pela ferramenta da Psicologia Ambiental, o Mapeamento Comportamental Centrado no Lugar (MCCLugar), desenvolvido por Pinheiro, Elali e Fernandes (2008), como meio de compreender que elementos e atividades desenvolvidas nestas atraem ou distanciam os usuários.

## **2 LEITURA DA PAISAGEM URBANA**

Estudar as transformações urbanas, a dinâmica da cidade contemporânea e consequentemente analisar quantitativa e qualitativamente o espaço, implica em fazer a leitura das marcas que o homem imprime em seu meio, na organização destes espaços e na criação de paisagens. Estas são moldadas segundo as características econômicas, históricas, sociais, culturais e tecnológicas da sociedade que elas constroem. Todavia, a sociedade também se impregna dos elementos da paisagem que integram sua vida cotidiana, num processo de intensa interatividade e troca.

### **2.1 A Paisagem urbana e seus elementos**

Segundo a Carta Brasileira da Paisagem (2012, p. 02)

A paisagem compreende a combinação do ambiente abiótico, biótico e sócio-cultural como componente material que está atrelado ao componente imaterial expresso pela capacidade da percepção humana que dá significado e sentido estético.

Essa combinação de elementos, em determinado tempo e contexto, forma um conjunto nem sempre equilibrado, mas em constante evolução, que chamamos de cidade. Hardt (2006) afirma que a cidade pode ser entendida genericamente como este conjunto formado por dois sistemas básicos: natural e cultural, onde o ambiente construído é constituído por espaços permeáveis e impermeáveis e da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos como pode ser observado no quadro 1, que detalha estes componentes da paisagem.

**Quadro 1** – Componentes da paisagem segundo os ambientes natural e construído

| <b>AMBIENTE NATURAL</b>   |
|---|
| Ar, atmosfera e espaço exterior   |
| Águas, em qualquer de seus estados físicos  |
| Terra, solo e subsolo   |
| Fauna terrestre ou aquática, selvagem, doméstica ou domesticada, nativa ou exótica  |
| Flora terrestre ou aquática, nativa ou exótica, em todas suas entidades taxonômicas   |
| Microflora e microfauna da terra, do solo, subsolo, dos cursos ou massas de água, em todas suas entidades taxonômicas   |
| Diversidade genética e fatores e padrões que regulam seu fluxo  |
| Topografia com potencial energético   |
| Fontes naturais subterrâneas de calor que podem produzir energia geotérmica   |
| Clima e elementos e fatores que o determinam  |
| Processos ecológicos essenciais, tais como fotossíntese, regeneração natural dos solos, purificação natural das águas e reciclagem espontâneo dos nutrientes                        |
| Depósitos de substâncias minerais metálicas e não metálicas, incluindo argilas de superfície, salinas, areias, rochas e demais materiais aplicados diretamente na linha de produção |
| Sistemas ambientais em perigo, vulneráveis e raros  |
| <b>AMBIENTE CONSTRUÍDO</b>  |
| Infraestrutura de transporte, comunicações, abastecimento energético, abastecimento de água, drenagem, resíduos   |
| Assentamentos urbanos e rurais  |
| Equipamentos de cunho administrativo, comercial, educacional, saúde, recreativo, esportivo e cultural   |
| Centros e edificações que acolhem a produção industrial e artesanal   |
| Solo urbanizado   |
| Explorações minerais, agrícolas, florestais e marinhas  |
| Cenas urbanas e rurais  |
| Patrimônio histórico e cultural do passado e do presente  |
| Marcos urbanos, arquitetônicos e artísticos   |
| Lugares de acontecimentos urbanos, espaços públicos   |

Fonte: KLEINSCHMITT (2017)

A autora, ao sintetizar os componentes da paisagem, diferencia de maneira clara os ambientes natural e construído, classificação que ainda causa certa “confusão” para a sociedade civil. Entender que o que não é palpável como o clima faz parte das cidades e que toda a infraestrutura de transporte e comunicações também, orienta o olhar para algo que é bem maior que está fora dos muros das residências: a cidade é um organismo vivo, composta por uma infinidade de elementos e pessoas. .

Gordon Cullen, um dos maiores estudiosos da paisagem urbana, conceitua em 1960, que esta é “a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano” (CULLEN, 1983, p.14). Baseando-se em

três aspectos – ótica, local e conteúdo, o autor trabalha a paisagem urbana como elemento organizador, direcionando a percepção do sujeito que se localiza, tem sensações, se posiciona (geograficamente) e emite juízo de formas, cores, texturas, sons, escalas e estilos que compõem a cidade.

Porém, para Cullen (1983), o sujeito é passivo, pois observa, levanta dados, mas não participa ativamente das transformações urbanas. Assim, este conceito que aproxima, de certa forma, sujeito e paisagem, ao exigir o olhar, o se localizar e o perceber, afasta o indivíduo e a sociedade, da percepção do ambiente na sua totalidade, pois sua participação está restrita a padrões de análise do espaço.

Por isso, fez-se necessário ao longo dos anos seguintes, considerar a multidisciplinaridade dos estudos ambientais e sobre a cidade, onde uma visão parcial e serial da paisagem não contempla a complexidade do ambiente urbano, que inclui o ser humano e as relações que ele estabelece nele. Mais que um organismo vivo, a cidade é um produto histórico e social, dinâmico e em constante transformação.

Magnoli (1982) afirma que, a paisagem é resultado das relações naturais e sociais. Todas as atividades humanas trazem reflexos imediatos à paisagem constituindo assim, um dos fenômenos mais importantes da humanidade e que representa a relação de poder que esta exerce sobre o meio. A autora, que iniciou no Brasil as bases do entendimento da paisagem como produto da sociedade e objeto de estudo que se planeja e projeta, foi primordial ao exigir de pesquisadores e profissionais que trabalham com o espaço (arquitetos, urbanista, paisagistas, geógrafos, psicólogos, antropólogos, etc), uma visão crítica do espaço que se concebe, vive e percebe.

Franco (2001) dialoga com Magnoli (1982), ao inferir que a percepção da cidade precisa ser conjugada à amplitude de informações ecológicas, humanas, sociais, perceptivas, culturais, antropológicas, econômicas, etc e que o espaço urbano possui, para assim, “organizar diagnósticos, propostas e quaisquer ações ambientais de dimensões sistêmicas” (FRANCO, 2001, p.32)

Esta retrospectiva e o entrelaçar de autores e conceitos é importante para destacar o quanto os estudos urbanos têm se tornado multifacetados, e os pesquisadores que contribuem, hoje, com as linhas de pesquisa e investigação lançadas anteriormente, não descartam estas bases, mas buscam estímulos múltiplos de percepção e vivência da cidade.

Neste sentido, Macedo (2012, p. 22) afirma que a paisagem urbana:

[...] apresenta elementos característicos que se articulam, dando forma, dessa maneira, aos centros urbanos. Assim, a base de toda estrutura urbana se dá pelo “suporte físico”, representado principalmente pelos elementos naturais, como relevo



e água. As características físicas de cada local urbano se dão pelos “volumes urbanos” constituídos por volumes construídos, como prédios, e volumes plantados, como árvores e arbustos [...]

Bonametti (2001, p. 108-109) completa o pensamento afirmando que:

[...] as paisagens urbanas não devem ser lidas somente por meio daquilo que vemos, mas também por meio daquilo com que nos identificamos; por meio daquilo que não conseguimos ver, mas sentimos. As paisagens urbanas devem ser fundadas nos objetos, na luz, na cor, nos sons e na história [...] onde as tentativas de surpreender o brilho intenso e a delicada beleza estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades.

Dito isto, é possível afirmar que a paisagem (natural e urbana) não é estática ou fixa. Todas as vezes que a sociedade passa por processos de mudança, e muitos deles são severos, a paisagem tende a ser modificada, para se adaptar às novas necessidades vigentes, como escreve Santos (1997). Pois as paisagens construídas não só influenciam a vida da sociedade como também condicionam a mesma e alteram por muitas vezes e em muitas civilizações, o modo do ser humano enxergar o seu papel de agente modificador do espaço, criando, assim, identidade, estrutura e significado onde atua Lynch (2010).

Berque (1994, p.) afirma que “a paisagem não reside somente no objeto (o meio ambiente, espaço ou suporte físico) nem somente no sujeito (a ação humana), mas na complexa interação entre ambos”. Por isso, as paisagens urbanas se tornam diferentes umas das outras, considerando, assim, em seu planejamento, o meio físico natural do sítio urbano e todo o processo histórico de sua ocupação e transformação, além destas interações, sejam elas físicas, humanas e/ou culturais (ORTIZ, 2001).

Os elementos da paisagem urbana podem ser categorizados com visíveis (naturais e construídos pelo homem), como descritos na tabela 1 e os que podem ser percebidos através das sensações e valores (históricos, culturais, estéticos) como escreve Carvalheiro (2004), abrangendo “o invisível que ela forma” (BONAMETTI, 2001, p.109).

Ortigoza (2005, p. 84) afirma que:

[...] no mundo contemporâneo, pela sucessão e acúmulo de tempos, as paisagens urbanas passam a apresentar grandes diversidades fisionômicas, as quais expressam o desenvolvimento econômico e produtivo predominante na sociedade em que elas estão inseridas. Isso porque as formas de apropriação do espaço urbano se desenvolvem de maneira contraditória, na medida em que todas as relações sócio-espaciais se articulam de forma desigual e combinada.

Ou seja, nenhuma paisagem é igual à outra e nenhuma cidade é igual à outra cidade. São estas diferenças visuais, históricas e de apropriação e uso do espaço que compõem lugares cada vez mais carregados de subjetividade. Ao mesmo tempo, a especulação

imobiliária e o sistema capitalista transformam a paisagem urbana de tal forma, que o indivíduo passa a ter dificuldades de reconhecer e de se conectar com a cidade.

## **2.2 Urbanização brasileira recente e cidade contemporânea: breve discussão**

Os intensos processos de industrialização e urbanização das cidades, no mundo inteiro, modificaram como o homem concebe, percebe e vive o espaço (LEFEBVRE, 2006) e os laços que ele cria com o mesmo. Os espaços urbanos nunca cresceram tanto como no século XX ao passo que a expansão atual segue formas de organização do território que fundamentam-se essencialmente na lógica do capital ou na resolução da demanda habitacional.

A cidade que surge após a Revolução Industrial propiciou o surgimento de questões sobre o espaço urbano que se distinguiram de tudo o que se vinha estudando sobre o tema (KOHLSDORF, 1985). As problemáticas que nasceram com a urbanização rápida, comprometiam o equilíbrio dos processos urbanos de forma a haver uma busca constante, desde então, pela “consolidação e depois a perpetuação da ordem social que a originou” segundo a mesma autora.

Assim, segundo Kohlsdorf (1985, p.19), “A sociedade configurada pela Revolução Industrial dá origem a um modo de pensar o urbano que é totalmente distinto dos anteriores existentes, porque a sociedade urbana que emerge é completamente nova.”

Há certa incerteza do que seja a cidade contemporânea como afirma Martí (2012), apesar de muito se pensar e falar sobre o tema nos dias atuais. Constituída sob o efeito da globalização e das novas tecnologias, tem como característica principal a dissolução das fronteiras, permitindo assim, a multiplicação das grandes metrópoles, desprezando a memória coletiva (CARVALHO, 2014).

Carvalho (2014) afirma, também, que utiliza o termo “contemporâneo” para qualificar o tempo presente, ou seja, o que está sendo vivido agora, pois o contemporâneo de hoje, ano de 2019, pode não ser o mesmo daqui a dez anos. Para Lefèbvre (2001), as cidades são centros da vida social e política, local onde se acumulam riquezas, conhecimento, tecnologias, obras de arte e monumentos, então, espaços de acontecimentos históricos onde se acumulam experiências.

Na cidade contemporânea o espaço é reduzido e o tempo é acelerado. Observam-se novas formas da territorialidade urbana, segregação morfológica do ambiente urbano e tematização da paisagem (ALVES, 2010). O sujeito é apenas presença material na cidade (BAUMAN, 2006). Nem chamado de cidadão é, pois não vive espiritual e socialmente nela,

segundo Bauman (2006). Sorkin (2001, p. 10), apresenta, então, as seguintes características para a cidade contemporânea:

Dissipação de relações estáveis para com a realidade física do local e a geografia cultural próprias do lugar; obsessão com a segurança por meio de níveis crescentes de manipulação e vigilância sobre a cidadania (com uma proliferação de novos modos de segregação por meio de métodos tanto tecnológicos quanto físicos); simulações e simulacros da cidade enquanto parque temático; e espaços privatizados, pseudo espaços públicos, de destruição de todo e qualquer espaço urbano democrático.

Ao valorizar a estética, a forma do edifício e o espetáculo, a cidade deixa de ser feita para pessoas para se tornar um produto, pois não é de hoje que a escala humana está sendo negligenciada. Assim, na visão de Alves, (2010, p. 41).

Aventurar-se pelo urbano hoje implica, por um lado, experienciar as várias faces da transformação da noção tradicional de cidade, como entidade e imagem unificada, em um conjunto de situações espaciais e sociais conflitivas e aparentemente desconexas, e por outro, compreender até que ponto a cidade do espetáculo é a cidade transformada, no extremo, em mercadoria onde o capital cultural tem um papel importante na definição de suas transformações físicas e, conseqüentemente, sociais.

Guerra e Cunha (2004) afirmam que por causa do modelo de colonização, há concentração da população brasileira nas cidades, propiciando alteração do ambiente natural e aumentando assim, o desafio na busca de soluções urbanísticas por parte dos planejadores urbanos que almejam a qualidade de vida para as metrópoles. O território brasileiro, segundo Cosgrove (1998) abriga diversas culturas que exercem expressões próprias e distintas nas paisagens urbanas e naturais, assim, ao longo dos anos, as cidades brasileiras apresentaram resposta aos processos de industrialização e urbanização também de maneiras distintas.

É fundamental destacar, como pontua Limonad (2008), que a urbanização brasileira ocorreu em distintos ritmos e apresentou uma diversidade de transformações, ocorrendo, assim, de maneira desigual ao longo do seu território (LIMA *et al.* 2017). Os dados mais recentes sobre as áreas urbanizadas brasileiras são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que em 2015 apresentou a evolução destas áreas no país após serem mapeadas 120 concentrações urbanas entre os anos de 2011 e 2015, com população entre 100 e 300 mil habitantes, distribuídas em 22 unidades da federação, totalizando uma área de 4.885,17 km<sup>2</sup>.

Este estudo intitulado “Áreas Urbanizadas do 2015” destaca que, das dez maiores áreas urbanizadas do país, apenas Campinas (SP) não é uma capital, as demais, São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Curitiba (PR), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM) e Campo Grande (MS), são. A figura 1 abaixo mostra essas

áreas, enfatizando que o território brasileiro ainda sofre processos de urbanização desigual, com intensa concentração populacional na região Sudeste.

**Figura 1 - Áreas Urbanizadas do Brasil 2015**



Fonte: IBGE, CDG – Coordenação de Geografia/Coordenação de Cartografia, 2015

Pode-se dizer só após 1930 o Estado passou a investir de fato nas cidades, dotando-as de alguma infraestrutura urbana e de melhores condições físicas para o desenvolvimento industrial, visando atender as demandas locais, mas, sobretudo, a substituição de importações. Assim, pouco a pouco, a burguesia industrial assume a hegemonia política, sem que se verificasse, no entanto, uma ruptura com os interesses das oligarquias rurais e com os interesses hegemônicos estabelecidos até então (MARICATO, 2001).

A urbanização brasileira se intensificou na década de 1950, sobretudo na região Sudeste, após a Europa e algumas cidades americanas, experienciarem mudanças estruturais e

funcionais drásticas. Mesmo o planejamento urbano estando em questionamento, os países de Terceiro Mundo como o Brasil, experimentavam tardiamente o que as cidades acima citadas viveram no início do século XX.

A década de 1960 foi marco na vida política, social, urbana e econômica do país. A ditadura militar (1964-1984) foi um período de rígidas medidas para conter a crise econômica, altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento. Os problemas habitacionais das grandes cidades, gerados pela urbanização acelerada decorrentes da migração rural-urbano, se agravavam, já que as cidades não estavam preparadas para receber os “novos habitantes”, em nenhum aspecto (ARAÚJO, 1993).

Em 1968, foi criado o Sistema Financeiro de Saneamento - SFS que tem o BNH-Banco Nacional de Habitação, como órgão central deste sistema. Dois anos depois, o governo Federal cria as Companhias de Habitação - COHABs cuja finalidade era minimizar o déficit habitacional brasileiro e promover o desenvolvimento do espaço urbano. Voltada para a população de baixa renda, a política visava “a redução das disparidades sociais e as contradições que se intensificaram com o crescimento da cidade em várias direções” (ARAÚJO, 1993).

Os anos 1970 foram marcados por um novo processo de ordenamento do espaço urbano brasileiro: a verticalização. Segundo Souza (1994), foi importante no processo da luta de classes, mas com ele vieram outros processos como a elitização de determinados espaços urbanos, segregação e distanciamento como forma de isolar-se de áreas consideradas sujas, feias e violentas. Bonduki (2002) chama esse movimento de “urbanização pelos interesses privados” Em contrapartida, a população pobre, se deslocava para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, as periferias, ou “guetos” ou em áreas internas que sofreram esvaziamento da população que ali morava ou ocupavam o espaço com comércio, segundo os autores.

Segundo Faria (2008), em 1980, o Brasil já se posicionava entre as dez maiores economias industriais do mundo e havia no país 14 aglomerações urbanas com mais de 500 000 habitantes. O adensamento da rede urbana e o processo migratório para o Centro Oeste caracterizam as novas formas de migração: a urbana-urbana, fazendo assim, “florescer as cidades médias e no entorno delas, inúmeros pequenos municípios” (BAENINGER, 2008, p.10).

O início dos anos 1990 é marcado pelo crescimento da agroindústria e expansão das fronteiras das cidades e do país. A dinâmica do desenvolvimento urbano, ganha novos atores e agentes de problematização quando as relações sociais, econômicas e estruturais modificam

esses limites outrora estabelecidos. Nesse período, se rompem as fronteiras disciplinares na discussão do território, abordagem e vivência do espaço urbano quando se observa a “desconcentração industrial nas regiões metropolitanas que foi concomitante ao crescimento das cidades do interior e de porte pequeno e médio” (CARVALHO, 2013, p.), o que mais tarde seria fortalecido, de alguma forma, pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

O Censo Demográfico 2000 do IBGE afirma, em 1950, 30% dos brasileiros viviam em cidades; em 1991, esse número era 75,6% e 81,2% em 2000. De acordo com mesmo órgão, a porcentagem hoje é de 84% (IBGE, 2010) enfatizando o que Santos (2010, p.) afirmou: que “está em curso uma tendência de urbanização com grande volume da população em um número reduzido de cidades”. Esse quadro era e ainda é incompatível com a infraestrutura urbana do país, contribui para a degradação ambiental e eclosão de inúmeros problemas relacionados ao ambiente urbano (BONDUKI, 2002). Assim, o Brasil essencialmente urbano ainda luta com os vazios existentes no país, numa “guerra de lugares” (ROLNIK, 2015) que parece não ter fim.

Neste debate é importante destacar o papel das cidades médias, que são definidas por Santos (1994) como aquelas com população superior a 100 mil habitantes e que têm relações de trabalho, diversificação produtiva e ofertas de serviços disponíveis localmente, se tornando assim, autônomas, nestes aspectos, em relação a uma metrópole ou capital. Estas são “vistas como local com possibilidade de empregos, boa infraestrutura, acesso a informações e recursos educacionais, fatores estes que podem favorecer a ascensão material e intelectual dos seus moradores” (AMORRIM FILHO; SERRA, 2001, p.1).

Para os mesmos autores e contrapondo-se a Santos (1994), o tamanho das cidades médias pode variar e sua posição geográfica é tão mais importante que o número de habitantes na definição de escalas de atuação dentro das redes urbanas em que fazem parte. Assim, a Organização das Nações Unidas – ONU, considera como cidades médias aquelas que possuem entre 100 mil e três milhões de habitantes, que podem atuar em realidades estaduais, regionais e nacionais (SPOSITO, 2008).

Para Andrade (2015, p.67-68), a cidade média:

Ao mesmo tempo [...] que apresenta vínculos efetivos com os principais centros econômicos e políticos de uma determinada rede, ela se apresenta como um espaço atrativo para o deslocamento de moradores de sua região de influência, por motivações diversas, como as práticas laborais, socioculturais, educacionais e de consumo.

Bessa (2005, p.275) complementa que sua influência proporciona:

- Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- Tamanhos demográficos e funcionais suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;
- Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- Diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;
- Aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas se semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos

É nesse cenário que se encaixa a cidade Teresina, capital do Piauí, *locus* desta pesquisa e primeira capital planejada do Brasil, em 1852. Com 814.230 habitantes segundo o IBGE (2010), é a 19ª cidade mais populosa do país, com influência regional com destaque para os serviços de saúde e educação. Vive problemas urbanos como em grandes metrópoles do país em consequência do processo de crescimento não planejado e ordenado, ou seja, a cidade não estava preparada com infraestrutura urbana adequada para receber o contingente populacional que hoje abriga.

Retomando a discussão, a cidade contemporânea traz uma (nem tão) nova realidade urbana, novos valores de consumo, comportamento familiar e social que requer uma reflexão sobre todos os elementos que conformam o espaço para assim, qualificar o desenho urbano de forma a contemplar as dimensões propostas por Lynch (1960): legitimidade, identidade, estrutura e significado. Esses conceitos permitem com quem o cidadão tenha uma visão clara e estruturada da cidade e possa usufruí-la da melhor forma.

Macedo (2012) afirma que, por influências estrangeiras e associadas à lógica do mercado, existem formas típicas e mais comuns da cidade contemporânea no Brasil, caracterizando-se por ser um espaço de afirmação das desigualdades sociais, culturais, de renda da população, este último o maior condicionante da paisagem urbana e o detrimento da rua, principal espaço livre público urbano, em prol dos automóveis.

O espaço urbano brasileiro é um grande e variado ambiente onde o homem produz complexas relações de comunicação e vivências e como todo organismo vivo, está empermanente mutação (MACEDO, 2012). Para Faladori (2001) as cidades são responsáveis pela maior parte da problemática ambiental no planeta e tardiamente, só em 1970, passou-se a

ter consciência global da questão ambiental onde ainda se luta segundo Beck (1995) contra a politização da natureza e se repensa a relação do ser humano com o meio natural.

As noções de meio ambiente e sustentabilidade passaram a ser norteadoras das decisões de planejamento mesmo nos países periféricos, onde a lógica do capital ainda organiza o espaço e exista a forte intervenção estatal reguladora deixando claro que ainda existe a “subordinação da natureza ao capital” (NUCCI, 2001, p.52). Foi com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988 que o país deu passos significativos para a tomada de consciência de proteção da natureza e conseqüentemente das cidades, pois é “sólido arcabouço jurídico” (SANTILLI; SANTILLI, 2009, p.69) na luta pelo meio ambiente do país mais rico em biodiversidade do planeta. Pela primeira vez, um capítulo inteiro, art. 225, foi dedicado ao meio ambiente, protegendo e assegurando que:

Art. 225- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Com o objetivo de ordenar solo urbano e garantir o direito à cidade, surge em 2001, o Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257/2001, que segundo Rolnik (2013, p.), é “marco regulatório da política urbana no Brasil inserido no âmbito das reformas políticas e jurídicas anunciadas pela Constituinte de 1988” e a mais importante legislação brasileira em matéria de tutela do meio ambiente urbano. Veio para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal frente aos reclames de ordem pública, interesse social, bem estar dos cidadãos e equilíbrio ambiental, estabelecendo normas gerais para a política de desenvolvimento das cidades.

É importante destacar a lei na discussão sobre a atual conformação urbana brasileira porque o desenvolvimento econômico, urbano e social do país vive um ciclo que depende do capital financeiro, portanto, globalizado (ROLNIK, 2013). Mesmo com a eclosão de planos diretores, documentos compostos por “conjunto de normas e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam os espaços urbanos” (BRASIL, 2002) no âmbito dos municípios, participativos, há “o enfraquecendo e esvaziando os espaços de participação popular no âmbito dos processos decisórios sobre a política urbana no país” de acordo com a mesma autora.

Assim, a busca na cidade contemporânea é, além de entender as definições e delimitações conceituais sobre a mesma, compreender o espaço urbano que se forma cada vez mais desordenado, com usos mistos, onde “dissolvem-se os limites e as linhas retas por uma



mobilidade e circulação aceleradas que desenham outra dimensão de tempo e de espaço” (CARVALHO, 2014, p.), onde estes adquirem características indefinidas e repetitivas.

### **2.3 Sustentabilidade urbana: uma nova agenda para as cidades**

Tornar as cidades lugares melhores de se viver é um desafio para planejadores urbanos, governos e sociedade civil. Este movimento é impulsionado pelas discussões de que as cidades precisam ser resilientes, inclusivas, saudáveis, seguras e sustentáveis para que os cidadãos possam usufruir, de maneira igualitária, das vastas possibilidades de recursos, oportunidades e relações que estas oferecem. Inserir este debate, na presente pesquisa, objetiva compreender a tendência mundial para a gestão das cidades ao passo que elas se tornam cada vez mais urbanas e isto implica em mobilidade limitada, territórios desiguais com usos e ocupações do solo individualizados.

Para entender o que é a sustentabilidade urbana e sua contribuição para a concepção de cidades sustentáveis, dois conceitos correlatos serão trabalhados: Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. O conceito de sustentabilidade para Dovers e Handmer (1992) relaciona os sistemas humano e natural e a sua capacidade em adaptar-se às mudanças provocadas por fatores endógenos e exógenos, por um determinado tempo. O que remete ao conceito de resiliência da Psicologia, que segundo Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011, p.263) é “capacidade para se recuperar de abalos sofridos ou de se abalar e voltar ao que se era antes do abalo”. Assim, a sustentabilidade constitui-se como o equilíbrio entre os pilares ambiental, econômico e social (ELKINGTON, 1994).

O Desenvolvimento Sustentável ou DS, “emergiu da relação entre preservação do planeta e atendimento das necessidades humanas” (SARTORI; LATRÔNICO;CAMPOS, p.3). Tarrega e Perez (2007, p.21) complementam que:

O desenvolvimento sustentável engloba mais que crescimento econômico e proteção ambiental, ele é calcado também na ideia de equidade social e bem-estar, que constitui o seu terceiro pilar. Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riqueza extremas pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social.

A Organização das Nações Unidas definiu desenvolvimento sustentável, em 1987, como sendo a busca das “necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”. Este conceito é amplamente difundido até os dias atuais por entender, primeiramente, que a sociedade é mutável, seus desejos e necessidades também. Além de não impor um modelo de desenvolvimento sustentável para as cidades, pois este deve atender as particularidades locais.

Assim, mesmo sem um consenso entre muitos autores para estas definições, os conceitos se entrelaçam pois visam à obtenção do bem-estar humano, a longo prazo, por meio de gestão de qualificação do uso do espaço e das ações humanas no meio. Feil e Schreiber (2017) reuniram então, após extensa pesquisa sobre os termos e suas origens, as conexões e distinções entre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, como pode ser observado no quadro 2 abaixo:

**Quadro 2** – Síntese das conexões entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável

| Desenvolvimento sustentável <====> Sustentabilidade |                                 |
|---|---------------------------------|
| Necessidades humanas e bem-estar <====>             | Sistema global humano ambiental |
| Forma de acesso <====>                              | Intento final (Longo Prazo)     |
| Estratégias <====>                                  | Meta (parâmetro)                |
| Capitalismo <====>                                  | Ecologia                        |
| Econômico <====>                                    | Ambiental                       |

Fonte: FEIL; SCHREIBER, 2017

Assim, o desenvolvimento sustentável seria a forma ou estratégias para atingir a sustentabilidade, onde esta última é considerada o objetivo final para obter o equilíbrio entre os três pilares, o ambiental, o social e o econômico, como afirmado anteriormente (FEIL, SCREIBER, 2017). Os autores finalizam afirmando que:

o desenvolvimento sustentável é o processo que entra em cena com base em estratégias para aproximar o sistema ambiental humano ao nível de sustentabilidade com vistas a que a vida deste complexo sistema se harmonize e perpetue ao longo do tempo (FEIL; SCHREIBER, 2017, p.678).

Quando a sociedade passou a enxergar e sentir as consequências dos problemas ambientais, surge o movimento ecológico, como pode ser assim chamada, esta consciência global para o cuidado com o meio ambiente (SEIFFERT, 2007). Visando a priori a reconstrução das cidades devastadas pelas guerras mundiais, este movimento fez com que vários órgãos fossem criados e se unissem em prol da preservação e conservação do meio ambiente, na tentativa de conter os severos processos de degradação ambiental.

Essa “onda de conscientização ambiental” (SACHS, 2009, p.47) é um movimento recente. Destaca-se a criação da Organização das Nações Unidas - ONU em 1945, que tinha como projetos iniciais a promoção da paz e direitos humanos, porém, anos mais tarde, “a preocupação ambiental se destacaria como uma das principais premissas” (SILVA, 2010, p.21) do órgão. Em 1948 é criada a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, que segundo Camargo (2005) era um grupo de debates internacional a respeito da problemática ambiental.

A ONU trabalha em prol de equidade de deveres e direitos dos cidadãos, governos e instituições de poder e na proteção à saúde humana e o meio ambiente. Neste sentido, busca em suas ações diminuir barreiras e unir propósitos, respeitando a diversidade natural e cultural de cada lugar, com o objetivo de usar de forma saudável e sustentável do planeta e de seus recursos.

Em 1972, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano foi o espaço de discussão que colocou o tema nas agendas internacionais, ou seja, pela primeira vez se discutia o desenvolvimento e suas implicações sobre o meio ambiente. Em 1987, o desenvolvimento sustentável passou a ser “princípio orientador central de governos, instituições privadas, organizações e empresas” (VEIGA, 2015, p.09), explícito no Relatório de Brundtland. Em 1992, no Rio de Janeiro, a ECO-92 marcou como a humanidade encara sua relação com o planeta. De forma concreta, os 176 países participantes reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e se comprometeram em pensar em novas práticas locais e globais de proteção ao meio ambiente.

Assim, Sachs (2009, p.50) afirma que “é necessário observar como nossas ações afetam locais distantes de onde acontecem, em muitos casos implicado todo o planeta ou até mesmo a biosfera”, relatando a necessidade de enxergar o desenvolvimento além do crescimento econômico e enfatizando que cada cidadão tem papel fundamental neste processo.

Após várias conferências e encontros, a entidade entendeu que precisava de um projeto participativo, de comprometimento, “de longo alcance e centrado nas pessoas” (AGENDA 2030, 2015, p.02) que contivesse metas universais e acessíveis em prol do desenvolvimento sustentável. Por isso, em 2015, lançou a Agenda 2030, que é este plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, fortalecendo a paz mundial e a liberdade, onde os países trabalham de forma colaborativa para a erradicação da pobreza, o requisito indispensável na promoção da qualidade de vida.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e suas metas que compõem a agenda contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável – o econômico, social e ambiental, que respeitam as particularidades de cada país, são fundamentados na Declaração dos Direitos Humanos e oriundos de mais de dois anos de consultas públicas junto à sociedade civil sobre as suas reais necessidades. São eles:

1. Erradicação da pobreza;
2. Fome zero e agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de gênero;
6. Água potável e saneamento;
7. Energia limpa e acessível;
8. Trabalho decente e crescimento econômico;
9. Indústria, inovação e infraestrutura;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima;
14. Vida na água;
15. Vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias e meios de implementação.

Assim, o objetivo 11, intitulado “Cidades e comunidades sustentáveis”, tem como meta tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, garantindo, até 2030, habitação segura e adequada com preço acessível, mobilidade urbana eficaz, segurança, urbanização inclusiva, proteção ao patrimônio natural e cultural, redução do número de mortes por catástrofes, redução do impacto ambiental negativo das cidades, acesso universal aos espaços públicos seguros, inclusivos e verdes, etc.

Então, após discussão dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade e o resgate histórico da tomada de consciência ecológica mundial, entende-se que a sustentabilidade urbana seria “o estado desejável” dos assentamentos humanos e dos ambientes construídos (SHEN, *et al.* 2011). O DS seria o caminho para se chegar a este estado, que luta por espaços mais humanos nas cidades, verdes, acessíveis, seguros, onde a

mobilidade urbana, ou seja, a capacidade de ir e vir do cidadão, possa ser garantida da melhor forma possível (KAHN, 2015).

Adinyira *et al.*(2007, p.35) afirmam que a sustentabilidade urbana é:

[...] caracterizada por certos aspectos como a equidade intergeracional e intrageracional, a proteção do ambiente natural, o uso mínimo de recursos não-renováveis, a vitalidade e diversidade econômica, a autoconfiança das comunidades, o bem-estar individual e a satisfação das necessidades básicas humanas.

Para muitos autores como Newman (1999), Mawhinney (2005), Wu (2008) e Pisano *et al.* (2014), o conceito de sustentabilidade urbana é conflituoso e exige o entendimento de muitos outros conceitos de sustentabilidade voltados para a reflexão do ambiente construído. Porém, destacam que para se atingí-la, as cidades têm que desacelerar o seu crescimento e pensar no futuro destas e das próximas gerações.

Esses outros conceitos podem ser observados no quadro 3 a seguir, que segundo a *United Nations Department of Economic and Social Affairs* - UNDESA (2013), a sustentabilidade está baseada no equilíbrio entre os componentes de dimensão social, econômico e ambiental, que “são pontos chaves” e que formam a base da sustentabilidade urbana.

**Quadro 3** – Setores gerais e áreas ligadas a cada dimensão da sustentabilidade

| <b>CIDADES SUSTENTÁVEIS</b>                  |   |  |
|--|---|--|
| Desenvolvimento social                       | Proteção ao meio ambiente                       | Desenvolvimento econômico                      |
| - Educação e saúde                           | - Gestão de florestas e solos                   | - Crescimento produtivo verde                  |
| - Alimentos e nutrição                       | - Gestão de resíduos e reciclagem               | - Criação de empregos                          |
| - Casas e prédios verdes                     | - Eficiência energética                         | - Produção e distribuição de energia renovável |
| - Água e saneamento                          | - Gestão de águas                               | - Tecnologia e inovação.                       |
| - Transporte público verde                   | - Conservação e qualidade do ar                 |  |
| - Acesso à energia verde                     | - Adaptação e mitigação das mudanças climáticas |  |
| - Áreas recreacionais e suporte a comunidade |   |  |

Fonte: UNDESA (2013), adaptado pela autora.

Portanto, a busca pelo “estado desejável” requer o equilíbrio destas três dimensões, onde “a sustentabilidade é atingida quando temos um desenvolvimento ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável” (WU, 2012, p.71). Deseja-se que o urbano seja “símbolo de civilidade”, combatendo-se assim, a insustentabilidade e a haja a “superação da sua capacidade de vulnerabilidade” (SILVA; VARGAS,2010, p.5).

## **3 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA URBANA**

### **3.1 Os espaços livres e a cidade**

Macedo (2016) afirma que os espaços livres da cidade são elementos que além de fazerem parte da mesma, estruturam sua forma. A forma urbana pode ser entendida como um complexo sistema de espaços livres e edificados, públicos e privados, que agregam ou excluem, que conformam ou segregam. Habermas (2003, p.122) julga necessário “qualificar a forma urbana e os espaços livres para que se possibilite o encontro público, as trocas culturais” e o favorecimento então, das relações sociais. A criação e conservação dos espaços livres visa melhorar a qualidade ambiental urbana ao mesmo tempo em que garante qualidade de vida da cidade e do cidadão.

Anteriormente, Macedo (1995, p.15) definiu que estes espaços são “todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para a sua moradia e trabalho” e que “toda cidade tem um sistema de espaços livres, e esses espaços são fruto do processo de urbanização e formação” destas (MACEDO *et al.* 2011, p.34).

Magnoli (1982, p.) os conceitua como “qualquer espaço livre de edificação ou de urbanização” e como “espaços destinados ao trabalho dos arquitetos paisagistas”. Podendo também ser chamados de espaços abertos, inclusive aqueles localizados no interior das edificações, apresentam entre suas tipologias as ruas, calçadas, parques, praças, quintais residenciais, áreas livres de lazer em condomínios, pátios internos, terrenos baldios, rios, estacionamentos descobertos, etc. (HANNES, 2016).

Quanto às suas funções, Hannes (2016, p.130) agrupa os espaços livres em três categorias – ecológicas, sociais e estéticas, que julga ter maior relevância para a melhoria do ambiente que é “excessivamente impactado pela urbanização das cidades”

A função ecológica está intimamente relacionada com os elementos naturais da paisagem urbana: vegetação, solo, água e que contribuem para o conforto térmico e ambiental da cidade. Numa visão ecossistêmica, a principal função dos espaços livres seria a integração de ecossistemas, garantindo a manutenção, regeneração e recuperação de aspectos biofísicos, promovendo a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos (GALENDER, 2005).

A função social está ligada à sociedade e o lazer. Como são espaços responsáveis pela articulação do tecido urbano, são palcos dos encontros, acontecimentos das comunidades e

expressões culturais variadas, como manifestações, apresentações, exposições, shows, palestras. Os usos são diversos, como destacado por Hannes (2016, p.122): “descanso, leitura, meditação, orações, para o brincar das crianças e esportes das mais variadas modalidades.”

A função estética está ligada ao embelezamento, diversificação da paisagem construída e “muitas vezes tendo a função primeira de criar áreas para observação de obras arquitetônicas e permitir que estas sejam observadas e admiradas por melhores ângulos e nas devidas proporções” (HANNES, 2016, p.123). A presença da vegetação e das áreas verdes dá um tom de destaque aos espaços, colorido e formação de novas paisagens de acordo com as estações do ano.

Ao afirmar que os espaços livres são essenciais para a qualidade da vida urbana, elementos singulares na diferenciação das paisagens e de constituição da forma urbana, têm-se um referencial para a análise da sociedade e da teia de relações que se chama cidade. Mas o planejamento urbano brasileiro e o Poder Público pecam ao negligenciar esses espaços, sua concepção e conservação como afirma Queiroga (2012).

Existem centenas de tipos de espaços livres, desde os naturais aos concebidos pelo ser humano. Como exemplos dos primeiros tem-se os rios, praias, mares, matas, florestas, que são abertos, de livre acesso ou não à população. Os espaços criados pelo homem vão “desde os campos de futebol desenhados com cal em terrenos baldios até os parques mais elaborados por equipes de arquitetos e ecólogos” (HANNES, 2016, p.123). São eles: jardins, conjuntos esportivos, cemitérios, campi universitários, unidades de conservação ambiental, parques, praças, largos ruas, calçadas. Destes, ruas e praças serão discutidas de maneira detalhada porque são, respectivamente, o principal espaço livre público urbano segundo Queiroga (2012) e o objeto de estudo desta pesquisa.

A rua tem papéis estruturador e articulador da malha urbana. É via de circulação principal de pedestres e veículos (figura 2) e deve ser o foco primário para aqueles que planejam uma cidade mais humana, vivam, segura e saudável (GEHL, 2015). Jacobs (2000) destaca que elas são órgãos vitais das cidades, onde tudo acontece: desde o caminhar, o encontro casual ou marcado – figura 3, comércio (formal e informal) a manifestações, apresentações, celebrações.

**Figura 2** – Típica rua de Bangladesh na Índia em 1960



Fonte: GEHL, 2015, p.5

**Figura 3** – Rua e calçada de Manhattan, Nova York, 2007

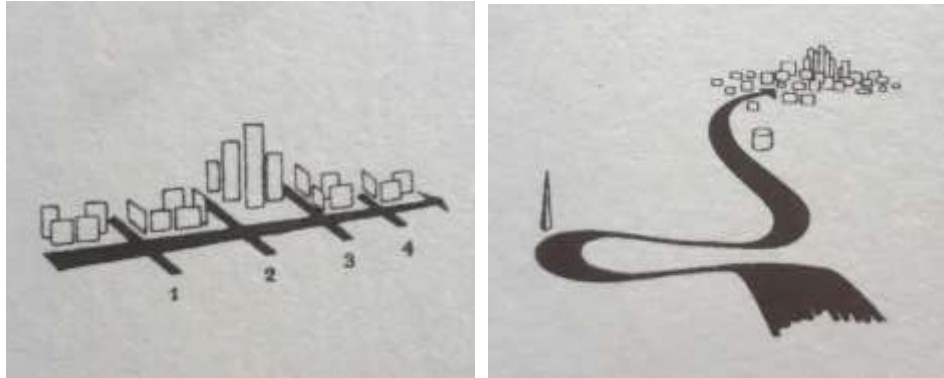


Fonte: GEHL, 2015, p.7

Elas ligam, no mínimo, como afirma Santos (1988), dois pontos de interesse, particulares ou públicos, como observa-se nos croquis de Lynch (2011) da figura 4 a seguir. São os elementos mais identificáveis na cidade (LAMAS, 1993) pois orientam quem circula de modo habitual, ocasional ou intencional.



**Figura 4** – As ruas ligam pontos de interesse



Fonte: LYNCH, 2011, p.108

Então,

[...] é lugar carregado de simbolismo, espaço de permanência, de brincar, socializar, de aprendizado para crianças e jovens. Estabelece a conexão entre o público e o privado, sendo de vital importância para o desenho da cidade. Seu desenho deve ser cuidadoso e atento, apresentando dimensões adequadas aos usos a que se propõe, garantindo conforto, segurança e acessibilidade a pedestres, ciclistas e veículos, com fluxos organizados, respeitando normas técnicas, utilizando materiais corretos e eficazes, com arborização e iluminação corretamente especificadas e dimensionadas (HANNES, 2016, p.126).

A rua é o espaço que acompanha todas as transformações de da sociedade além de ser palco de muitas delas. Assim, quando se pensa em cidades saudáveis, como citado acima, fundamenta-se primordialmente na premissa da escala humana, de livre circulação dos pedestres, sociabilidade e trocas. Mas, o domínio do automóvel vem fazendo com que estas se tornem grandes estacionamentos a céu aberto, roubando do pedestre a sua livre mobilidade e uma competição de espaço com os veículos (figura 5).

**Figura 5** – Dificuldade do pedestre em atravessar uma avenida em Dubai.



Fonte: GEHL, 2015, p.45

Queiroga e Benfatti (2007) escrevem que, frequentemente no Brasil, os espaços livres ainda são confundidos com áreas verdes, ideia que associa a existência de áreas “vegetadas ou ajardinadas” na urbe a áreas de lazer (MACEDO, 1995, p.17) ou com espaços públicos. Assim, faz-se necessário a diferenciação dos conceitos de áreas verdes, áreas de lazer, espaços públicos e espaços livres públicos após o exposto acima, com a finalidade de orientar a delimitação do aparato teórico que norteia a pesquisa.

Em seus trabalhos, Magnoli (1982;2006), Macedo (1995;2011;2016), Oliveira (1996), Queiroga (2012) e Alves (2013) esclarecem as diferenças entre os conceitos de forma a compreender de forma sistêmica, a morfologia da paisagem e como estes espaços contribuem para o funcionamento das cidades.

As áreas verdes, “designam toda e qualquer área onde, por um motivo qualquer, exista vegetação” (MAGNOLI,1982) sejam elas públicas ou privadas (dentro dos lotes) e onde há o predomínio de vegetação arbórea em diversos tamanhos. Oliveira (1996) as conceitua como:

[...] áreas permeáveis, públicas ou não, com cobertura vegetal predominantemente arbórea ou arbustiva (excluindo-se as árvores dos leitos das vias públicas) que apresentam funções potenciais capazes de proporcionar um microclima distinto, no ambiente urbano, em relação à luminosidade, temperatura, além de parâmetros associados ao bem-estar humano (funções de lazer) com significado em termos de estabilidade geomorfológica e amenização da poluição, e que suporte uma fauna urbana, principalmente aves, insetos e fauna de solo (funções ecológicas); representando também elementos esteticamente marcantes na paisagem (função estética) (OLIVEIRA, 1996, p.)

Nucci (2008, p.120) complementa que para uma área ser identificada como área verde deve haver a “predominância de áreas plantadas [...] e apresentar uma cobertura vegetal e solo permeável (sem laje) que devem ocupar, pelo menos, 70% da área”. Macedo (1995, p.18) conclui que: [...] “o conceito (áreas verdes) deve, assumir um só significado, o de designar toda e qualquer área plantada, tendo um significado social expressivo ou não”.

São espaços com significativo papel na melhoria do ambiente e na oferta de locais destinados ao lazer, recreação e que contribuem significativamente para a sustentabilidade urbana, como discutido no capítulo anterior, pois fazem parte da dimensão ambiental da sustentabilidade.

As áreas de lazer segundo Macedo (1995, p.20) compreendem:

todo e qualquer espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, seja ele ativo, isto é, uma área para jogos e brincadeiras ou contemplativo isto é, áreas dotadas de um valor cênico/paisagístico expressivo em cujo interior, o cidadão apenas passeia a pé, montado ou de carro, contemplando o cenário, que se descortina ante seus olhos. Todos os parques, praias e praças urbanos estão englobados dentro deste conceito, possibilitando por muitas vezes uma utilização mista, tanto para o lazer ativo, como para o passivo.

As funções e benefícios destes estão em consonância com as características já citadas dos espaços livres e áreas verdes ao passo que todas estas tipologias atuam para a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano: amenização do clima, favorecimento do bem-estar do ser humano e das práticas sociais e incremento da biodiversidade por causa da presença da vegetação.

Os espaços públicos agregam algumas funções primordiais que ajudam a delimitar o seu conceito, embora vários autores, em contextos temporais e geográficos distintos, discutam sobre. São espaços de versatilidade, da vida social e da política, do recreio, lazer, ócio e do consumo que, bem geridos, desempenham papel crucial na promoção do bem-estar de cada indivíduo e da cidade (ALVES, 2003).

Queiroga (2012, p.58) denomina como espaço público:

Todo aquele de propriedade pública, podendo se prestar ou não à esfera pública [...]. Não se abre mão em designar como espaço público uma série de espaços de propriedade pública que interessa assim serem caracterizados e chamados – espaços públicos – salvaguardando sua natureza pública (de todos), ainda que não sejam necessariamente espaços da esfera pública.

Essa definição permite a discussão sobre esfera pública. O mesmo autor cita Habermas (2007) para definir que: uma esfera pública geral, em sentido amplo, se refere a toda vida em público e uma esfera pública política. Assim, os espaços livres públicos, que são conceituados a seguir, “são bens de consumo do povo por excelência, espaços da esfera pública geral” (HABERMAS, 2007, p.62).

Magnoli (1982) escreve que os espaços livres urbanos são aqueles livres de edificação, desde quintais, jardins públicos ou privados, ruas, parques, rios, mangues, praças. Eles estão por toda a parte, são apropriados ou não pela sociedade e conectam e complementam espaços. Constituem um sistema inter-relacionado com outros sistemas urbanos e exercem múltiplos papéis. Eles constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que compõem a paisagem urbana.

Pode-se então concluir, que os espaços livres em suas variadas formas e definições, atuam na promoção da melhoria do ambiente urbano e na diferenciação da paisagem, de forma a criar espaços em que a cidade possa desafogar dela mesma. Entretanto, não estão entre as prioridades dos poderes públicos, “ainda que isto acarrete em crescentes desastres ambientais anunciados e verificados anualmente na época das chuvas torrenciais (alagamentos, deslizamentos, destruição e mortes)” (QUEIROGA, 2012, p.55).

É importante destacar que, definir de que forma os espaços livres públicos urbanos contribuem para a promoção da qualidade de vida nas cidades, é entender, primeiramente, que esse sistema é produto social destas, onde os seres humanos em sua vida cotidiana apropriam-se ou não destes espaços, já que é uma decisão do usuário usá-los. A vitalidade dos espaços livres (MACEDO, 1995) depende também de questões funcionais, estéticas e ambientais que definam e expliquem a repulsa (que traz a obsolescência) ou atração (que se torna apropriação) destes. Quanto mais apropriado ele for, maior é a identidade dele com a sociedade e da sociedade com o espaço e mais ele contribuirá para a qualidade de vida urbana.

### **3.2 Praças públicas: evolução histórica, classificação e uso.**

Ao longo da história da humanidade, as praças sempre foram referenciais urbanos marcados, principalmente, pela interação e convívio entre as pessoas. Na Grécia, a Ágora era “o coração da cidade” (BOVO; HAHN; RÉ, 2016, p.438), “a principal praça da civilização grega” (CALDEIRA, 2007, p.18), local privilegiado das assembleias e nela concentravam-se todos os tipos de atividades como os religiosos, administrativos, jurídicos e comerciais.

Em Roma, o Fórum adquiriu importante papel de centro comercial e político das urbes e como a ágora, era “delimitado por edificações institucionais, religiosas e comerciais, e cercado por colunatas” (CALDEIRA, 2007, p.18), apresentando posteriormente também a função miliar, os combates entre os gladiadores e algumas atividades esportivas.

Para Segawa (1996, p.34), as praças medievais eram classificadas em: “praças de mercado; praças de entrada da cidade; praça como centro da cidade; adros de igreja; praças agrupadas (praças distintas como a do mercado e a da igreja, espacialmente relacionadas na trama urbana)” – figura 6, evidenciando o contraste entre o vazio da praça e a densidade urbana da cidade. No Renascimento, ganham lugar de destaque nos centros urbanos como elemento estruturador. Além de valores funcionais, ganha valores estéticos, passando a ornamentar a cidade e adquirindo papel urbanístico importante no embelezamento e ordenamento das mesmas (figura 7). As duas tipologias são consideradas como praças secas, pois não há a presença de vegetação no perímetro destes espaços.

**Figura 6** – Piazza del Campo, Siena, Itália – praça medieval



Fonte: CALDEIRA, 2007, p.18

**Figura 7** – Piazza del Campidoglio, Roma, Itália - praça renascentista



Fonte: CALDEIRA, 2007, p.19

Até meados do século XVIII o projeto de praças era restrito ao entorno dos palácios europeus que, em sua maioria, eram desconexos do contexto urbano. Os mercados populares e o entorno das igrejas, tornaram-se também polos de atração e formação de aglomerações urbanas, fazendo com que os espaços livres ganhassem alguma notoriedade (ROBBA;MACEDO 2002). Foi somente no século XIX, que arquitetos e paisagistas passaram a pensar e qualificar o desenho das praças.

Porém, a praça da cidade moderna, conforme Sennet (1988, p.32) transformou-se “no vazio diluído na imensidão urbana, em meio ao ruído dos automóveis e do intenso tráfego de pedestres e de veículos”. Assim, o autor discute um fenômeno chamado por ele de “declínio

da praça” em virtude dos cidadãos se “recolherem” em locais fechados em busca de segurança e conforto além do deslocamento do comércio para locais como as galerias.

Mudanças políticas e de planejamento urbano – os grandes planos urbanísticos do séc. XX recolocaram em “foco a questão da retomada do espaço público como protagonista da cidade” (CALDEIRA, 2007, p.42). Ou seja, as praças voltaram a ter notoriedade, “principalmente nas ações de resgate de qualidade urbana concretizadas em intervenções de áreas centrais e de locais históricos” (CALDEIRA, 2007, p.42).

Este espaço, que há milênios já faz parte da vida das cidades, sempre foi utilizado pelas várias civilizações de distintas maneiras, nunca deixando de “exercer a sua mais importante função: a de integração e sociabilidade. As praças são espaços abertos, públicos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população” (LIMA *et al.*1994; ROBBA; MACEDO, 2002), onde, a primordial é a de aproximar e reunir as pessoas.

Assim, a praça adquiriu o status de importante espaço urbano na cultura ocidental. Como espaço coletivo abrigou importantes acontecimentos da vida cotidiana, estando atrelada aos diversos momentos de transformação das cidades e no Brasil, não foi diferente. Robba e Macedo (2002, p.25) afirmam que “as praças brasileiras passaram por quatro períodos, o colonial, o eclético, o moderno e o contemporâneo e desempenham várias funções urbanas” e descritas no quadro 04 abaixo:

**Quadro 04** – Períodos das praças públicas no contexto urbano brasileiro e suas funções.

| Períodos                 | Colonial  | Eclético  | Moderno  | Contemporâneo  |
|--------------------------|---|---|--|--|
| Função Social das Praças | Convívio social<br>Uso religioso<br>Uso militar<br>Comércio e feiras<br>Circulação<br>Recreação | Contemplação<br>Passeio<br>Convívio social<br>Cenário | Contemplação<br>Recreação<br>Lazer esportivo<br>Lazer cultural<br>Convívio social<br>Cenário | Contemplação<br>Recreação<br>Lazer esportivo<br>Lazer cultural<br>Convívio social<br>Comércio<br>Serviços<br>Circulação<br>Cenário |

Fonte: Robba e Macedo (2002)

A praça colonial foi marcada por um contingente de pessoas que se reuniam em torno das capelas, igrejas, conventos e demais templos religiosos. Nascia então um espaço que abrigava diversas manifestações da vida pública, inclusive os políticos, e que tinha em seu entorno prédios importantes e estabelecimentos de prestígio social (figura 8), tipologia característica das primeiras cidades brasileiras, como Salvador e Recife.

Como muitas cidades brasileiras foram concebidas nesse período, essa característica ainda é marcante, da praça ser uma extensão dos templos (figura 9). Podiam ser chamadas



também de largos, terreiros ou rocios, “ostentando o nome do santo que consagrava a igreja” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.27).

**Figura 8** - Terreiro de São Francisco, Salvador, BA



**Figura 9** – Pátio de São Pedro, Recife, PE



Fonte: ROBBA; MACEDO, 2002, p.16

Dorigo e Lamano-Ferreira (2015) afirmam que o ajardinamento das praças urbanas brasileiras é influência das culturas francesa e inglesa. Foi o período que Robba e Macedo classificam como eclético e que estes espaços apresentavam como funções primordiais, a contemplação, o passeio, o convívio social e o cenário (Figura 10).

**Figura 10** – Passeio Público, Rio de Janeiro, 1862, RJ.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL

Macedo (2015, p.33) afirma que essa mudança ocorre primeiramente “entre os muros da propriedade privada”, já que a arquitetura passa a ser disposta de forma diferente no lote, para dar lugar aos jardins, que antes eram restritos e confinados. O mesmo autor destaca esse processo foi “de cima para baixo” pois, “ não fazia sentido” os poucos espaços públicos existentes receberem vegetação. Assim, o Passeio Público, no Rio Janeiro e presente na figura acima, é um dos marcos do planejamento dos espaços livres do Brasil, mesmo com todas as restrições de projeto e de uso impostos na época (MACEDO, 2015).

As praças modernas se inserem em um período da urbanização brasileira marcado pelo crescimento acelerado das cidades e pela verticalização. O adensamento e a especulação imobiliária fizeram com que os lotes para a habitação se tornassem menores, reduzindo os espaços ajardinados no interior destes, o que de certa forma, voltou o olhar para as os espaços livres urbanos, que se tornaram essenciais para a população e para a metrópole (figura 11).

**Figura 11** – Praça Carlos Gomes, Campinas, SP.



Fonte: MACEDO, 2015, p.81

Como características têm-se: formas orgânicas, presença da água, vegetação tropical, locais específicos para a prática de esportes, lazer infantil. A praça passa a ter um programa de necessidades, antes restritos aos projetos dos edifícios. Assim, o projeto paisagístico passa a ser introduzido em obras residenciais unifamiliares e multifamiliares, como nos edifícios verticais. Mesmo sendo um produto ainda restrito às elites brasileiras, é de suma importância



para que planejadores urbanos, paisagistas, urbanistas e governantes entendam a sua importância para a cidade.

Hoje, as praças contemporâneas enfrentam um cenário adverso. Macedo (2015) cita a ruptura na arquitetura paisagística brasileira nos anos 1990 como um marco desta “nova realidade” do país. A onda de consciência ecológica mundial influenciava a proteção de remanescentes de ecossistemas nativos ao passo que surgiam espaços livres com funções cada vez mais específicas e/ou exclusivas. Não era mais um produto só da população mais abastada, mas uma necessidade para as periferias e subúrbios das cidades do Brasil.

O mesmo autor destaca que:

Paralelamente ao aumento real do uso dos espaços livres, reforça-se a segregação social, expressa pelo enclausuramento de parte da população em condomínios verticalizados ou horizontais, que colaboram para o esvaziamento funcional de uma parcela importante do sistema de vias urbanas, destinadas exclusivamente ao acesso de veículos para as residências amuralhadas de um sem número de bairros de classe média e alta (MACEDO, 2015, p.110).

Enquanto ainda representam locais de contemplação, descanso, lazer e convívio social, brigam com o comércio (figura 12) que cada vez mais se apropria destes espaços, com a violência e falta de segurança, que afasta a população destes locais. Shopping centers, áreas de lazer dos condomínios fechados, praças de alimentação de edifícios comerciais estão se tornando para a população mundial, os espaços de convívio da vida pública, reafirmando o processo de segregação do espaço que Macedo (2015) destaca acima.

Figura 12 – Praça dos Correios, Teresina, Piauí.



Fonte: Lorena Moura, 2018

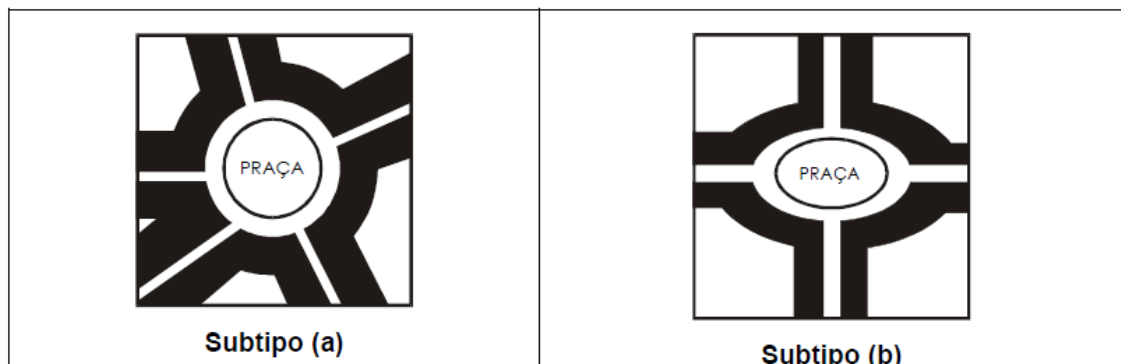
Como são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades, as praças têm sua função e morfologia atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios

da gênese urbana. Deste modo, marcam a estrutura das cidades, divergindo assim, de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana que contribuem para a vitalidade destas (MACEDO, 2015).

A inserção da praça na trama urbana segundo De Angelis *et al.* (2004) reside no fato de sua forma poder vir a ser definida pelas vias públicas, determinando os diferentes tipos de configuração definindo também sua função. Sitte (1992), ao abordar a influência das vias públicas na conformação das praças, diagnosticou três sistemas principais - o sistema retangular, o sistema radial e o sistema triangular, e alguns secundários, decorrências destes primeiros. Esta pesquisa apresenta a classificação de De Angelis *et al.* (2004), que determina que as praças podem ser:

1. Praças conformadas por uma única via resultam em praças redondas ou ovais, onde várias vias, geralmente em número de quatro, desembocam na mesma (figura 13);

**Figura 13** – Esquema de praças conformadas por uma via



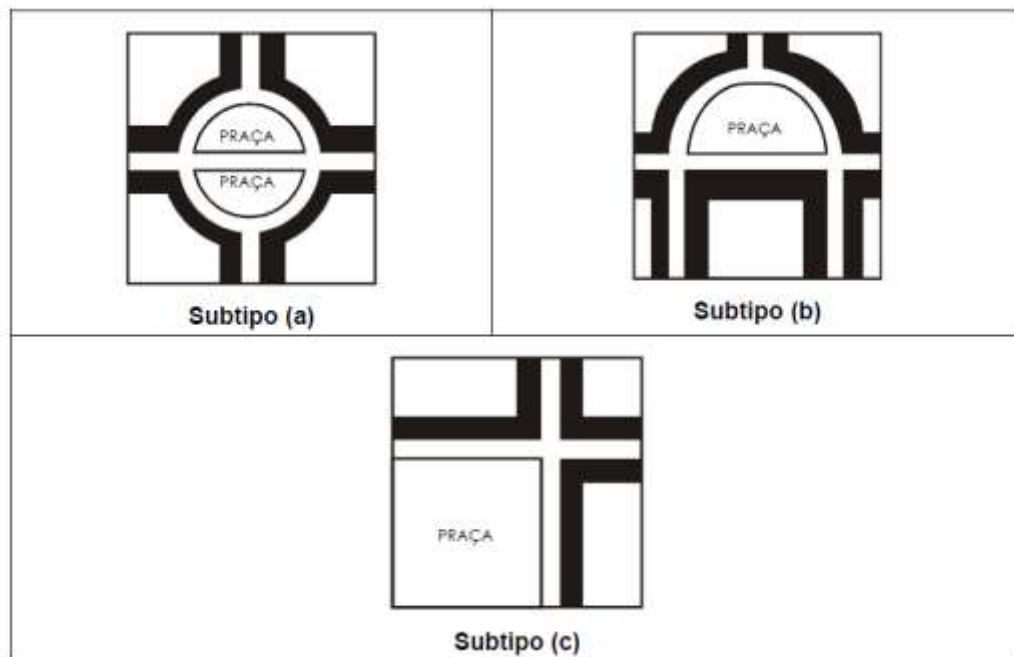
Fonte: De Angelis et. al. (2004)

2. Praças conformadas por duas vias propiciam três subtipos diferentes de conformar o espaço (figura 14):
  - subtipo (a) - Formado a partir de uma via que cruza uma segunda que, por sua vez, está circundando o espaço em questão. Essa interceptação de vias acaba por propiciar o aparecimento de uma praça descontínua, ou seja, há o surgimento de dois bolsões, criados em ambos os lados de uma das vias. Nesse caso, como resultado, tem-se uma praça circular bipartida;
  - subtipo (b) - esse subtipo propicia o aparecimento de praças que se comportam como “alças” dentro da trama urbana, visto serem formadas

pela interceptação de uma via retilínea com outra que apresenta traçado semicircular;

- subtipo (c) - o espaço se forma a partir de um ângulo resultante da interseção de duas vias, sem que estas interrompam a continuidade da praça; na parte posterior da praça encontram-se edificações.

**Figura 14** – Esquema de praças conformadas por duas vias



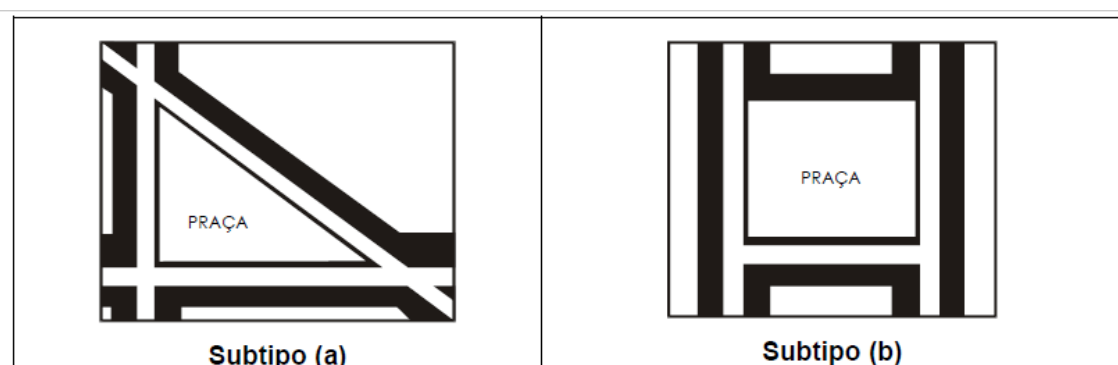
Fonte:  
De  
Angel  
is et.  
al.  
(2004)

3. P  
raças  
conf  
orma  
das  
por  
três

vias propiciam dois subtipos (figura 15):

- subtipo (a) – praça triangular, criada a partir da interceptação de três vias;
- subtipo (b) - a praça é formada por duas vias paralelas e uma ortogonal a elas, sendo que a quarta face é ocupada por edificações.

**Figura 15** – Esquema de praças conformadas por três vias



Fonte: De Angelis et. al. (2004)

4. Praças conformadas por quatro vias propiciam o surgimento de dois subtipos (figura 16):
- subtipo (a) - origina praças quadrangulares ou retangulares, frutos que são do cruzamento de quatro vias, sendo duas a duas paralelas entre si;
  - subtipo (b) - é o caso da praça triangular bipartida, conformada por duas vias que se interceptam ortogonalmente, e duas outras que, ao se cruzarem, formam o vértice de um triângulo; a praça, nesse caso, é seccionada em duas partes.

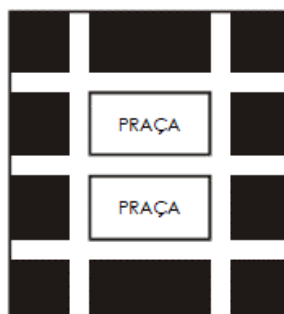
**Figura 16** – Esquema de praças conformadas por quatro vias



Fonte: De Angelis et. al. (2004)

5. Praças conformadas por cinco vias são praças retangulares ou quadrangulares, conformadas por quatro vias paralelas, duas a duas, sendo que a essas soma-se uma quinta, a qual secciona a praça ao meio (figura 17).

**Figura 17** – Esquema de praças conformadas por cinco vias



Fonte: De Angelis et. al. (2004)

Por sim, Robba e Macedo (2002), De Angelis *et al* (2004); Queiroga (2012) e Macedo (2015) ressaltam que as tipologias de espaços livres públicos, ao conformarem o espaço das cidades, formam os sistemas de espaços livres, de cada cidade, objeto de estudo atual de muitos pesquisadores da paisagem urbana. O planejamento e gestão destes, na forma de sistema significa o entendimento de que a cidade como organismo vivo, está interligada não só por suas vias, mas pelos espaços que possui e a formam. Mais vida na cidade ocorre em decorrência de melhores espaços urbanos, ou seja, mais qualificados e que a população reconheça (GEHL, 2015).

### **3.3 Arborização Urbana e a vitalidade do espaço público**

A vegetação, pelos vários benefícios que pode proporcionar ao meio urbano, tem um papel muito importante no restabelecimento da relação entre o homem e o meio natural, garantindo melhor qualidade de vida. Com a maior parte da população humana vivendo nas cidades, cada vez mais é necessário condições que possam melhorar a convivência dentro de um ambiente muitas vezes adverso.

Arborizar quer dizer plantar ou guarnecer de árvores um local. Por sua vez, arborização é o efeito de arborizar (SIRVINSKAS,2015). Segundo Bonametti (2000), a arborização urbana é definida como o conjunto da vegetação arbórea natural ou cultivada que uma cidade apresenta. É caracterizada principalmente pela plantação de árvores de porte em praças, parques, nas calçadas de vias públicas e nas alamedas e se constitui hoje em dia uma das mais relevantes atividades da gestão urbana, devendo fazer parte dos planos, projetos e programas urbanísticos das cidades.

A arborização de uma cidade, assim como a presença de áreas verdes, é da mais alta importância para a qualidade de vida da população. Além de absorver ruídos, diminuir o calor do sol, constituir filtro para a purificação do ar, entre outros, também é responsável pela melhoria ambiental e paisagística dos imóveis, valorizando-os economicamente.

A capacidade da vegetação urbana em interceptar e reduzir a presença de partículas sólidas em suspensão no ar, que são comuns em regiões de clima quente e baixos índices de umidade relativa do ar, como em Teresina, é outra importância da arborização. Ruas arborizadas apresentam até 70% menos poeira em suspensão em relação a ruas não arborizadas (BONAMETTI, 2000).

Segundo o Manual de Arborização do CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais,

A implantação e o manejo da arborização das cidades constituem-se mais do que um serviço público ofertado. É estratégia de amenização de impactos ambientais adversos devido às condições de artificialidade do meio urbano, além dos aspectos ecológico, histórico, cultural, social, estético e paisagístico, que influenciam a sensação de conforto ou desconforto das pessoas. E como serviço, necessita de conhecimento e capacitação técnica de profissionais habilitados, para sua execução (CEMIG, 2011).

O plantio de árvores em locais inadequados ocasiona vários prejuízos, além de riscos de acidentes à população, exigindo muitas vezes a realização de desbastes, podas drásticas e até mesmo a eliminação de árvores existentes. Estas ações, obrigatória em muitos casos, desfiguram as árvores, provocando muitas vezes o descontentamento da população. Isso pode ser evitado desde que se faça um planejamento, de modo a plantar árvores adequadas em locais certos.

As cidades brasileiras possuem suas áreas urbanas arborizadas pouco organizadas e com quase nenhuma preocupação quanto à escolha adequada das espécies vegetais, principalmente nas vias urbanas. Os profissionais da área reconhecem que esses espaços deveriam ser tratados sistematicamente; porém, na prática, isto ocorre apenas em alguns centros urbanos. Conforme Tarnowski (1991), as espécies em uso na cidade deveriam estar de acordo com a paisagem urbana, “cooperando para realçar ou atenuar os efeitos de ocupação do solo pelas edificações”, como que re-equacionando os sistemas de transporte coletivo e de circulação viária, com uma melhor hierarquia das vias.

É de suma importância discutir e analisar o papel da arborização urbana para um melhor aproveitamento dos espaços não-edificados da cidade, melhorando assim a qualidade de meio ambiente. Nucci (2008) conceitua espaço verde como um ambiente agradável, que possibilita a relação do homem com a natureza e a redução dos impactos gerados pela aglomeração urbana. Essa relação, homem e natureza, desde os primórdios da humanidade, reflete e produz as transformações ocorridas no contexto do espaço geográfico.

A Organização Mundial da Saúde - OMS recomenda o índice mínimo de 12 a 14m<sup>2</sup> de área verde por habitante na área urbana. Porém, isso ainda é muito pouco. O indicado é de pelo menos três árvores ou 36m<sup>2</sup> de área verde por cada habitante, embora grande parte das cidades brasileiras ainda esteja bem abaixo dessa recomendação. A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU- recomenda que 15m<sup>2</sup> o índice mínimo de áreas públicas per capita destinadas à recreação e que as metodologias aplicadas e estabelecidas objetivam referência.

Neste sentido, as árvores desempenham papel vital para o bem estar das comunidades urbanas. Além do efeito estático e paisagístico, é estratégia às condições ambientais, naturais

ou que sofre modificações da ação antrópico (GUZZO *et al*, 2006). Uma árvore isolada, pode transpirar aproximadamente 380 litros de água por dia.

Lombardo (1990) reúne no quadro 05 a seguir, as contribuições da vegetação para a melhoria do ambiente urbano.

**Quadro 05-** Contribuições da vegetação para melhoria do ambiente urbano

| Composição Atmosférica   |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ação purificadora por fixação de poeiras e materiais residuais;</li> <li>- Ação purificadora por depuração bacteriana e de outros microorganismos;</li> <li>- Ação purificadora por reciclagem de gases através de mecanismos fotossintéticos;</li> <li>- Ação purificadora por fixação de gases tóxicos.</li> </ul>  |
| Equilíbrio solo-clima-vegetação  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Luminosidade e temperatura: a vegetação ao filtrar a radiação solar, suaviza as temperaturas extremas;</li> <li>- Umidade e temperatura: a vegetação contribui para conservar a umidade do solo, atenuando sua temperatura;</li> <li>- Redução na velocidade do vento;</li> <li>- Mantém as propriedades do solo: permeabilidade e fertilidade;</li> <li>- Abrigo à fauna existente;</li> <li>- Influencia no balanço hídrico.</li> </ul> |
| Níveis de Ruído  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Amortecimento dos ruídos de fundo sonoro contínuo e descontínuo de caráter estridente, ocorrentes nas grandes cidades.</li> </ul>   |
| Estético   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quebra da monotonia da paisagem das cidades, causada pelos grandes complexos de edificações;</li> <li>- Valorização visual e ornamental do espaço urbano;</li> <li>- Caracterização e sinalização de espaços, constituindo-se em um elemento de interação entre as atividades humanas e o meio ambiente.</li> </ul>   |

Fonte: LOMBARDO, 1990

Assim,

A necessidade de uma distribuição mais igualitária de áreas verdes na cidade é destacada por vários autores, pois a localização destas, na maioria das vezes, está associada à especulação imobiliária. Assim, os espaços destinados ao lazer, quer sejam parques e praças públicas, quando bem equipados, tornam as áreas em seu entorno mais valorizadas e, conseqüentemente, procuradas pela garantia de uma vida mais saudável devido aos diversos benefícios que esses espaços lhes oferecem (GOMES; SOARES, 2003).

Em 2010, a Organização das Nações Unidas - ONU divulgou um relatório sobre os danos irreversíveis ao meio ambiente. Segundo a fonte, a perda de vida sustentável em ambientes naturais deve se aprofundar a ponto de se tornar irreversível se os objetivos globais para impedir as perdas não forem atingidos neste ano. Como resultado da degradação, o mundo está chegando perto de vários "pontos sem retorno" além dos quais alguns ecossistemas que fazem parte do processo natural, tais como clima ou cadeia alimentar, podem ser permanentemente atingidos.

Pensar a arborização urbana vai além de projetos de arborização de áreas escolhida. É responsabilidade da sociedade (como um todo) com o meio ambiente e manutenção da vida, com a biodiversidade da fauna e da flora, saúde dos solos, dos oceanos e da atmosfera. Com o tempo, as sociedades tornaram-se cada vez mais desenvolvidas e, conseqüentemente, produziram transformações cada vez mais avançadas em seus sistemas de técnicas, gerando um maior poder de construção e transformação do espaço geográfico e os conseqüentes impactos sobre a natureza. Portanto, a influência da ação humana sobre a dinâmica natural tornou-se gradativamente mais complexa, criando cidades mais complexas.

A arborização das praças é de suma importância para garantir o conforto dos usuários nestas, estabilização climática, embelezamento, influenciando assim, de forma positiva, “o psicológico e o emocional do ser humano, proporcionando sensações de relaxamento em meio a grandes edifícios das metrópoles” como afirma Loboda e De Angelis (2005).

Para Lotfi e Koohsari (2009), espaços públicos são elementos vitais em nosso ambiente, pois executam as funções necessárias e positivas, oferecem oportunidades de lazer para as pessoas, protegem os recursos físicos e afetam uma ampla gama de decisões de desenvolvimento econômico.

Angelis e Neto (2001) exaltam que a praça não é apenas um espaço verde dentro da cidade, mas um espaço de uso do homem, um local de encontro “físico, cultural, ideal”, com as trocas de pensamento que modificam a sociedade e materializam pensamentos. A conscientização da importância da praça na qualidade de vida urbana, por parte da população é outro fator relevante a ser considerado, já que para muitos, este espaço não está incorporado ao seu cotidiano.

### **3.4 Qualidade de vida e qualidade ambiental: pilares para o conceito de qualidade de vida urbana.**

Dal Forno e Finger (2015, p.105) escrevem que, nos anos 60, surge o conceito de “qualidade de vida” “com conotações sociais, e não apenas sob o ponto de vista econômico, como antes era referido na literatura”. O conceito está intimamente relacionado com a questão da sustentabilidade, onde há a procura de um modelo de desenvolvimento para o mundo que supra as necessidades humanas sem comprometer a capacidade das gerações vindouras satisfazerem as suas necessidades.

A satisfação de necessidades implica na possibilidade de “não privação” (BRAGA, 2002), onde, pelo menos as condições mínimas são garantidas na busca pelo bem-estar



individual e coletivo que contempla os fatores socioculturais, econômicos e ambientais. Isso porque, vida e meio ambiente são indissociáveis, pois como afirma Leff (2002):

a questão da qualidade de vida irrompe no momento em que converge a massificação do consumo e a concentração da abundância, com a deterioração do ambiente, a degradação do valor de uso das mercadorias, o empobrecimento crítico das maiorias e as limitações do Estado para prover os serviços básicos a uma crescente população marginalizada dos circuitos da população e do consumo. (LEFF, 2002, 147).

Nas décadas de 70 e 80 assiste-se a um acelerado processo de urbanização e consequente agravamento da degradação ambiental, emergindo então, uma preocupação a nível mundial, sobre a problemática ambiental. O conceito de qualidade de vida vinculou-se, indissociavelmente, ao de qualidade ambiental (GUIMARÃES, 1984). A partir desta data, o conceito começa a incorporar outras perspectivas: econômica, social, biológica, psicológica, cultural e ambiental.

É nesta conjuntura que, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elabora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o objetivo de “desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade do rendimento nacional para políticas centradas em pessoas” (HAQ, 1995), o que implica que o crescimento económico deva ser traduzido em melhorias das condições de vida, da gestão das políticas públicas, etc., ou seja que as pessoas, mais do que beneficiárias, sejam parte ativa e participante das decisões que influenciam as suas vidas (IPEA, 1999).

Apesar deste índice IDH avaliar somente três dimensões de desenvolvimento (índice de educação, longevidade e renda do país), foi a partir da sua criação que os governos e instituições começaram a desenvolver iniciativas de avaliação das condições e/ou da qualidade de vida nas diferentes escalas (países, regiões e cidades), impulsionando a elaboração e uso de indicadores urbanos (NAHAS, 2011).

Nos anos 90 a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu “qualidade de vida” como a “percepção do indivíduo da sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Nesse sentido, a qualidade da vida humana está diretamente relacionada com a interferência da obra do homem no meio natural urbano.

Leff (2002, p. 148) considera que há uma inter-relação da qualidade de vida com o ambiente em que o indivíduo está inserido e alerta que esta busca incessante pela satisfação das necessidades incide numa demanda por “maior recursos e exerce uma maior pressão sobre

o ambiente”. A partir dessa visão, a qualidade de vida deveria ser pensada e co-relacionada com a capacidade de suporte do planeta, de modo a reavaliar os valores presentes na sociedade induzida ao consumo desmedido.

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem-se elementos imprescindíveis para o bem estar da população, pois influenciam diretamente a saúde física e mental daqueles que a utilizam diretamente ou não.

O urbanismo atual está intrinsecamente relacionado à sustentabilidade e todos os conceitos que a envolvem e se correlacionam entre si. A política urbana, segundo Dias, é o conjunto de ações voltadas para se alcançar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. E qualidade de vida urbana está diretamente ligada à eficácia do planejamento urbano. (DIAS, 2009, p.48). Mendonça (1994, p.267), afirma que “desde o final do século XIX as teorias de urbanização tem se pautado na criação de jardins e parques urbanos como meio de melhorar a qualidade de vida na cidade”.

Para Machado (1997), os padrões de qualidade ambiental variam entre a cidade e o campo, entre cidades de diferentes países ou do mesmo país, assim como entre áreas de uma mesma cidade. Isso ocorre, segundo a autora, porque a qualidade do meio ambiente depende de processos nacionais, em nível urbano e rural e de políticas adotadas em todas as esferas: federal, estadual, municipal, pública ou privada.

Considera-se, de maneira geral, que a qualidade do meio ambiente constitui fator determinante para o alcance de uma melhor qualidade de vida na promoção da qualidade de vida urbana. Assim sendo, Machado (1997) salienta que a qualidade ambiental está intimamente ligada à qualidade de vida, pois vida e meio ambiente são inseparáveis, o que não significa que o meio ambiente determina as várias formas e atividades de vida ou que a vida determina o meio ambiente.

Segundo Ribeiro e Vargas (2004, p. 13-15) a definição de qualidade ambiental urbana ou qualidade de vida urbana deve levar em conta diversos fatores especiais, biológicos, sociais e econômicos da existência e do desenvolvimento. As cidades apresentam uma dinâmica própria onde os homens necessitam dos recursos naturais para a produção de bens e serviços, bem como para sua sobrevivência, como pode ser observado no quadro 06 abaixo:

**Quadro 06** - Componentes da qualidade ambiental urbana

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>Espaciais</b>  | <b>Bem-estar:</b> vegetação, espaço abertos, tranqüillidade<br><b>Acessibilidade:</b> sistema viário, transporte<br><b>Desenho Urbano:</b> elementos visuais, monotonia, informação<br><b>Referenciais:</b> orientação, história, marcos<br><b>Uso/ocupação do Solo:</b> densidade, conflito de usos, segregação  |
| <b>Biológicas</b> | <b>Saúde Física:</b> saneamento, insolação, ruídos, qualidade do ar<br><b>Saúde Mental:</b> estresse, congestionamentos, solidão, reclamações<br><b>Segurança:</b> trânsito, edificações, marginalidade   |
| <b>Sociais</b>    | <b>Organização:</b> comunitária, de classe, associações<br><b>Realização Pessoal:</b> amizade, afeto, reconhecimento<br><b>Contatos:</b> encontros, privacidade, solidariedade<br><b>Atividades:</b> lazer, recreação, cultura, compras<br><b>Realização profissional:</b> mobilidade, oportunidades<br><b>Acesso e opções:</b> moradia, trabalho, serviços urbanos, transporte |
| <b>Econômicas</b> | <b>Oportunidade:</b> emprego, trabalho, negócios<br><b>Problemas da aglomeração:</b> trânsito, custo de vida, competição<br><b>Diversidade:</b> escolhas  |

Fonte: Ribeiro e Vargas, 2004, p.15

**4 O PAPEL DAS PRAÇAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ.**

Artigo enviado à Revista Brasileira de Geografia Física

ISSN 1984-2295

B2 em Ciências Ambientais.

## O PAPEL DAS PRAÇAS PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ.

*The role of public squares for the quality of urban space in the city of Teresina, Piauí.*

Lorena Moura Santana<sup>1</sup>  
Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>

**Resumo:** As praças são espaços livres públicos essenciais para a dinâmica das cidades brasileiras pois, ao longo da história, representam o espaço intencional do convívio humano, importantes para o exercício da democracia, fortalecendo a sociabilidade urbana e as interações sociais. São responsáveis pela articulação do tecido urbano, sendo assim, importantes na formação de identidade de um determinado lugar e atuantes na promoção da qualidade de vida urbana de uma cidade. Como forma de compreender a importância das praças para a qualidade do espaço urbano de Teresina, Piauí, esta pesquisa apresenta o quantitativo de praças públicas da cidade, sua distribuição por regiões administrativas no município e a relação do quantitativo de espaços com a população dos bairros, uma vez que a vitalidade destes depende diretamente da oferta, planejamento adequado, conforto e acessibilidade. Estes fatores motivam o uso e ocupação das praças, onde a dimensão da vida coletiva proporciona trocas sociais. Ao englobarem as áreas verdes, as praças tornam-se lugares estratégicos para a mitigação de riscos ambientais para a cidade e são potenciais locais de lazer, essenciais para a capital que vive sob altas temperaturas o ano inteiro, assegurando, assim, a importância ambiental e social na qualificação do espaço.

**Palavras-Chave:** Praças. Cidades. Qualidade do Espaço Urbano. Teresina.

**Abstract:** The squares are public spaces that are essential for the dynamics of Brazilian cities because, throughout history, they represent the intentional space of human conviviality, important for the exercise of democracy, strengthening urban sociability and social interactions. They are responsible for the articulation of the urban fabric, thus being important in the identity formation of a certain place and acting in the promotion of the quality of urban life of a city. As a way of understanding the importance of the squares for the quality of the urban space of Teresina, Piauí, this research presents the quantitative of public squares of the city, its distribution by administrative regions in the city and the relation of the quantitative of spaces with the population of the neighborhoods, since the vitality of these depends directly on supply, adequate planning, comfort and accessibility. These factors motivate the use and occupation of squares, where the dimension of collective life provides social exchanges. By encompassing the green areas, the city's squares become strategic places to mitigate environmental risks for the city and are potential leisure sites, essential for the capital that lives at high temperatures throughout the year, thus ensuring the importance environmental and social dimension in the qualification of space.

**Keywords:** Squares. Cities. Quality of Urban Space. Teresina

### 4.1 Introdução

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista, mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFPI (lorenamoura.arq@gmail.com)

<sup>2</sup> Orientadora, Arquiteta e Urbanista, Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA/UFPI (wilzalopes@hotmail.com)

As cidades brasileiras são profundamente heterogêneas e seus conflitos espaciais, econômicos e socioculturais movem os diversos estudos e iniciativas de planejamento urbano na busca do bem viver nestas, que abrigam mais de 84% da população do país (IBGE, 2015).

Neste sentido, Gehl e Svarre (2015) entendem que uma cidade bem-sucedida deve proporcionar um senso de lugar que fortaleça a identidade do cidadão e da comunidade com o meio a sua volta, pois o lugar, de acordo com Mussi Vaz e Santiago (2004) é o espaço consolidado pelos usos e usuários. Assim, a busca no século XXI por cidades “vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis” (GEHL; SVARRE, 2015, p.6) está diretamente ligada à escala humana de planejamento e o comportamento das pessoas nos espaços públicos, vitais para a “produção e reprodução da cidade”.

Na cidade contemporânea, os espaços públicos já não possuem a mesma importância dos tempos antigos, onde a *Ágora*, na Grécia Antiga e o Fórum Romano, eram palco de decisões e manifestações da população, já que foram os primeiros espaços de convívio público e cívico destas sociedades. Contudo, são lugares da vida pública (QUEIROGA, 2011) onde a vida coletiva acontece sem distinção de classe social e raça.

As praças como espaços públicos reúnem, então, características que promovem o encontro, sociabilidade, lazer e a melhoria da qualidade ambiental no ambiente urbano, segundo Queiroga (2011). Estudá-las significa entender que a dimensão da sua atuação vai além dos limites dos bairros em que estão inseridas, pois são elementos que estruturam, ordenam e modelam as cidades, que “equilibram o sistema ambiental” (PERAIA, 2007, p.02), são acessíveis a todos e referenciais urbanos.

Robba e Macedo (2002, p.17) definem que as praças são os “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”, espaços abertos, que podem ser vegetados ou não. São, então, espaços primordiais para a vida nas cidades, que ao serem dotadas de infraestrutura adequada, que permitem uma diversidade de atividades, promovem a interação do homem com o espaço urbano e entendimento e pertencimento ao meio ambiente.

Assim, o processo de projeto e planejamento das praças públicas é etapa essencial para que estes espaços sejam vivenciados quando implantados. Em outras palavras, a qualificação do espaço e sua usabilidade estão intimamente ligadas aos atrativos que estas possuem para que o usuário se identifique e se sinta convidado a utilizá-lo. Sua infraestrutura, forma, mobiliário, previsão de áreas verdes e acessibilidade garantem que as praças exerçam suas funções sociais e ambientais na cidade.

Além destes aspectos é ímpar destacar que a “a inserção ou a otimização desses espaços na malha urbana representam um desafio importante (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007, p.59)” para o poder público, que precisa prover, de maneira igualitária, a cidade com espaços livres públicos que atendem aos seus habitantes. O desafio de tornar as cidades mais sustentáveis é também o desafio de criar bons espaços públicos que ofereçam segurança, caminhabilidade, locais de permanência, locais para se exercitar, conversar e observar as perspectivas da cidade.

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva, então, compreender qual o papel que as praças exercem na constituição de um espaço urbano de qualidade em Teresina, Piauí. Apresenta, assim, o quantitativo de praças públicas na cidade, sua distribuição por zonas no município, a relação deste quantitativo com a população dos bairros como forma de entender como são concebidas e se a demanda por espaços livres públicos na capital está sendo atendida.

#### **4.2 O espaço urbano de Teresina, Piauí: retrospectiva e conformação atual.**

Teresina, a primeira capital planejada do Brasil, foi fundada em 1852, às margens do Rio Parnaíba com traçado geométrico de suas quadras, que se assemelhavam a um tabuleiro de xadrez (VIANA, 2005). De acordo com Gandara (2011, p.93) “ficava nítido o objetivo de criar uma cidade ordenada”, até de conter o crescimento desta, porém, as décadas de 1940 e 1950 de acordo com Viana (2005), trouxeram transformações espaciais e na rede de transporte viário que fizeram com que a mesma crescesse em todos os sentidos, iniciando um intenso processo de uso e ocupação do solo do município.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina, a SEMPLAN,

Teresina foi ocupada em épocas diferentes, de forma gradativa, e cada região vivenciou diferentes circunstâncias e momentos políticos. O perfil dos aglomerados urbanos se definiu com o tempo. Portanto, ao se observar a realidade de hoje, constata-se que a cidade é um mosaico urbano bastante complexo (SEMPLAN, 2019, p.12).

Assim, destaca-se que a área urbana atual da cidade é dividida em quatro regiões administrativas, criadas pelas leis nº 2.960 e nº 2.965 de dezembro de 2000 (figura 18). Cada região corresponde a uma zona, que responde política e administrativamente a uma Superintendência de Desenvolvimento Urbano, as SDUs. São elas: Superintendência de Desenvolvimento Urbano Leste, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sudeste, Superintendência de Desenvolvimento Urbano Centro/Norte e Superintendência de

Desenvolvimento Urbano Sul. O objetivo da criação das SDUs, segundo Lima (2010, p. 53) foi a “descentralização e regionalização da prestação dos serviços” que antes eram concentrados em um único setor da Prefeitura Municipal que tratava de assuntos referentes ao planejamento urbano.

**Figura 18** – Divisão Administrativa da área urbana de Teresina



Fonte: Carvalho (2018)

Por SDU, tem-se o seguinte quantitativo de bairros: SDU Leste – 29 bairros; SDU Centro/Norte – 37 bairros; SDU Sudeste – 19 bairros; SDU Sul – 38 bairros (SEMPPLAN, 2019), totalizando 123, onde são visíveis e marcantes as diferenças entre estes dentro das



zonas e na cidade como um todo, justamente porque cada região vivenciou processos de ocupação singulares, em momentos distintos do país e em Teresina, de aplicação dos princípios urbanísticos (VIANA, 2005).

A zona Centro/Norte foi a primeira a ser desenhada e habitada em Teresina. O núcleo de povoamento inicial da cidade é o bairro Centro, às margens do Rio Parnaíba, onde a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, popularmente conhecida como praça da Bandeira, e a igreja matriz, Igreja Nossa Senhora do Amparo, nortearam os locação dos demais edifícios públicos e residências no entorno destes. A zona Norte, possui até hoje uma área urbana extensa, principalmente por ter incorporado faixas significativas de área da zona rural do município (SEMPLAN, 2019).

Com os programas do Governo Federal brasileiro para reduzir o déficit habitacional a partir dos anos 1960, muitos foram os conjuntos habitacionais implantados em Teresina, tanto na zona Norte como na zona Sul, que segundo Lima (2002), abrigaram inicialmente a população carente que residia no Centro.

Nascimento (2011, p.3) destaca que na década de 1950 já havia segregação na capital, pois a população mais abastarda residia na área central, reafirmando que esta era “dotada de infraestrutura básica como redes de abastecimento d’água, de energia elétrica, telefone, ruas, calçadas” e a periferia, se concentraria até então, nas regiões norte e sul, distantes do centro comercial, administrativo e social. O auge da ocupação da zona sul se deu principalmente com a ampliação da zona urbana no ano de 1988 (SEMPLAN, 2019).

Com a criação da ponte sobre o Rio Poti, a Ponte Juscelino Kubitschek, a zona Leste, que era uma grande área de propriedades rurais, foi sendo habitada por pessoas de melhores condições de renda, em busca de lotes maiores e atraídos pelas propagandas imobiliárias da época de morar em meio a grandes áreas verdes (NASCIMENTO, 2011).

Em contrapartida, Teresina continuou recebendo muitos conjuntos habitacionais até os anos 2000. Façanha (1998) destaca que na década de 1970 foram 11 conjuntos, distribuídos em três zonas da cidade, totalizando 5.998 unidades; até 1980, mais 23.179 unidades foram entregues; em 1990, a capital contava com 43 conjuntos habitacionais, demonstrando o quanto estes foram importantes para a produção do espaço urbano da cidade, que agora cresce em todas as direções.

A zona Sudeste originou-se de um destes conjuntos, no final da década de 1970, o Dirceu Arcoverde. Tornou-se anos mais tarde, o polo econômico, social e cultural da região e em torno dele se instalaram dezenas de outros conjuntos, residenciais e vilas. A distância para

as outras áreas fez com que esta zona fosse isolada, apresentando precariedade de acesso à infraestrutura básica de saneamento, educação, saúde e serviços (SEMPLAN, 2019).

O crescimento e expansão da cidade foram acompanhados, não na mesma velocidade, de planos urbanísticos na tentativa de ordenar e qualificar o ambiente urbano da capital, e assim, o poder municipal se tornou o “maior promotor e regulador do solo urbano” teresinense (FAÇANHA, 1998, p.55). Grande parte dos bairros de Teresina corresponde hoje aos conjuntos habitacionais implantados desde a década de 1960 e suas posteriores alterações de perímetro com subtração e/ou adição de áreas, o que revela o impacto desta política na cidade.

Cabe a reflexão de que, ao serem implantados distantes das áreas centrais, contribuíram para processos que marcam hoje o ambiente urbano de Teresina: esvaziamento residencial do centro, descentralização de atividades comerciais, uma cidade espalhada, que ainda cresce desordenadamente, áreas dotadas de infraestrutura x áreas sem nenhuma infraestrutura urbana.

Assim, Façanha e Viana (2012, p. 75) escrevem que em Teresina,

[...] os problemas ambientais têm adquirido dimensões preocupantes [...] a partir da configuração da capital como um polo de atração [...] contribuindo para a aceleração do processo de expansão urbana e determinando uma maior degradação ambiental.

Chaves e Andrade (2017) afirmam que os impactos negativos ao meio ambiente urbano de Teresina são implicações do aumento populacional, da deficiência de saneamento e da ocupação de áreas impróprias, como margens de rios e lagoas, riachos e planícies fluviais. Os autores consideram como problema, as inundações frequentes em períodos chuvosos, provocadas pela ocupação das planícies fluviais e lacustres, além de demais fatores como a redução das áreas verdes e aumento das áreas pavimentadas.

Na maior parte de sua existência, Teresina sofre para reduzir o déficit habitacional que existe na cidade, porque se tornou, dentre outros fatores, referência nos pólos saúde e de educação, atraindo então, migrantes das demais cidades do Piauí, dos estados do Nordeste e do Norte do país. Ou seja, é forte a especulação imobiliária, o movimento de verticalização, a “guerra” para a construção dos mais diversos empreendimentos em detrimento do espaço público.

Neste sentido, a criação de espaços livres públicos como praças e parques urbanos não acompanhou a expansão da capital, ficando assim, em segundo plano, frente aos tantos problemas urbanos que surgiam. Apesar de serem previstos nos loteamentos e parcelamentos

do solo, são muitos os vazios urbanos e terrenos de caráter institucional na cidade, confundidos e/ou contabilizados como áreas verdes. As praças centrais, mesmo que tenham perdido sua função primordial de local de encontro, permanência e contemplação (SILVA, 2009) ainda são as mais lembradas pelos teresinenses em consulta informal feita pela autora em grupos de pessoas da família e da Universidade Federal do Piauí.

Sabe-se, então, que os espaços livres são de extrema importância para conferir qualidade ao espaço urbano, pois concentram infraestrutura de mobiliário, arborização, atividades e pessoas, onde, a satisfação com a vida na cidade é medida pelo uso dos destes espaços, representados não só pelas praças e parques, mas pelas ruas, calçadas, largos, jardins públicos.

Se há a falta ou a má qualificação destes, não significa apenas a redução de espaços de sociabilidade, encontro e lazer, mas a transferência da vida pública para locais privativos, de acesso restrito ou pagos. A cidade deixa de ser caminhável pois não há atratividade de lugares públicos para se ficar e permanecer, o cidadão tem, assim, a falsa percepção de que vive a cidade, mas só conhece os lugares que pode ir de automóvel.

A praça pública é, então, uma das tipologias de espaços livres mais presentes na vivência cotidiana dos cidadãos, principalmente pelo seu raio de alcance, geralmente presentes em maior número e em menor escala nos bairros das cidades. Ao buscar responder se as praças de Teresina contribuem para a qualidade do espaço urbano, esta pesquisa encontrou diversos questionamentos como: o número oficial de praças e demais espaços livres públicos existentes, a nomenclatura destes espaços e informações – disponíveis à consulta pública, sobre projeto paisagístico e manutenção, que revelaram que estas informações são escassas e também, de difícil acesso.

### **4.3 Metodologia**

Para a realização da pesquisa foram feitas pesquisas bibliográfica e documental para a obtenção dos dados referentes ao quantitativo, distribuição e projeto das praças públicas da cidade de Teresina, localizadas no espaço urbano da capital. O levantamento de dados contou também com visitas as quatro Superintendências de Desenvolvimento Urbano e aos setores Agenda 2030 e Gerência de Informações da Secretaria Municipal de Planejamento, órgãos que lidam diretamente com o planejamento, estudo e gestão dos espaços livres públicos na cidade.

A pesquisa bibliográfica e documental identificou e analisou os documentos disponíveis ao público no site da SEMPLAN: Teresina em Bairros (2013), Agenda 2030 (2015), Teresina GEO e a Legislação Urbana e suas atualizações – Código de Obras (lei nº 3.608/2007), Uso e Ocupação do solo (lei nº 3.500/2006), Parcelamento do Solo (lei nº 3.561/2006) e as relacionadas ao meio ambiente – adoção de áreas verdes públicas (lei nº 4.632/2014) e campanha permanente de arborização de ruas e praças (lei nº 3.903/2009).

Identificou-se duas dissertações de Mestrado sobre a temática: “Questões ambientais, culturais e socioeconômicas de espaços livres urbanos: praças do centro da cidade de Teresina/PI” (PRODEMA/UFPI, 2009), “As duas primeiras praças de Teresina/PI: análise de suas transformações no tempo e diagnóstico” (MACKENZIE, 2012) e uma tese de Doutorado com o título: “Espaços públicos de lazer da cidade de Teresina, PI” do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 2015.

Também foram encontrados quatro artigos publicados em periódicos, intitulados: “Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas” na Revista Ambiente Construído, “Aspectos relacionados ao uso e apropriação de praças em áreas centrais de cidades: transformações e permanências” na Revista Raega, “Os espaços públicos de lazer em Teresina: ontem e hoje” na Revista Equador” e “A realidade socioespacial dos espaços públicos de lazer de Teresina-PI: utilização e conservação” na Revista Sociedade & Território. Além de artigos apresentados em eventos científicos e divulgados em seus anais: “Espaços públicos e suas implicações: um estudo sobre a cidade de Teresina/PI” no XIII Fórum Ambiental da Alta Paulista, “A importância dos espaços livres para a sustentabilidade da cidade: estudo de bairros da zona sul de Teresina, Piauí, Brasil” no ELECS, 2011.

Os resultados foram apresentados na forma de mapas georreferenciados obtidos com o auxílio do programa Quantum GIS 3.4, através das bases de dados disponíveis para *download* no site da SEMPLAN, especificamente oriundas do documento “Teresina GEO” e de dados populacionais do Censo Demográfico 2010 do IBGE.

#### **4.4 Resultados e Discussões**

O estudo dos espaços livres públicos de Teresina esbarra na falta de informações nos órgãos de planejamento urbano municipal sobre quantitativo, identificação, projeto arquitetônico, paisagístico e situação atual destes espaços. Assim, foi constatado que não

existe um número oficial de praças da cidade, seja na SEMPLAN – Secretaria de Planejamento ou nas SDUs. Muitas foram as visitas aos referidos órgãos na tentativa de obter documentos oficiais que embasassem esta pesquisa.

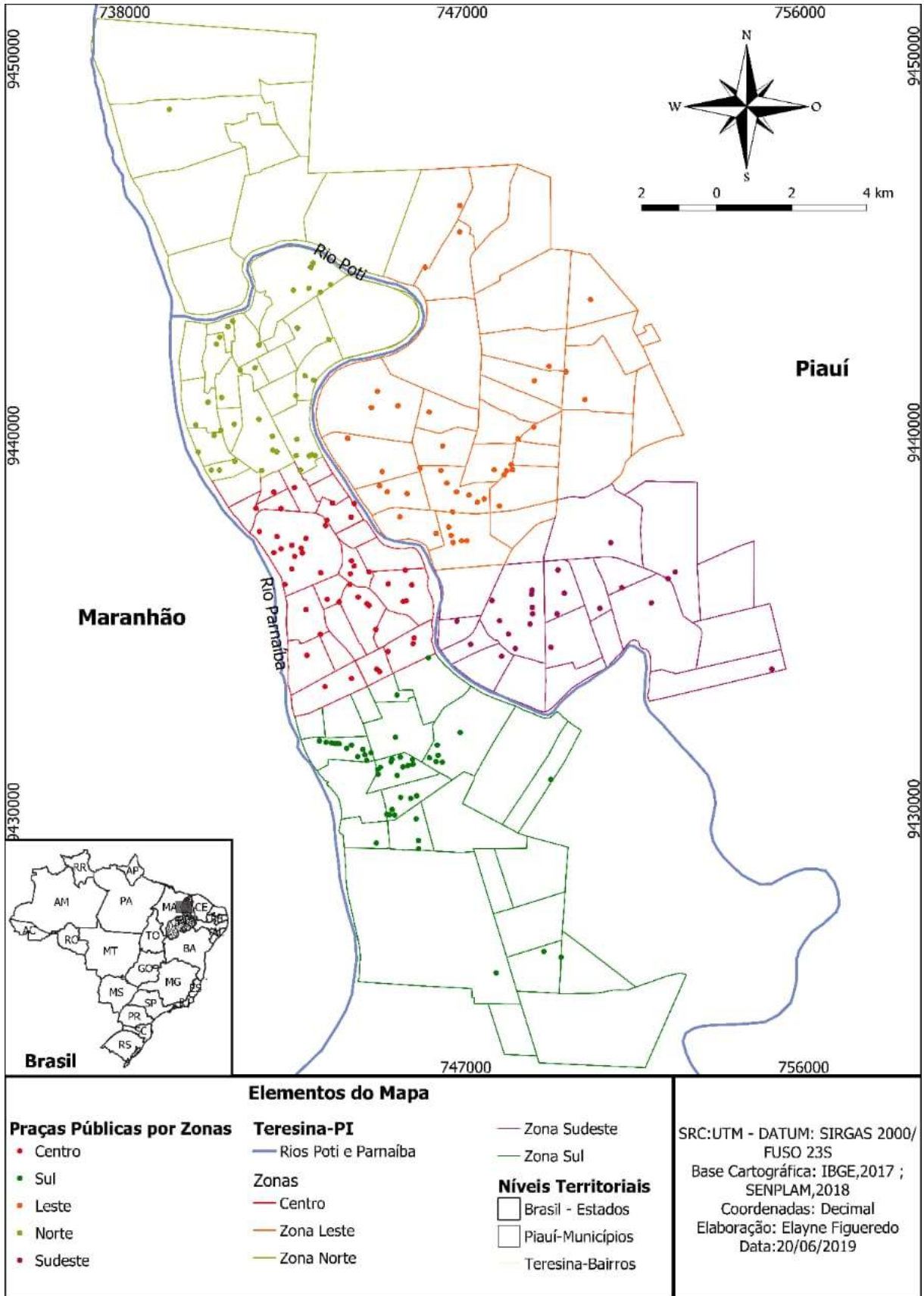
Documentos públicos e disponíveis no site da Prefeitura Municipal como a “Agenda 2030” – o Plano Diretor Participativo, “Teresina em Bairros” e o “Teresina GEO” reúnem algumas informações sobre os aspectos ambientais da cidade, muitas vezes desatualizadas e que não estão em convergência com documentos e depoimentos obtidos nas Superintendências de Desenvolvimento Urbano.

Em conversa com funcionários dos setores responsáveis (Gerência de Urbanismo) em diversas ocasiões (maio/2017, outubro/2017, maio/2018, outubro/2018 e fevereiro/2019, abril de 2019), estes afirmavam que a falta da compatibilização dificulta, principalmente, o serviço de manutenção destes espaços públicos, pois muitos nem entram nas listagens feitas por SDU.

Então e com base no arquivo “Teresina GEO”, especificamente na seção “Lazer, Economia e Serviços Públicos”, alimentado assim que os espaços são levantados (na Gerência de Informações da SEMPLAN não souberam informar a periodicidade destas atualizações), elaborou-se o mapa (figura 20) com o auxílio do programa Quantum GIS 3.4, que localiza por meio das coordenadas geográficas disponíveis, as 198 praças já contabilizadas, por bairro, até maio de 2019, quando a etapa da presente pesquisa foi encerrada.

Alguns bairros apresentam o total de zero praças, mas este fato não condiz com a realidade, já que não há uma ordem de inserção das coordenadas geográficas no “Teresina GEO” e não se pode percorrer os 123 bairros da capital para a identificação destes espaços livres. Este banco de dados tem como grande categoria “áreas verdes” e as subcategorias são as praças, viveiros, parques urbanos, parques ambientais, rotatórias, canteiros, triângulos e ruas. Para que o mapa pudesse responder aos objetivos da pesquisa, optou-se por localizar apenas as praças, mesmo sabendo que existem espaços vazios e áreas verdes que a PMT não contabiliza como praça, nomeando de outra maneira, mas que a população das comunidades, considera como praça.

Figura 20 – Mapeamento do quantitativo de praças por bairros em Teresina, Piauí.



Fonte: Teresina GEO, modificado por Figueredo, 2019

De acordo com o mapa, as praças estão distribuídas na cidade de Teresina da seguinte maneira, totalizando 198:

- Zona Centro - 47
- Zona Norte – 40
- Zona Sul – 47
- Zona Leste - 41
- Zona Sudeste – 23

Confrontando estes dados com o documento intitulado “Diagnóstico Sócio-Econômico e Cultural de Teresina: Contribuições da Agenda 2030”, obtido na SEMPLAN, autorizado para utilização nesta pesquisa, mas ainda não divulgado à sociedade civil até maio do presente ano, têm-se no capítulo “Meio Ambiente” a descrição dos parques ambientais, praças e passeios de avenidas da capital. Segundo este, as praças estão assim distribuídas, totalizando 213 espaços:

- Zona Centro - 17
- Zona Norte – 20
- Zona Sul – 105
- Zona Leste - 41
- Zona Sudeste – 30

Entre o arquivo “Teresina GEO” e o documento da Agenda 2030, há uma diferença de 15 praças levantadas. Como o primeiro é alimentado periodicamente, poderia ser afirmado, então, que existem um total de 213 praças na capital, porém, um dado da Secretaria do Meio Ambiente, afirma que existiam, no ano 2000, 297 destas tipologias em Teresina. Ou seja, com base neste último, houve uma redução drástica de 84 espaços em quase 20 anos ou há uma indefinição conceitual da tipologia?

Outro dado que chama a atenção é a discrepância entre os dados levantados nos dois primeiros estudos acerca do quantitativo de praças nas zonas Centro, Norte e principalmente, Sul. O que leva então ao questionamento de quais são os limites dos bairros (e consequentemente das zonas) que estão sendo considerados para os levantamentos e estudos.

Embora o perímetro urbano de Teresina tenha sido alterado em 2017, devido aos condomínios fechados horizontais construídos inicialmente em área rural do município, e da criação de novos bairros em 2013, pela Lei nº 4.423, é uma divergência significativa de

informações, principalmente em zonas tidas como consolidadas como as zonas centro e norte. A diferença é de 30 praças mapeadas na zona centro e 20, na zona Norte de acordo com o documento da Agenda 2030 em relação ao “Teresina GEO”.

Afim de compreender sobre esta divergência de informações, buscou-se junto aos órgãos de planejamento da PMT responsáveis pela gestão dos espaços livres públicos, entender a competência de cada um destes e como é feito o levantamento de dados sobre as praças e a posterior divulgação aos demais setores e sociedade civil. Apurou-se que existe na Secretaria Municipal de Planejamento um setor que levanta e organiza as informações sobre as praças na cidade, a Gerência de Urbanismo, onde esta pasta é de responsabilidade específica de um único funcionário e um estagiário.

As SDUs, outros órgãos e secretarias municipais e estaduais utilizam os dados que este setor disponibiliza, ou seja, a Agenda 2030, citada nesta pesquisa, é um setor recente da SEMPLAN que não vai a campo. Não há orçamento e material humano para tal, já que é composto por 8 pessoas, mesmo que as atribuições da Agenda 2030 global contemplem esta atividade. Então qual a função deste setor? Eles levantam dados existentes, reúnem, tecem análises e organizam em plataformas abertas para que sejam de livre acesso aos cidadãos e aos governos, utilizando-se dos princípios de governo aberto.

Mesmo se utilizando de dados disponibilizados por este único setor, estes são inconsistentes. Uma pesquisa mais detalhada necessita ser realizada na SEMPLAN para de fato compreender em que parte do processo as informações se “desencontram”, já que também foi constatado que elas não chegam até as SDUS. Em visita as quatro, em diversas ocasiões constatou-se que: ou não existe nenhum registro do quantitativo e nomenclatura das praças dos bairros que integram estas superintendências ou existe uma lista própria, que diverge das informações da SEMPLAN.

Por isso, há o questionamento de como estes setores de planejamento urbano da capital “conversam” e compartilham informações, ao tempo que se constata que há uma severa desorganização dos dados levantados e disponibilizados, já que em todas as SDUs, na Gerência de Urbanismo, na Gerência de Informações (que concentra dados da PMT) e na Agenda 2030, os dados divergem ou não existem.

Sobre a caracterização das tipologias de espaços livres, existem autores como Silvio Macedo e grupos de pesquisas consolidados no país, como o QUAPÁ – Quadro do Paisagismo Brasileiro, liderado por Macedo, que atua desde 1994 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU USP, que entendem os espaços livres públicos como espaços livres de edificação, não contidos entre paredes e tetos que



podem conter ou não áreas vegetadas. As áreas verdes são conceituadas como toda e qualquer área que exista vegetação.

A Lei nº 4.632/2014, que dispõe sobre a adoção de Áreas Verdes Públicas, no Município de Teresina, e dá outras providências, apresenta que:

Art. 2º Entende-se por áreas verdes, para efeitos desta lei:

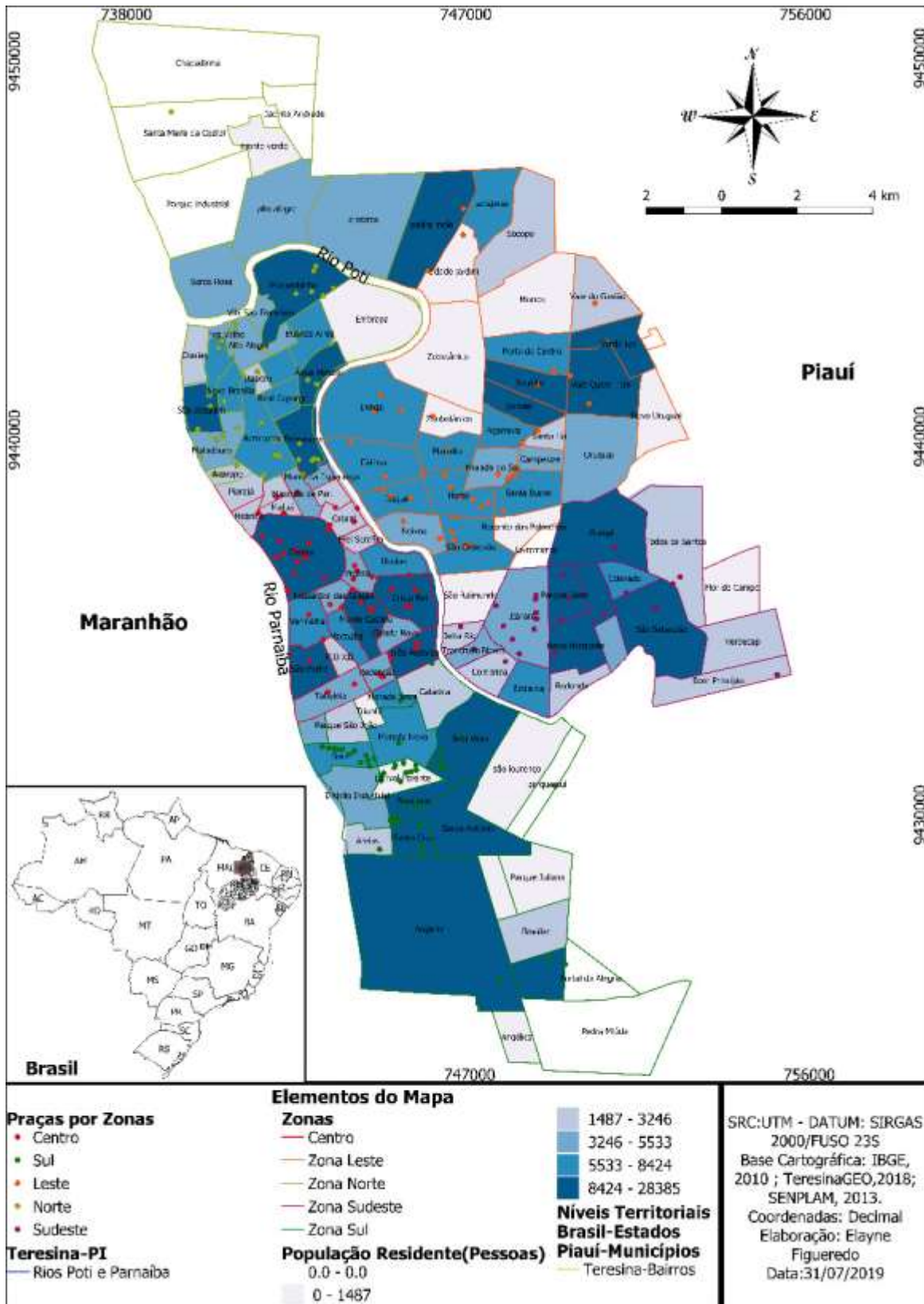
- I – praças;
- II – jardins;
- III – academias populares;
- IV – parques naturais;
- V- parquinhos infantis;
- VI – rotatórias;
- VII – canteiros;
- VIII – logradouros públicos;
- IX – áreas de ginástica, esporte e lazer.

Assim, constatou-se que Legislação de Teresina vigente não utiliza o termo “espaços livres” como elemento de referência e nem faz menção ao mesmo. Áreas verdes é o termo adotado para designar a “grande área” das quais as praças fazem parte. Não foi encontrado em nenhum documento o conceito de praças adotado pela SEMPLAN, o que dificultou o entendimento da pesquisadora sobre como ocorre desde o levantamento de praças existentes até a concepção e previsão de novos equipamentos.

Esgotadas as questões em torno do número oficial de praças em Teresina e a disponibilidade destas informações à população, buscou-se uma segunda compreensão: qual a relação entre a oferta destes espaços e a população residente nos bairros? Esta relação, apresentada no mapa (figura 21) exigiu uma análise baseada nos seguintes condicionantes:

- Os dados oficiais da população de Teresina são oriundos do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, ou seja, há uma defasagem de quase 10 anos nestes;
- Há bairros criados após o Censo Demográfico de 2010, por meio da Lei 4.423/2013 que não serão representados, pois não existem dados de população oficiais, só estimativas da PMT.
- Não há uma ordem ou sequência de alimentação dos dados na plataforma “Teresina GEO”. Assim, bairros que apresentam um total de 0 praças não significam que realmente não possuam; podem ter sido levantados mas a informação ainda não consta no documento;
- Não foram encontrados documentos da SEMPLAN que estimem a população de Teresina até o ano vigente de forma a tornar o mapa a seguir o mais próximo da realidade.

Figura 21 – Relação da população de Teresina (2010) com a quantidade de praças por bairro (2018)



Fonte: Teresina GEO, modificado por Figueredo, 2019

Esse mapa fornece informações valiosas não apenas sobre a distribuição das praças por bairros da cidade, mas sobre a concentração populacional em áreas específicas, que mesmo com a defasagem de 10 anos de dados oficiais, caracterizam o espaço urbano de Teresina e a dinâmica de ocupação do solo.

Ainda reflexo da implantação dos conjuntos habitacionais entre anos 1960 e 2000, as áreas com maiores aglomerados populacionais advém destes conjuntos que se tornaram bairros: Angelim, Esplanada, Mocambinho, Água Mineral, Primavera, Pedra Mole, Bela Vista, Satélite, Samapi, Vale Quem Tem, Monte Castelo e Cristo Reis são algumas destes, distantes das áreas centrais e carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Não existem documentos oficiais que expliquem a distribuição das praças públicas no espaço urbano de Teresina ou um plano de implantação de próximos espaços livres, de acordo com a necessidade dos bairros ou solicitação dos moradores. O que se observa no mapa acima é que há uma concentração de praças em bairros mais antigos como Saci, Lourival Parente, Bela Vista (zona Sul), Itararé (zona Sudeste), Mocambinho, Primavera (zona Norte) e Centro.

Percebe-se no mapa também que há bairros que apresentam uma única praça ou nenhuma; estes são bairros novos e em zonas mais distantes do centro comercial e administrativo, o que reflete que há uma carência de espaços livres públicos nas novas áreas urbanizadas que estão sendo implantadas na cidade de Teresina e a falta de preocupação dos órgãos planejadores com o tema.

É nítido que, há uma maior concentração de praças em bairros que estão do lado esquerdo da margem do rio Poti, ou seja, bairros que tiveram sua consolidação urbana e espacial entre os anos 1970 e 1980, quando as zonas “além ponte JK” (zonas leste e sudeste) estavam sendo concebidas. Embora o levantamento destes espaços ainda esteja sendo realizado, pode-se afirmar não há uma distribuição igualitária de praças públicas na cidade considerando a população residente nos bairros e que não há um critério de implantação.

#### **4.5 Conclusões**

O estudo e reconhecimento dos espaços livres de uma cidade, representada aqui pelas praças de Teresina, é fator para análise da paisagem, interpretação de acontecimentos urbanos e sua conseqüentemente contribuição para a gestão destes espaços livres, identificando o seu papel na cidade contemporânea que sofre violentos processos como fragmentação, retalhamento, desarticulações, terrenos vagos, fluidez e rede de fluxos.

Ao longo de 166 anos, muitas foram as transformações urbanísticas, econômicas, sociais que Teresina sofreu. Interligadas e dependentes, a primeira molda o espaço físico de Teresina, tanto por abrigar as atividades econômicas (novas e remanescentes do período enquanto província) quanto para receber o contingente populacional oriundo da “nova relação rural-urbano”, como afirma Lima *et al.* (2017, p.36), que a cidade vivencia.

A falta e a divergência de informações levantadas junto aos órgãos municipais de planejamento urbano acerca dos espaços livres públicos da capital, especificamente sobre as praças, é fator primordial para a falta de conclusões acerca do papel das praças públicas de Teresina para a qualidade do espaço urbano da cidade. A literatura é bastante clara quando ressalta a importância destas para o ambiente urbano e para a qualidade de vida na cidade, pois reúnem funções de melhoria do microclima, *locus* de áreas vegetadas, encontro reuniões, manifestação da vida pública, espaços de lazer e marco urbano.

Outros espaços como jardins, parques naturais, rotatórias, canteiros, espaços de lazer e esportes (definição da Legislação Urbana Municipal) e que não foram representados nos mapas desta pesquisa, podem estar suprindo a necessidade da população e da cidade em espaços livres públicos e sendo nomeados como praças pelas comunidades, pois o arquivo “Teresina GEO” os contabiliza e georreferencia. O documento “Diagnóstico Sócio-Econômico e Cultural de Teresina: Contribuições da Agenda 2030” não os menciona, pois levanta os “parques naturais, praças e passeios”.

Afirma-se então, que é necessário que os órgãos de planejamento urbano da capital trabalhem em conjunto na construção da “Cidade que queremos”, um dos slogans da PMT. A expansão do perímetro urbano influencia o quantitativo e implantação das praças na cidade, que ao ser focado em reduzir o déficit habitacional existente, não está focado no planejamento de espaços livres públicos e conseqüentemente, em sua gestão. Se em 2010, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, existiam 297 praças e hoje existem 213 de acordo com a Agenda 2030, qual fator foi primordial para esta diminuição? Houve essa diminuição ou os espaços foram equivocadamente levantados ou nomeados?

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ilana Martins, Ribeiro de. **Sustentabilidade nas habitações de interesse social de Teresina**. 2018, 146f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí. 2018.

- CHAVES, Sammya Vanessa Vieira. ANDRADE, Carlos Sait. A incidência dos desastres naturais em Teresina, Piauí e o perfil da população vulnerável às inundações. **Caderno de Geografia**. PUC Minas, n.1, v.7, p.159-188, 2017.
- FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais**. 1998, 325f. Recife. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. 1998.
- FAÇANHA, Antônio Cardoso. VIANA, Bartira Araújo da Silva. Planejamento e gestão urbana em Teresina (PI): notas da agenda 2015 como plano diretor. **Revista Equador**, nº1, v.1, p.60-78, jun-dez.2012.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História (São Paulo)**, v.30, n.1, p.90-113, jan/jun. 2011.
- GEHL, J. SVARRE, B. **A Vida na Cidade: Como Estudar**. Tradução Anita Di Marco, 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:  
<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 15 abr. 2018.
- LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**. Revista do Instituto Camillo Filho. nº 2, v.1, p. 181-206, 2002.
- MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. **Paisagem Ambiente: Ensaios**. n.7,p. 15 – 56, jun. 1995
- MUSSI VAZ, Murad Jorge; SANTIAGO, Alina. A apropriação popular de espaços públicos. **In Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – ENEPEA**, p.1-9.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais**. XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH , p.1-15, julho 2011
- OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, v.7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistema de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v.19, n.21, p.25-35, jan/jun. 2011.
- SEMPPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Lei nº 3.500/2006**. Disponível em:  
<<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/3.500-2006.pdf>>  
Acesso em: 10 abr. 2019
- SEMPPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Lei nº 3.562/2006**. Disponível em:  
<<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2014/09/3.562-2006-1.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2019

SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Lei nº 3.608/2007**. Disponível em: <[http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wpcontent/uploads/sites/39/2014/09/Lei\\_n\\_3608\\_de\\_04\\_01\\_2007\\_Codigo\\_de\\_Obras\\_e\\_Edificacoes.pdf](http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wpcontent/uploads/sites/39/2014/09/Lei_n_3608_de_04_01_2007_Codigo_de_Obras_e_Edificacoes.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2019

SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Lei nº 4.632/2004**.

SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. Teresina em Bairros. 2013. Disponível em: <<https://semplan.teresina.pi.gov.br/teresina-em-bairros/>> Acesso em: 10 abr. 2019.

SEMPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. Teresina GEO. Disponível em:

SILVA, Guilhermina Castro. **Questões ambientais, culturais e socioeconômicas de espaços livres urbanos: praças do centro da cidade de Teresina/PI**. 2009.165f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2009.

VIANA, Bartira Araújo da Silva. O sentido da cidade: Entre a evolução urbana e o processo de verticalização. **Carta CEPRO**, v.23, n.1, p.66-75, 2005.

TERESINA. **Diagnóstico Socioeconômico e Cultural da Cidade de Teresina**. Contribuição da Agenda 2030. 321f. 2019. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.

## 5 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO GERAL, USO E APROPRIAÇÃO DE PRAÇAS EM TERESINA, PIAUÍ.

*Diagnosis of the general situation, use and appropriation of squares in Teresina, Piauí.*

Lorena Moura Santana<sup>1</sup>  
Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>

**Resumo:** Os severos processos expansão territorial das cidades têm afetado as múltiplas dimensões da vida urbana e as transformam em lugares de contrastes extremos cada vez mais significativos. Com isso, as praças públicas sofrem a perda da sua função social de atrair pessoas, de reunião e de conexão com os demais espaços da cidade, além de sua função ambiental de contribuição para a qualidade de vida urbana. Esta pesquisa consiste, então, no levantamento, diagnóstico e avaliação de oito praças da cidade de Teresina, Piauí e objetiva a caracterização destas destacando inserção urbana, identidade e características socioeconômicas e ambientais dos bairros em que estão inseridas como forma de entender a dinâmica atual e seu uso na capital. Os resultados obtidos através de observação direta e aplicação da metodologia proposta por De Angelis *et al.* (2004) mostram que as praças encontram-se em bom estado de conservação geral, com problemas pontuais em mobiliário e materiais dos passeios. Constatou-se que apresentam grande parte das iniciativas de arborização urbana de Teresina, primordial para a vitalidade do espaço urbano e atração de pessoas. Porém, o comércio informal, que se destaca por atrair usuários em períodos distintos do dia, enfraquece o uso social de lazer ativo e encontro.

**Palavras-chave:** Espaço Livre Público; Diagnóstico; Praças; Teresina.

**Abstract:** The severe territorial expansion processes of cities have affected the multiple dimensions of urban life and transform them into places of extreme contrasts that are increasingly significant. With this, public squares suffer the loss of their social function of attracting people, meeting and connecting with the other spaces of the city, as well as their environmental function contributing to the quality of urban life. This research consists in the survey, diagnosis and evaluation of eight squares of the city of Teresina, Piauí and aims to characterize these, highlighting the urban insertion, identity and socioeconomic and environmental characteristics of the neighborhoods in which they are inserted as a way to understand the current dynamics and its use in the capital. The results obtained through direct observation and application of the methodology proposed by De Angelis *et al.* (2004) show that the squares are in a good state of general conservation, with occasional problems in furniture and sidewalks. It was verified that they present / display great part of the initiatives of urban arborization of Teresina, primordial for the vitality of the urban space and attraction of people. However, informal commerce, which stands out for attracting users during different periods of the day, weakens the social use of active leisure and meeting.

**Keywords:** Urbanization; Public place; Squares; Teresina

## 5.1. Introdução

As cidades brasileiras tornaram-se lugares de contrastes cada vez mais significativos que modificam como homem concebe, percebe e vive o espaço (LEFEBVRE, 1991) e tal fato é resultado direto dos processos de urbanização e expansão territorial, intensos e desordenados vivenciados no país. Estes contrastes influenciam a concepção de espaços construídos e de espaços livres de edificação, que segundo Menezes, Mendonça e Tângari (2017, p.81-82) ambos “conferem caráter e qualificam a paisagem das cidades” e possuem “extrema relação com a qualidade de vida e com a dinâmica de ocupação do território”.

Destaca-se então, os espaços livres públicos urbanos, que são lugares de conectividade e mobilidade, pois articulam fluxos, de sociabilidade e que agregam funções diversas como: lazer, contemplação, sociais, educativas, ecológicas, socioambientais, recreativas e têm como uma de suas finalidades, promover o bem-estar das metrópoles (QUEIROGA, 2012). Por apresentarem este papel significativo para a vida nas cidades, motivaram a presente pesquisa e a discussão do espaço livre público como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável destas.

Neste sentido, a praça, uma das tipologias de espaços livres públicos, é importante elemento da paisagem urbana que ganha novas formas e usos de acordo com as mudanças que ocorrem na sociedade (LOBODA; DE ANGELIS, 2005). Robba e Macedo (2002), ao estudarem as praças brasileiras, afirmam que estas sofreram transformações de usos e funções, de maneira gradual, ao longo dos anos. Adquiriram a conotação de espaço de lazer e promoção do bem-estar “[...] já em meados do século XX, quando novas centralidades surgiram nas cidades e quando ocorreu o deslocamento das atividades para eixos além do centro” (ROBBA; MACEDO, 2002, p.17).

A cidade de Teresina, capital do Piauí, é exemplo deste movimento de descentralização de atividades. Localizada entre rios, o Parnaíba e o Poti, teve a sua fundação em 1852, com um traçado geométrico que obedece às orientações e especificidades típicas do urbanismo português do século XII (ABREU, 2000). Concentrou até o início do século XX a vida urbana no bairro Centro, às margens do Rio Parnaíba, com quadras dispostas como um tabuleiro de xadrez, quando então cresceu sentido ao rio Poti, de maneira desordenada.

Lima (2002) e Silva e Façanha (2015) afirmam que houve preocupação e reserva de espaços para a implantação de áreas verdes neste tabuleiro, que mais tarde se configuraram como as praças do centro histórico da capital. Estas ganharam forma a partir dos adros das igrejas, centralidades que acabaram por atrair os mais significativos prédios públicos,



residências das mais importantes famílias teresinenses e o comércio para o entorno imediato destas.

Estudar as praças de Teresina, suas formas, situação atual, funções e usos, significa analisar e discutir uma tipologia de valor socioambiental marcante para a cidade. Isso porque estas, ao concentram as mais importantes iniciativas de arborização urbana da cidade, contribuem diretamente para a amenização do clima, que é marcado por altas temperaturas em boa parte do ano. E por estarem localizadas em espaços privilegiados nos bairros, configuram-se como locais de encontro, lazer ativo e palco de manifestações da vida cotidiana.

Mas, nota-se, também, medo e desprezo ao tratar do assunto, mesmo sendo lugares de extrema importância para o estreitamento de relações e percepção do meio em que se vive. Seja pela violência e criminalidade nos espaços abertos, que obrigou ao isolamento e gradeamento de muitas praças centrais e parques urbanos da capital ou pela gestão ineficiente destes, as praças são lembradas com o sentimento de repulsa ou locais onde é impossível se estar.

Assim, este artigo consiste no levantamento, diagnóstico e avaliação de 8 (oito) praças da cidade de Teresina, de acordo com a metodologia proposta por De Angelis *et al.* (2004) e objetiva a caracterização destas de acordo com os seguintes aspectos: inserção urbana, acessos, identidade, panorama de transformações, análise do entorno e características socioeconômicas e ambientais como forma de entender a dinâmica atual e seus usos na cidade contemporânea, marcada pela dissipação das relações.

## **5.2 As praças e as suas funções**

De acordo com Robba e Macedo (2002 p.17), as praças são “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Este conceito baseado em duas premissas básicas dos estudos urbanos, de uso e acessibilidade do espaço, permite um olhar amplo sobre estes e não apenas sobre a sua forma, mas sobre as atividades plurais que podem ser realizadas nestes e todas as relação que surgem a seguir.

Do ponto de vista social, são locais de estreitamento de laços ao consolidarem relações de vizinhança reforçarem a identidade cultural (MENEZES; MENDONÇA; TÂNGARI, 2017). São lugares de memória (CALDEIRA, 2007) e segundo Segawa (1996), elementos urbanos de forte representatividade, que marcam e abrigam a vida pública, mesmo em tempo da proliferação de novos espaços de convívio social.

Sob a perspectiva ambiental, as praças representam muito mais do que apenas lugares de concentração de verde urbano. Nucci (1999, p.56) reforça que propiciam “[...] a interação entre o homem e a natureza, [...]a vegetação influi na estabilização climática, [...] exercem função recreativa, [...] quebra a monotonia das atividades humanas, [...] facilita o escoamento e absorção das águas pluviais pelo solo [...]” além de contribuírem para o equilíbrio do corpo e da mente por meio do som, silêncio e espaços criados (JAMES *et al*, 2015).

Para que as praças públicas possam oferecer todos estes benefícios à cidade é necessário que elas sejam providas de elementos naturais, mobiliário urbano adequado e que o projeto compreenda as relações existentes no cotidiano de seus usuários, inserindo-se assim, adequadamente na malha urbana.

É importante ressaltar que o espaço público precisa ser o palco e as pessoas as grandes protagonistas do meio urbano, entendendo-se assim, que necessidade de espaços públicos na cidade vai além de almejar um lugar mais bonito e sim, na busca pela qualidade de vida urbana, que engloba o conceber, o perceber e viver o espaço por parte do indivíduo e da comunidade.

### **5.3 Metodologia de abordagem qualitativa e quantitativa do espaço livre público;**

Em De Angelis *et al* (2004) tem-se a metodologia para o levantamento, avaliação e diagnóstico de praças. Foram aplicadas duas fichas que avaliaram quali-quantitativamente os espaços, com foco no mobiliário existente, situação de conservação destes e situação geral do espaço. A ficha 01 permitiu avaliar a existência ou não de equipamentos nas praças e a ficha 02, o estado de conservação destas estruturas de acordo com a classificação em péssimo, ruim, regular, bom e ótimo e notas atribuídas de 0 (zero) a 4 (quatro), assim distribuídas: 0 — | 0,5 √ péssimo; 0,5 —| 1,5 √ ruim; 1,5 —| 2,5 √ regular; 2,5 —| 3,5 √ bom; 3,5 —| 4,0 √ ótimo.

As fichas sofreram adaptação da autora para que observações percebidas em *locus* fossem registradas, afim de que as informações não se perdessem ou uma nova visita precisasse ser realizada, acarretando custo de tempo e material.

O observador utilizou-se de premissas definidas por De Angelis *et al*. (2004) para a análise qualitativa do mobiliário existente. Ou seja, os autores definiram critérios de avaliação a fim de que a interferência da opinião do observador fosse reduzida e seguisse diretrizes como um *check list*.

A pesquisa documental, levantamento *in loco* e fotográfico e observação direta permitiram obter as seguintes informações de caracterização das praças: inserção urbana, acessos, identidade, panorama de transformações, análise do entorno das praças e características socioeconômicas e ambientais.

O levantamento de campo contou com 32 visitas, ocorridas nos meses de maio e junho de 2018, em horários e dias da semana variados (contemplando os turnos manhã, tarde e noite e incluindo-se o final de semana), com duração de 1:00h cada.

Ao fim destas coletas de dados e após análises e organização das informações, foram obtidas as fichas: a) levantamento quantitativo dos equipamentos e estruturas existentes e b) avaliação qualitativa do mobiliário que caracterizam a situação geral de conservação das praças escolhidas.

O estudo das praças a partir do mobiliário existente e da observação direta permite o entendimento de como o poder público pensa e gere estes espaços e como a população se apropria ou não destes locais.

#### **5.4 Resultados e discussões**

A pesquisa, realizada em Teresina, capital do Piauí, contempla 8 (oito) praças, escolhidas de acordo com a divisão administrativa da cidade. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, SEMPLAN, órgão que regulamenta e fiscaliza o uso e parcelamento do solo urbano no município, a cidade possui 123 bairros e a sua gestão e apoio direto à população são garantidos por meio das Superintendências de Desenvolvimento Urbano, as SDUs. São quatro SDUs: SDU Leste, SDU Centro-Norte, SDU Sudeste e SDU Sul, criadas pelas Leis nº 2.960 e nº 2.965/2000, para garantir a maior proximidade e assistência aos cidadãos e suas necessidades referentes ao bem viver em Teresina.

Foram escolhidas duas praças por SDU, que se localizam em bairros com representatividade social e populacional para Teresina. Os bairros apresentam números expressivos de domicílios, faixas de renda, usos do solo distintos e são dotados de infraestrutura urbana que possibilitam ao usuário circular pelos espaços sem maiores obstáculos (transporte público, coleta de lixo, pavimentação das vias).

As praças foram escolhidas, ainda, aos pares: em um bairro com maior e menor faixa de renda dentro de cada SDU, para que se pudesse analisar se o fator econômico influencia diretamente na conservação e uso dos espaços livres públicos na cidade de Teresina. São elas: Praça do Anita Ferraz – Tabajaras, Praça Jornalista Carlos Castelo Branco – Santa Isabel,

Praça dos Correios – Itararé, Praça do Renascença I- Renascença, Praça Jornalista Paulo de Tarso – Mocambinho, Praça da Igreja de São Judas Tadeu – São Joaquim, Praça Prefeito João Mendes – Saci e Praça Nossa Senhora de Guadalupe – Esplanada.

É necessário registrar que as oito praças têm influências que extrapolam os limites dos bairros em que estão localizadas. Estas informações foram obtidas nas visitas às praças e em conversas informais com usuários, funcionários da limpeza pública e comerciantes.

A localização na malha urbana das praças, próximas a vias importantes de circulação dos bairros (transporte público, veículos, pessoas) e a equipamentos urbanos de representatividade para a população e para a cidade, também foi critério importante para a escolha destas. A razão de trabalho com duas praças em cada zona busca responder, primordialmente, se utilização das mesmas está ligada ao perfil socioeconômico de seus usuários, pois em cada par, há bairros com perfis distintos.

É importante ressaltar que as praças não possuem o mesmo recorte temporal de implantação, pois há exemplares da década de 1970 e dos anos 2000. A maioria já passou por reformas, são ligadas a algum equipamento urbano como igrejas e escolas e possuem forte ligação com o bairro em que estão inseridas.

Mesmo com uma quantidade relevante deste espaço livre público na capital, poucas são dotadas de estrutura e equipamentos que permitem o bom uso pela população, ou seja, muitas não apresentam um projeto adequado. Violência, medo, e o clima de Teresina, que possui temperaturas altas o ano todo e umidade baixa, também contribuem para que os espaços abertos tenham uso limitado.

A seguir, no Quadro 7 estão reunidas informações gerais das oito praças que compõem esta pesquisa.

**Quadro 7** – Dados gerais das praças que compõem a pesquisa

| <b>Nome da praça<br/>(de acordo com dados<br/>da SEMPLAN)</b> | <b>Nome popular</b>                        | <b>Bairro</b> | <b>Zona<br/>Administrativa</b> | <b>População do Bairro<br/>SEMPPLAN/2010</b> |
|---|--|---------------|--------------------------------|--|
| <b>Praça do Anita Ferraz</b>                                  | Praça do Anita Ferraz                      | Tabajaras     | Leste                          | 6.871 habitantes*                            |
| <b>Praça Jornalista Carlos<br/>Castelo Branco</b>             | Praça da Igreja do São<br>Cristóvão.       | Santa Isabel  | Leste                          | 6.675 habitantes**                           |
| <b>Praça Prefeito João<br/>Mendes</b>                         | Praça da Paróquia<br>Menino Jesus de Praga | Saci          | Sul                            | 8.190 habitantes***                          |
| <b>Praça Nossa Senhora<br/>de Guadalupe</b>                   | Praça do Esplanada                         | Esplanada     | Sul                            | 18.393 habitantes                            |
| <b>Praça Jornalista Paulo<br/>de Tarso</b>                    | Praça da Telemar                           | Mocambinho    | Centro/Norte                   | 28.385 habitantes                            |
| <b>Praça da Igreja de São<br/>Judas Tadeu</b>                 | Praça da Igreja de São<br>Judas Tadeu      | São Joaquim   | Centro/Norte                   | 10.558 habitantes                            |
| <b>Praça dos Correios</b>                                     | Praça dos Correios                         | Itararé       | Sudeste                        | 37.443 habitantes                            |
| <b>Praça do Renascença I</b>                                  | Praça do Renascença I                      | Renascença    | Sudeste                        | 12.685 habitantes                            |

Fonte: SEMPLAN, 2010; IBGE, 2010 adaptado pela autora.

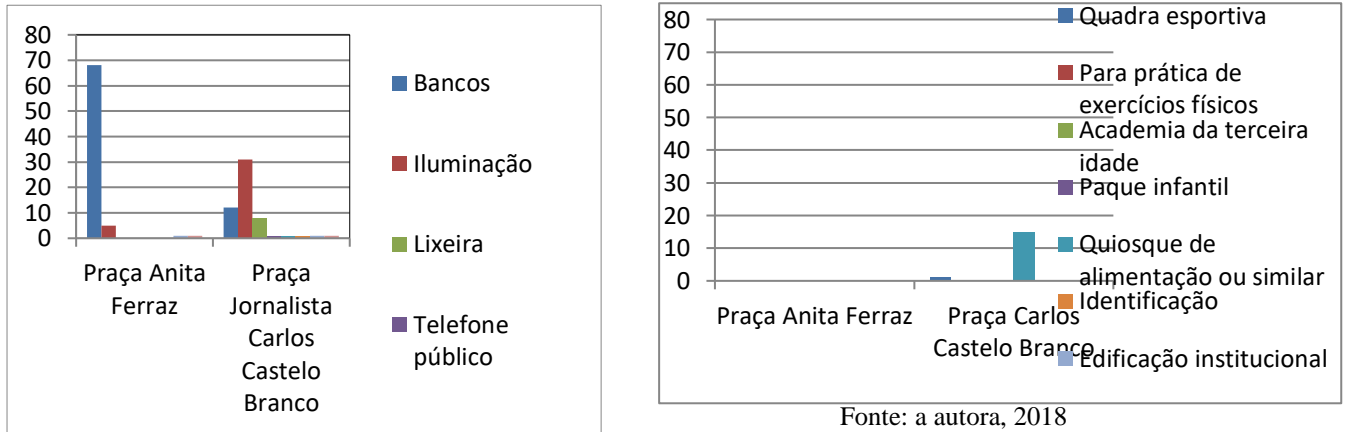
Como os dados desta pesquisa embasam-se em dados oficiais da SEMPLAN (2010) e do IBGE de 2010, existe uma variação significativa na quantidade de habitantes e domicílios nos bairros onde as praças se localizam e que não pode ser ignorada. Há bairros como o Saci, que desde os anos 1990 sofre com redução de residentes, o Santa Isabel que cresce em população e serviços ofertados e o caso do bairro Tabajaras, que abriga hoje um dos maiores condomínios horizontais fechados de Teresina, praticamente duplicando a sua população.

Assim, apresentam-se abaixo as análises quantitativas e qualitativas referentes ao mobiliário urbano existente nas oito praças pesquisadas e seu estado de conservação, por SDU, para melhor compreensão dos resultados.

#### 5.4.1 Praças Anita Ferraz e Jornalista Carlos Castelo Branco – SDU Leste

Com renda média por domicílio de R\$1.102,00 (bairro Tabajaras) e R\$4.000,00 (bairro Santa Isabel), estes, localizados na zona leste da capital, têm o seguinte quantitativo de mobiliário, descrito na tabela 1 e visualizado nas figuras 22 e 23 a seguir.

**Tabela 1** – Mobiliário existente nas praças –SDU Leste



**Figura 22** – Mosaico de imagens praça Anita Ferraz



Fonte: Google Earth, 2018 adaptado pela autora; a autora.

**Figura 23** – Mosaico de imagens da praça Jornalista Carlos Castelo Branco



Fonte: Google Earth, 2018 adaptado pela autora; a autora

Ambos os espaços livres públicos apresentam arborização expressiva com árvores de porte alto e canteiros vegetados. O mobiliário da primeira é limitado aos 65 bancos de cimento, 05 postes de iluminação pública alta, que não garantem boa luminosidade no período da noite e afasta os usuários. Sua área é utilizada para brincadeiras infantis, espera de transporte público e algumas reuniões da comunidade (durante o ano). Seu entorno é predominantemente residencial, porém seu horário de maior uso é entre 16:00 - 19:00, por crianças e seus pais que as observam. O estado de conservação dos bancos é ruim, não proporciona conforto ao usuário e sua localização está, muitas vezes, sem nenhuma proteção contra a forte insolação.

A praça Jornalista Carlos Castelo Branco é um dos espaços livres públicos mais conhecidos e utilizados da cidade. Não com essa nomenclatura da PMT, mas como “praça da Igreja do São Cristóvão”, “praça do Morada do Sol” ou simplesmente como “pracinha da igreja”. Intimamente ligada à Paróquia de São Cristóvão, já que abriga a mesma, tem em sua extensão, diversos equipamentos que possibilitam o uso por diversas faixas etárias. Localizada também no limite dos bairros Santa Isabel e Morada do Sol, é ponto de encontro e do comércio informal da região, principalmente alimentício, no período da noite.

Apresenta 12 bancos de cimento, com aproximadamente 20 m de comprimento cada, em estado de conservação ruim em sua maioria danificados, 15 postes de iluminação baixa, 14 refletores voltados para o campo e 2 postes de iluminação alta, palco, , um conjunto de lixeiras seletivas, um ponto de ônibus sem sinalização, um telefone público, uma escultura, estacionamento, um quiosque de alimentação fixo (que só funciona aos finais de semana), três quiosques comerciais (chaveiro, eletrônicos e ponto de mototáxi) e várias barracas de comércio informal, mesas e cadeiras, também do setor de alimentos, nos turnos tarde e noite.

Ao longo das visitas, percebeu-se que a utilização da praça acontece em horários definidos: de 05:30 às 08:00 e 16:00 às 19:00 por quem faz caminhada e pratica outros exercícios físicos, 16:30 às 22:00 para os clientes dos quiosques de alimentação e ao longo do dia é local de passagem e descanso para mototaxistas e outros trabalhadores que ali param. No final de semana, principalmente aos domingos, é frequentada por famílias devido a uma iniciativa de comerciantes locais que fazem um evento com música, brinquedos infantis e diversos tipos de quiosques de alimentos, que atrai moradores e usuários de outros bairros.

#### 5.4.2 Praças dos Correios e praça do Renascença I – SDU Sudeste

Localizada em um dos maiores bairros da cidade da zona Sudeste, o Itararé, a praça dos Correios gera controvérsias por ter perdido seu uso primordial de local de encontro, descanso e realização de atividades comunitárias. Tomada pelo comércio informal, é mais uma área de concentração de *trailers* alimentação e serviços do que uma praça (figura 24) no sentido real do conceito. O entorno imediato ainda apresenta algumas residências, mas por estar localizado próxima a importante via de circulação do bairro, a avenida José Francisco de Almeida Neto, tornou-se uma zona comercial, característica de todo o “grande Dirceu”. Com renda média de R\$ 1.260 por domicílio, esse número esconde um dado importante: 36% dos habitantes do bairro não tem renda e 36% recebem até um salário mínimo.

Curiosamente, a praça recebeu este nome devido ao *trailer* dos Correios que ali se localizava no início dos anos 90. Mesmo com a mudança do órgão para um ponto físico, o nome já era de apropriação da população. É uma praça seccionada, em três partes, apresenta vegetação de médio e grande porte, grama seca e mal cuidada nos canteiros e passeio e alguns arbustos, academia da terceira idade desprovida de proteção contra a insolação direta, 26 bancos, 20 postes de iluminação, sendo 05 altos e 15 baixos, uma quadra esportiva, pontos de táxi e mototáxi e seus caminhos em piso intertravado de concreto, em estado de conservação péssimo em alguns casos (onde não há mais pavimentação).



A movimentação é intensa durante o dia e a noite, principalmente por causa dos pontos de alimentação. São poucas as pessoas que ainda sentam na praça para descanso ou conversas casuais com os vizinhos, de acordo com as observações pela autora. Em visita à SDU Sudeste, há para 2019 o projeto de revitalização da praça e retirada dos *trailers*.

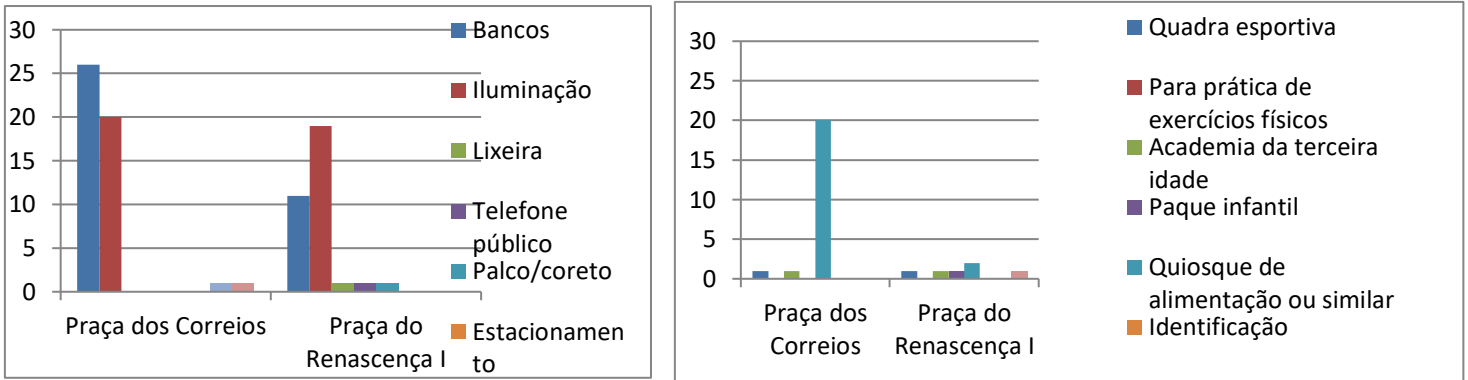
A praça do Renascença I, localizada no bairro Renascença, abriga a Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, tem no seu entorno uma escola estadual infantil e é uma das quatro praças existentes no bairro. O deste é devido ao conjunto habitacional da Cohab, ali construído (Renascença I - 1986 - e Renascença II) - em três etapas nos anos de 1988, 1989 e 1990. A renda média por domicílio é de R\$ 1.200,00, embora 40% da população não possua rendimentos fixos. Predominantemente residencial, destaca-se a atividade comercial como principal fonte de empregos dos moradores que ali residem. (SEMPLAN, 2010).

A praça tem os seguintes equipamentos: uma quadra poliesportiva coberta, um palco, academia para idosos - que está totalmente desprotegida contra a insolação direta, playground quebrado – sem uso, playground feito pelos moradores, um quiosque fechado, uma lixeira comum, 11 bancos em dois tipos de tipologia, 5 postes de iluminação alta e 10 postes de iluminação baixa (figura 25;tabela 2).

A arborização é composta de árvores de grande médio e grande porte, alguns arbustos, grama nos canteiros que está seca e má cuidada, mas a maioria dos bancos não está recebendo este sombreamento, o que inviabiliza o uso no período diurno. A pavimentação é feita em pedra portuguesa, piso intertravado de concreto e apenas o cimentado, que estão em maior área que as vegetadas, o que faz com que a praça seja um espaço pouco utilizado em horários de insolação intensa.

As visitas permitiram identificar que o uso é intimamente ligado às atividades da igreja e nos períodos do final da tarde/começo da noite. É uma área “bem perigosa”, como relatado por alguns usuários encontrados, embora seja um espaço central no bairro e cercado de residências.

**Tabela 2 - Mobiliário existente nas praças –SDU Sudeste**



**Figura 24** Mosaico de imagens da praça dos Correios



Fonte: Google Earth, 2018, adaptado pela autora; a autora.

**Figura 25** – Mosaico de imagens da praça do Renascença I



Fonte: Google Earth, 2018 adaptado pela autora; a autora

#### 5.4.3 Praça da igreja de São Judas Tadeu e Praça Jornalista Paulo de Tarso – SDU Centro/Norte

A praça da igreja de São Judas Tadeu, localizada no bairro São Joaquim passa atualmente por reformas, pois seu estado de conservação estava péssimo, inclusive com várias áreas sem pavimentação, pichações e bancos quebrados. Mesmo assim, nas visitas foi possível detectar que é utilizada por moradores das residências do entorno imediato e para descanso de alguns funcionários de uma borracharia logo em frente. Abriga a Igreja de São Judas Tadeu e popularmente é conhecida como a praça da igreja, mas seu nome oficial na prefeitura é praça do C.E. São Joaquim.

O mobiliário existente é composto por: 65 bancos de concreto de uma mesma tipologia, 22 postes de iluminação baixa (recém instalados), um monumento deteriorado, um telefone público que não funciona, 4 refletores voltados para a quadra esportiva e árvores de

grande porte, frondosas e frutíferas antigas, provavelmente da época em que esta região era um sítio conforme figura 26 a seguir. A quadra esportiva está em péssimo estado de conservação, com mureta quebrada, alambrado danificado, mas mesmo assim, é bastante utilizada.

Uma grande mudança na região foi à construção do Parque Lagoas do Norte, revitalizando uma área, que por muito tempo, foi negligenciada e que causava medo à população. Relatos de alguns usuários e moradores informaram que o uso da praça não diminuiu com a criação do parque e sim que somou, pois foi mais uma alternativa de lazer. Nos períodos tarde e noite foram constatados o maior número de usuários, principalmente das residências do entorno.

A praça Jornalista Paulo de Tarso, localizada no bairro Mocambinho, é mais conhecida como praça da Telemar por abrigar por anos o prédio da companhia telefônica do Estado, que ainda hoje existe, mas está abandonado e sem uso. O bairro surgiu na década de 1980, com a construção do Conjunto Habitacional José Francisco de Almeida Neto pela antiga COHAB. Atualmente é um dos maiores bairros da cidade em número de domicílios, o terceiro da capital. Oferece produtos e serviços que anteriormente eram disponibilizados apenas no centro comercial da cidade, tornando-se um bastante conhecido entre os populares de Teresina.

Com 7.614 domicílios e renda média de R\$ 1.600,00, apresenta uma quantidade pouco significativa de domicílios sem rendimentos, mostrando a estabilidade financeira dos seus moradores (SEMPPLAN, 2010). É uma população predominantemente jovem e adulta e que realiza muitas de suas atividades no próprio bairro.

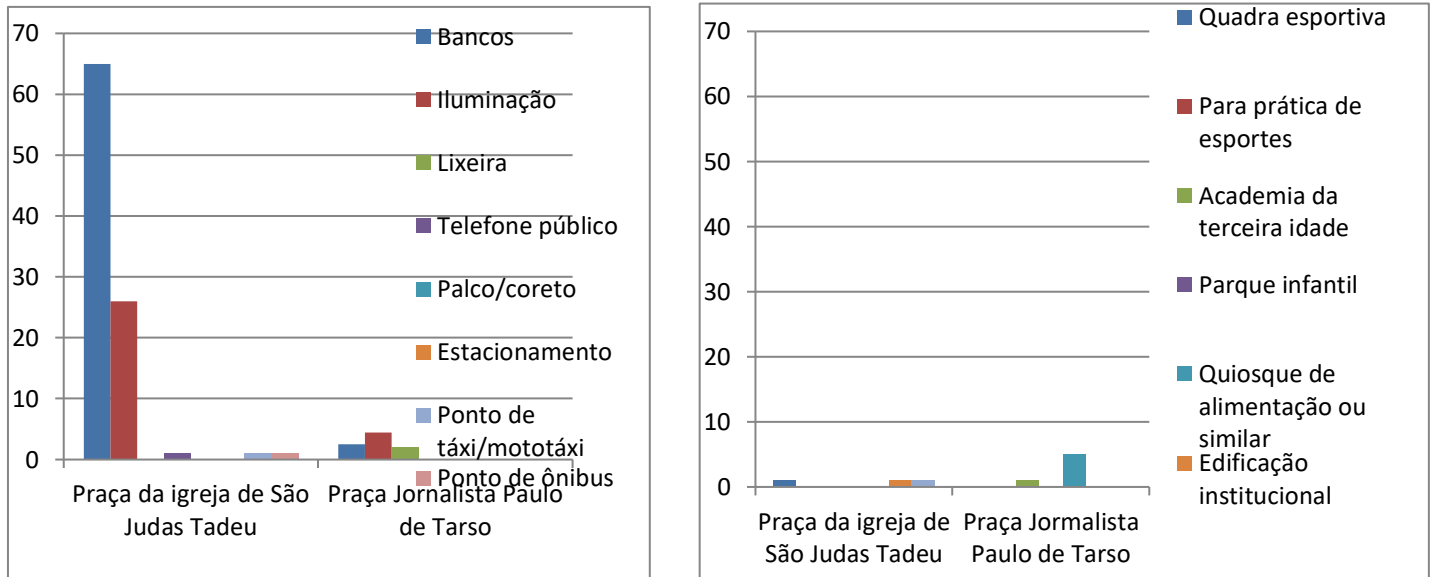
A praça, uma das cinco existentes, é próxima de uma região de concentração de comércio mas localizada é predominantemente residencial. O Distrito Policial é em frente ao local, o que de certa forma, confere segurança aos usuários. Como mobiliário, tem-se um palco, cinco bancos de comprimentos distintos que vão de 5 m a 20 m, oito postes de iluminação alta e seis postes de iluminação para a via, lixeira comum e de coleta seletiva, uma parada de ônibus com abrigo, academia para idosos e cinco *trailers* de alimentação, dois fixos e três não e uma banca de revistas.

Apresenta arborização concentrada em locais específicos da praça e tem uma grande área pavimentada (figura 27) que nos finais de semana vira um playground para crianças (comercio informal, pois é pago). Nas visitas observou-se ser local de passagem de pessoas das redondezas, encontro para conversa entre os comerciantes informais e a noite, ponto de alimentação, que atrai moradores do entorno e da região.



A seguir, na tabela 3, o quantitativo de mobiliário das duas praças da zona centro/norte.

**Tabela 3 - Mobiliário existente nas praças –SDU Centro/Norte**



Fonte: a autora, 2018

**Figura 26 – Mosaico de imagens da praça da igreja de São Judas Tadeu**





Fonte: Google Earth, 2018 adaptado pela autora; a autora, 2018

**Figura 27** – Mosaico de imagens da praça Jornalista Paulo de Tarso



Fonte: Google Earth, 2018, adaptado pela autora; a autora, 2018.

#### 5.4.4 Praça Prefeito João Mendes e Praça Nossa Senhora de Guadalupe – SDU Sul

Localizada no bairro Saci, tradicional bairro da zona Sul de Teresina, a praça Prefeito João Mendes é um espaço bem arborizado, com árvores de porte médio e alto, copas densas, arbustos, gramas nos canteiros e por isso, bastante sombreada. O bairro também foi construído por iniciativa da COHAB, com a criação de habitações de interesse social na década de 1970. Possuía proximidade com a Saci S.A. Concreto Industrializado, empresa do Grupo Lourival Parente, por isso possui tal nome. O rendimento mensal médio de um domicílio é de R\$ 2.760,00, acima da média da zona sul, segundo a SEMPLAN (2010) e possui abastecimento de água e energia, assim como coleta de lixo, mas não possui esgotamento sanitário.

Predominantemente residencial, engloba edificações institucionais como escolas, posto de saúde, centro de treinamento de judô e igrejas, onde a Paróquia Menino de Jesus de Praga localiza-se no terreno da praça Prefeito João Mendes.

Seu mobiliário está bem conservado, em estado de conservação bom, embora existam alguns bancos danificados. Apresenta academia para terceira idade, uma parada de ônibus (com abrigo), uma placa de monumento, lixeiras de coleta seletiva, 5 postes de iluminação alta e 39 postes de iluminação baixa, um palco, três quiosques sem uso, 46 bancos em quatro tipologias distintas, equipamentos para prática de exercícios físicos e ponto de táxi sinalizado.

Um assassinato que ocorreu no perímetro do espaço livre público no ano de 2014 afastou, consideravelmente, os usuários da praça, como relatam taxistas e moradores do entorno. Por isso, embora bastante arborizado, o espaço quase pouco utilizado, sendo local de concentração de usuários de drogas e transeuntes que atravessam a mesma, mas demonstrando medo ao fazer o percurso.

A praça Nossa Senhora de Guadalupe, ou praça do Esplanada como é conhecida popularmente, localiza-se no bairro Esplanada e está intimamente ligada à igreja católica, pois dividem o mesmo terreno. Seu mobiliário é composto por 8 bancos de concreto, curvados, com 2,0 m de raio e 7 m de comprimento, 3 postes de iluminação alta, 12 postes de iluminação baixa, ponto de táxi e moto táxi, ponto de ônibus com abrigo, academia para a terceira idade, banca de revista, um quiosque comercial e arborização com vegetação de médio e grande porte.

Recentemente, recebeu gradeamento, isolando a igreja do restante da praça, fato que foi relatado por alguns usuários presentes nos dias das visitas como “forma de evitar o entra e

sai na paróquia, que a deixa sempre suja” e “evitar que os marginais roubem a paróquia, pois acontecia diariamente”.

De todas as observações feitas durante as visitas, foi a praça com mais usuários durante o dia e em horários não tão comuns como de 07:00 a 08:00 e 12:00 a 13:00 sempre com a presença de senhores do bairro, jogando dama, conversando, aproveitando as sombras proporcionadas pelas árvores de grande porte. Os bancos não são os mais confortáveis, mas estão em bom estado de conservação. A academia para idosos não tem proteção contra a insolação direta, para acessá-la o usuário usa uma rampa (fora de norma), mas ainda assim, consegue ser utilizada pela manhã e no final da tarde.

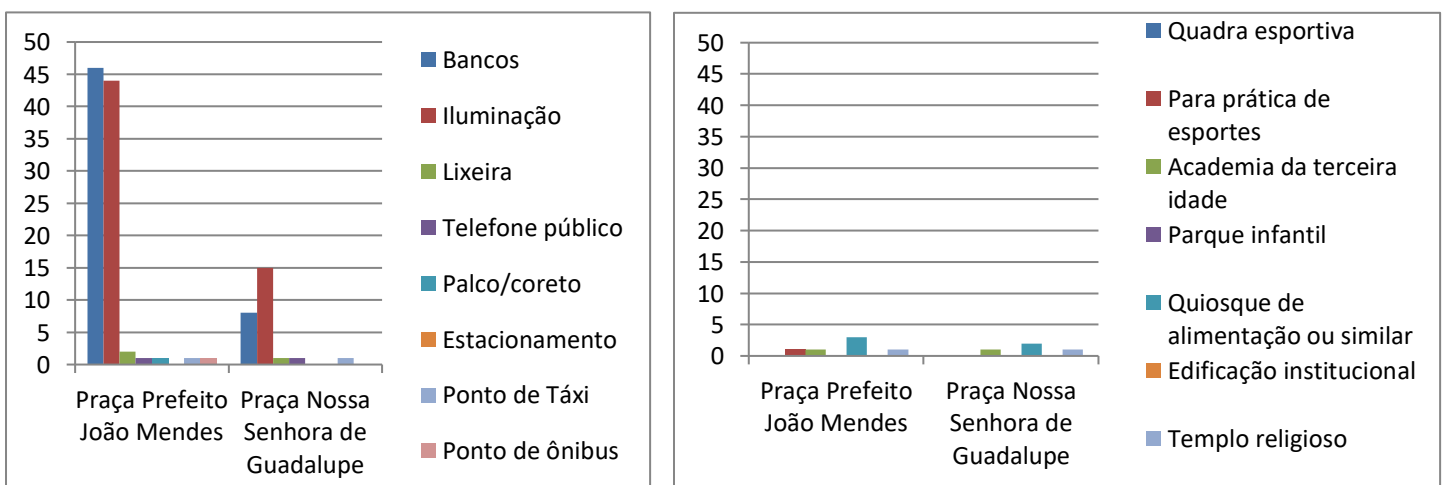
As áreas ajardinadas estão bem cuidadas com as gramas verdes, exceto por uma área utilizada para estacionamento de motos dos mototaxistas e das lojas próximas. Os caminhos e passeios também estão bem cuidados, revelando um cuidado não só da administração pública, mas da população.

O bairro Esplanada está localizado em uma área que antigamente era chamada de Porto Alegre. Em 1988, com o II PET (II Plano Estrutural de Teresina, nome dado ao plano diretor da época), foi oficializado com o nome de Esplanada devido ao loteamento Parque das Esplanadas e em 1992 foi construído o conjunto Porto Alegre, financiado pela Caixa Econômica Federal. Em 2013, parte da sua área foi reduzida para a criação do bairro Portal da Alegria que contempla os empreendimentos do Minha Casa Minha Vida – MCMV.

Com renda média por domicílio de R\$ 1.000,00, está abaixo da renda média da cidade de Teresina, que é de R\$ 1.100,00 (SEMPPLAN, 2010), com 35% dos moradores recebendo até um salário mínimo. Predominantemente residencial, apresenta um número significativo de empresas locais. São 536 que variam de comércio, prestação de serviços e indústrias.

A seguir, na tabela 4 e nas figuras 28 e 29, o quantitativo do mobiliário das praças e imagens ilustrativas.

**Tabela 4 – Mobiliário existente nas praças – SDU Sul**





Fonte: a autora, 2018

**Figura 28** – Mosaico de imagens da praça Prefeito João Mendes

Fonte: a autora, 2018



Fonte: a autora, 2018

**Figura 29** – Mosaico de imagens da praça Nossa Senhora de Guadalupe



## 5.5 Considerações finais

Localizadas em áreas centrais e importantes dos bairros da cidade, as praças que compõem este estudo são espaços públicos fundamentais para a vida urbana de Teresina não só pelas questões ambientais ligadas à amenização do clima, devido à vegetação presente que reúne a maior parte das iniciativas de arborização da capital, mas também por questões culturais e sociais: são locais da vida pública de encontro, de lazer, de comércio e práticas esportivas.

Mesmo em bairros diferentes, com características históricas e econômicas distintas, há semelhanças no espaço físico de todas: mobiliário urbano desconfortável e restrito, em estado de conservação que vai de ruim a bom apenas, bancos sem encosto e de concreto, iluminação suficiente (mesmo que algumas praças estejam recebendo postes de iluminação pública baixa só neste ano de 2018), quadras esportivas ou campos de futebol mal cuidados, com alambrado quebrado, pavimentação ruim ou grama seca, passeios com pavimentação em pedra portuguesa, piso intertravado de concreto ou apenas cimentado, necessitando de muitos reparos. As academias para idosos são novas, recém instaladas, porém, totalmente sem sombreamento.

Quanto à arborização é insuficiente na maioria delas para sombrear bancos e passeios. Observou-se que, os canteiros não estavam devidamente cuidados e eram pouco elaborados, com grama rala, seca ou com pedras. Muitas árvores de grande porte, mas que não tem a copa densa (mais fechada) que permita um melhor sombreamento, excesso de áreas de piso processado em detrimento de áreas verdes, quase nenhuma árvore frutífera.

Sobre a limpeza, em todas as visitas foi visto um funcionário da CTA – empresa terceirizada que faz a limpeza pública de várias áreas da cidade. Em metade delas existe uma rotina diária de serviços e nas outras, semanal. Um dos pontos observados é a falta de lixeiras nas praças, uma das praças não tem nenhum exemplar e nas demais apenas uma.

O comércio informal é presente nos oito espaços, quase como uma atividade inerente à praça de bairro. De venda de acessórios para celular e os *trailers* de alimentação, tornou-se comum nestes lugares, trazendo, de certa forma, até mais pessoas para o espaço público, que devido à violência, é muito pouco utilizado. Em todos os dias da semana e horários de visitas, “contam-se nos dedos” a quantidade de usuários e são pessoas que se repetem, ou seja, frequentes, na caminhada matinal, no lanche no final da tarde ou no jogo de xadrez. Os usuários que buscam algum tipo de atividade comercial têm rotatividade, mas não tem frequência.

As praças são muito mal sinalizadas. Não há placas de identificação do lugar. A sinalização pública nas vias principais (que fazem parte do limite dos espaços) não fazem menção à existência destas e por muitas abrigarem igrejas católicas, são sempre conhecidas como a “praça da igreja” daquele bairro. Mesmo com missas semanais e diversas atividades das paróquias durante a semana, é um público que não utiliza a praça, pois logo se dispersam.

A diferença de renda entre as populações dos bairros onde estão localizadas as praças não mostrou ter influência significativa quanto ao uso dela, já que o espaço físico e a conservação de todas é semelhante. Mas é importante destacar que o espaço mais bem conservado e onde se observou a maior diversidade de atividades foi no bairro Esplanada, zona sul da capital. É também a praça mais recente de todas, mas o processo de implantação precisa ser investigado para saber se a população teve participação e assim, criou uma identidade com o local.

Com este estudo, conclui-se que o projeto arquitetônico e paisagístico da praça, a gestão, limpeza e escolha de equipamentos e mobiliário influenciam na apropriação destes espaços pelos usuários da cidade de Teresina. Falta cor, criatividade nas escolhas de equipamentos e materiais e identidade com a cidade. Os recentes projetos urbanos de revitalização do Parque Potycabana, Lagoas do Norte e Parque da Cidadania exemplificam que o espaço público precisa ser pensado, projetado e alinhado aos anseios da população.

As praças do recorte representam um lugar familiar e de fácil acesso às pessoas de seus bairros. A vitalidade destes espaços depende tanto da concepção e gestão ser formada por uma equipe multidisciplinar com arquitetos e urbanistas, designers, gestores ambientais, administradores, psicólogos e etc quanto ao sentimento de pertencimento do usuário àquele local. E este sentimento está ligado ao sentir-se bem, sentir-se seguro, sentir-se confortável e sentir-se feliz no espaço abertos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de; LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Igreja do Amparo: O Marco Zero de Teresina. In: **Revista Cadernos de Teresina**. Teresina-PI: Fundação Monsenhor Chaves, p.15-20, 2000.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007.432p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; CASTRO, Rosana Miranda de; DE ANGELIS NETO, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil Um**, Maringá, PR, nº 20, p. 57-70, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 15 abr. 2018.

JAMES, P. et al. A review of the health benefits of greenness. **Current Epidemiology Reports**, v.2, p.131-42, 2015.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Scientia et Spes**. Revista do Instituto Camillo Filho, v.1, n.2, p. 181-206, 2002.

LOBODA, Carlos Roberto. DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v.1, n.1, p.125-139, jan/jun.2005.

MENEZES, Ana Paula; MENDONÇA, Bruna; TÂNGARI, Vera. Quando a praça vira...: estudos de caso sobre a ocupação das praças na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos de Desenvolvimento Fluminense**, v.13, p.81-98, 2017.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília**. 2 ed. Humanitas, 2008.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. Tese (Livre docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU USP, São Paulo. 285 f, 2012.

SILVA, Silvana de Sousa; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Planejamento urbano em Teresina (PI): apontamentos para um debate. **Revista Eletrônica Georaguaia**, v.5, n.2, p.50-68, jul/dez./2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Teresina em Bairros**. 2010. Disponível em: < <https://semplan.teresina.pi.gov.br/teresina-em-bairros/>> Acesso em: 15 de out. 2018

**A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE NOS ESTUDOS URBANOS: MAPEAMENTO  
COMPORTAMENTAL DE PRAÇAS EM TERESINA, PIAUÍ.**

*The Person-Environment Relationship in Urban Studies: Behavioral Mapping of Squares in  
Teresina, Piauí*

Lorena Moura Santana<sup>1</sup>  
Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>

Artigo a ser submetido à revista ESTUDOS & PESQUISAS em PSICOLOGIA.  
B1 para Ciências Ambientais.

## **A RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE NOS ESTUDOS URBANOS: MAPEAMENTO COMPORTAMENTAL DE PRAÇAS EM TERESINA, PIAUÍ.**

*The Person-Environment Relationship in Urban Studies: Behavioral Mapping of Squares in  
Teresina, Piauí*

Lorena Moura Santana<sup>1</sup>  
Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>

**Resumo:** O modo das pessoas se relacionarem com o meio ambiente resulta nas alterações que a paisagem sofre constantemente e em diferentes escalas de complexidade. Compreender a relação pessoa-ambiente fornece instrumentos para estudar as consequências da intensidade destas alterações e a interação da sociedade com a natureza, tão intrínsecas aos estudos urbanos. Neste sentido, as praças Teresina, Piauí, são espaços livres públicos da cidade de lazer ativo e passivo, que fornecem subsídios para a investigação da apropriação do espaço público pelos cidadãos, seu comportamento e vínculos com o objeto da pesquisa. Através da metodologia proposta por Pinheiro, Elali e Fernandes (2008) apresenta-se o Mapeamento Comportamental Centrado no Lugar (MCCLugar) para 02 praças da capital. Esta ferramenta da Psicologia Ambiental fornece informações sobre os diversos usos, rotas de circulação e permanência, percepção do lugar pela população e pontos críticos do espaço.

**Palavras- Chave:** Praças; Mapa Comportamental; Apropriação do Espaço; Psicologia Ambiental.

**Abstract:** The way people relate to the environment results in the changes that the landscape constantly undergoes and at different scales of complexity. Understanding the person-environment relationship provides tools to study the consequences of the intensity of these changes and the interaction of society with nature, so intrinsic to urban studies. In this sense, the Teresina squares, Piauí, are public spaces of the city of active and passive leisure, that provide subsidies for the investigation of the appropriation of the public space by the city, its behavior and links with the object of the research. Through the methodology proposed by Pinheiro, Elali and Fernandes (2008) we present the Behavior Mapping Centered in Place (MCCLugar) for 02 squares of the capital. This tool of Environmental Psychology provides information about the various uses, routes of movement and permanence, perception of the place by the population and critical points of space.

**Keywords:** Squares; Behavioral Map; Space Appropriation; Environmental; Psychology

### **6.1 Introdução**

As cidades brasileiras abrigam mais de 80% da população do país (IBGE,2010) e muitas são as questões que permeiam o estudo da paisagem urbana oriundas dos problemas espaciais, sociais e ambientais que estas enfrentam, causadas principalmente pela concentração humana nestas (MENDONÇA, 2007). Neste contexto, os espaços livres públicos urbanos, categoria que as praças públicas fazem parte, são territórios significativos

para o desenvolvimento da vida pública, atuam na promoção da qualidade ambiental nas diversas escalas da cidade e contribuem para a constituição da esfera pública já que “o espaço livre é inerente à forma urbana” (MACEDO *et. al*, p.13, 2018).

Para Guimarães e Cunha (2004), os espaços livres urbanos são fundamentais para a população, pois refletem a cultura e os costumes dos cidadãos evidenciando que a paisagem urbana está intimamente ligada à sociedade e suas transformações sofridas ao longo do tempo. Tuan (2012) *apud* Zacarias; Higuchi (2017, p.124) afirma “que a cultura tem forte impacto na relação pessoa-ambiente” [...] e que os problemas ambientais são problemas humanos na medida em que estes são “desencadeados pelos valores e atitudes de cada pessoa”. Ou seja, a sociedade modifica “de forma dinâmica e circunstancial” (ZACARIAS; HIGUCHI, 2017, p.124) o ambiente que a cerca.

Neste sentido, a Psicologia Ambiental surge da necessidade de compreender os problemas ambientais, suas implicações (PINHEIRO, 1997) e do esforço da Psicologia em se aproximar das demais áreas do conhecimento (Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Ecologia, Antropologia, Planejamento Urbano, entre outras) que estudam “o ser humano frente ao ambiente”, como afirma o mesmo autor. Assim, as dimensões temporal e espacial juntam-se à percepção ambiental onde os processos cognitivos e afetivos são levados em consideração na análise e representação do ambiente, evidenciando a necessidade de abordagens multimetodológicas na “obtenção de informação e representação da experiência ambiental” (GUNTHER; ELALI; PINHEIRO, p.386, 2008).

Os espaços livres urbanos são repletos de significados e funções nas cidades. Influenciam o seu entorno, garantindo atividades de lazer, convívio social, preservação, circulação, drenagem, conforto (MATTOS; CONSTANTINO, 2016) e conectividade com os demais espaços do tecido. Porém, em grande parte das cidades brasileiras, observa-se que estão desconexos da malha urbana (MACEDO *et. al*, p.15, 2018), carentes de gestão, limpeza, arborização, com mobiliário precário, tornando-os palco da violência.

Estudar, então, as praças de uma cidade, consiste em entender que estes espaços livres públicos urbanos são locais das primeiras e mais diversas manifestações sociais da população brasileira que, “refletem a cultura e costume de seus usuários e cuja vitalidade está ligada à possibilidade de apropriação” (ROSANELI *et al*, p.3, 2015), onde a caracterização do lugar permite identificar quais os comportamentos e hábitos de seus usuários em um determinado tempo e segundo a mesma autora, o uso dos espaços livres públicos está condicionado às suas funções e ao desenho destes, que permitem ou impossibilitam o acesso e a sua utilização.

Assim, os mapas comportamentais apresentam-se como ferramentas úteis para a compreensão da relação pessoa-ambiente, possibilitando verificar como ocorre a apropriação dos espaços pelos usuários, as atividades desempenhadas e a funcionalidade dos mesmos, principalmente em logradouros como as praças, que apresentam diversidade de usuários e atividades (ZIMMERMANN, 2015).

Esta pesquisa apresenta, então, o Mapeamento Comportamental Centrado no Lugar (MCCLugar) para 02 praças de Teresina, Piauí, a praça Jornalista Carlos Castelo Branco, no bairro Santa Isabel e a praça Nossa Senhora de Guadalupe, no bairro Esplanada, localizadas em bairros com diferenças de renda e apropriação do espaço significativos, que detalham o comportamento e as atividades dos usuários nestes espaços de análise, correlacionando as relações sociais com os ambientes construídos.

Estudar as praças públicas do perímetro urbano de Teresina significa compreender a cidade através de equipamentos historicamente marcados pela reunião de pessoas, expressivas iniciativas de arborização da capital, que contribuem para a amenização do clima e espaços de manifestação popular e religiosa, pois estes locais, desde a fundação da cidade, e acompanhando uma tendência colonial do país, surgiram dos adros das igrejas.

## **6.2 Apropriação do espaço público na cidade contemporânea**

A cidade é entendida como organismo vivo em constante processo de desenvolvimento (FERRARA, 1999) logo, a cidade contemporânea, seja uma grande metrópole, cidade média ou pequena, tem a complexidade como característica marcante, onde novas relações simbólicas, valores e significados sociais (VENTURI, 2004) orientam os estudos urbanos. Ou seja, abordagens cada vez mais específicas para distintos espaços das cidades são fundamentais para garantir a vitalidade destes.

O espaço público, segundo Bodnar (2015), é o que o que dá, então, vida às cidades e por isso, está no centro dos estudos urbanos. A autora reflete que o início dos anos 1990 marca a “morte” do espaço público nas grandes metrópoles mundiais e que por isso, um extenso debate foi iniciado sobre o tema a fim de entender quais motivações desencadearam o processo. Destaca, ainda, que a América Latina é marcada pela informalidade dos espaços (públicos e privados) e que as transformações contemporâneas do espaço público são marcadas pela privatização, comercialização e falta de segurança, questões que serão abordadas adiante para o melhor entendimento desta pesquisa.

É primordial destacar que existem apropriações formais e informais (ou alternativas) nos espaços urbanos. Mendonça (2007) explica que as formas (desenho) e aspectos físicos



destes, estão diretamente relacionados com os fatores econômicos e sociais que norteiam a concepção destes espaços, que incluem, assim, as pessoas, sejam elas que usufruam destes ou não. Mas surgem apropriações não previstas pelos planejadores, que nascem da criatividade do usuário, conferindo então, um real significado ao espaço em questão, contribuindo assim, para a existência do vínculo entre cidadão e cidade.

Neste sentido, afirma-se que apropriação de um espaço está intimamente ligada aos eventos cotidianos realizados nestes como também aos aspectos formais e visuais. Santos (1985) já destacava que a abordagem do ambiente deveria levar em consideração não só os elementos físicos e fixos, mas também os fluxos de pessoas e atividades que percorrem estes espaços, onde, “a economia se torna espacialmente seletiva” (SANTOS, 1985, p.39) e norteadora destas atividades e fluxos.

Diversas são as relações estabelecidas em um espaço livre público. Segundo Klein (2016, p.22), a afetividade também “orienta como os indivíduos habitam, circulam e sentem a cidade” e porções destas, como as praças, que são espaços estritamente ligados à memória urbana de acordo com Caldeira (2007). Em meio à agitação dos centros urbanos, as praças apresentam-se como *oásis* de descanso, contemplação, afinidade e de percepção do meio em que se vive (VIEGAS; SILVA; ELALI, 2014).

Após estas reflexões sobre os fatores que contribuem para apropriação do espaço, afirma-se que as praças públicas abrigam uma variedade de práticas sociais, são *locus* de possibilidades. Durante a história brasileira, muitas foram as funções que estas adquiriram ao longo do tempo: convívio social, uso religioso, uso militar, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, comércio, contemplação, circulação, passeio, etc (ROBBA; MACEDO, 2002). Hoje, seus usos esbarram na falta de segurança existente nos espaços abertos que culminam em abandono. Ou ainda, na privatização do espaço público, marcado pelo comércio informal que ocupa o território das praças, modificando as relações de plena acessibilidade e a especulação imobiliária que “engole” espaços livres de edificação em áreas menos centrais (SERPA, 2016).

A falta de segurança é oriunda de múltiplos motivos como ausência de iluminação pública adequada nestes espaços, principalmente no turno da noite, e escassez de policiamento nos bairros que contribui para o aumento dos casos de violência nos espaços abertos – assaltos, brigas entre usuários de drogas e bebidas alcólicas e transeuntes, assédio, fazendo destes, “lugares perigosos” aos olhos da sociedade afastando, assim, os usuários.

As praças, parques e espaços abertos das cidades, passaram também, a abrigar moradores de rua, cenas cada vez mais comuns e que não causa mais “espanto” nos cidadãos.

Existem “barreiras simbólicas nos espaços públicos” (SERPA, 2016, p.36), que repartem os mesmos para diferentes grupos, onde a “acessibilidade não é mais generalizada, mas controlada simbolicamente” e que refletem a privatização antes mencionada, perdendo-se a real noção de espaço público.

Mas, o que o mesmo autor afirma e ressalta é que mesmo com todos os problemas atuais em torno dos espaços públicos nas cidades brasileiras, ainda há a “carência de áreas livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas [...] áreas consolidadas como as praças [...]”, ressaltando a importância de espaços de livre acesso, longe dos confinamentos dos muros dos prédios verticais e condomínios horizontais e de espaços privativos como *shopping centers*, que promovam as relações de vizinhança (SERPA, 2016, p.32) e não apenas a criação de cenários da paisagem urbana.

### 6.3 Metodologia

Os estudos urbanos, em suas diversas temáticas e abordagens, têm discutido temas como morfologia das cidades, meio ambiente, cultura, identidade, apropriação, sistema de espaços livres, redes urbanas, direito à cidade, habitação, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento à escala humana. E não só por arquitetos, urbanistas, geógrafos e gestores, mas por todos os cidadãos que participam da qualificação do espaço e que modificam a paisagem. Prova disso são as iniciativas de participação popular na gestão pública, uma das premissas para a construção de cidades sustentáveis.

A abordagem multimétodos (quantitativos e qualitativos) nas pesquisas urbanas e nas pesquisas pessoa-ambiente, segundo Pippi *et al.* (2015, p.152):

[...] é uma estratégia importante de pesquisa, porque visa ao maior entendimento do ambiente físico-ambiental a ser analisado (pela caracterização dos recursos naturais e construídos no contexto e no entorno imediato) e das complexidades sociais do fenômeno – em termos de número de usuários (gênero, idade, tipos de atores sociais), usos e apropriações, interações e comportamentos e teias de redes sociais [...]. Dessa forma, é possível “humanizar” os dados quantitativos pela conexão de dados estatísticos com dados reais vivenciados na dinâmica social da vida pública.

Assim, para esta pesquisa, foram escolhidas 02 praças da cidade de Teresina, localizadas em bairros com características de uso e ocupação do solo, população, renda per capita por domicílio e qualificação do espaço, distintos como pode ser observado no quadro 08 abaixo. Como semelhanças entre as praças têm-se que ambas tem logradouros nas

principais avenidas de seus bairros, possuem identidade consolidada na cidade e abrigam edifícios institucionais em seu perímetro (igreja católica).

**Quadro 08** – Caracterização do objeto de estudo

| <b>Nomenclatura conforme cadastro na PMT (Prefeitura Municipal de Teresina)</b> | <b>Bairro</b> | <b>Zona</b> | <b>Renda média por domicílio</b> | <b>População do bairro</b> |
|---|---------------|-------------|----------------------------------|----------------------------|
| <b>Praça Jornalista Carlos Castelo Branco</b>                                   | Santa Isabel  | Leste       | R\$4.000,00                      | 6.675 habitantes           |
| <b>Praça Nossa Senhora de Guadalupe</b>   | Esplanada     | Sul         | R\$1.000,00                      | 18.393 habitantes          |

Fonte: A autora, 2018/SEMPPLAN, 2013

A metodologia de observação sistemática, segundo Pinheiro, Elali e Fernandes (2008) consiste em: de posse da planta baixa esquemática de cada praça, o observador parado identifica os espaços mais utilizados e as atividades realizadas no ambiente, permitindo assim, o registro de como o usuário se relaciona com o local, os pontos de maior e menor utilização, tempo de permanência e os fluxos da praça como um todo.

Durante os meses de novembro e dezembro de 2018 e abril e maio de 2019 foram feitas coletas de dados semanais nas praças descritas na tabela 01 acima, nos turnos manhã, tarde e noite nos seguintes horários: manhã – entre 05h30 e 12h00, tarde – entre 12h00 e 17h30 e noite – entre 18h00 – 21h00.

A escolha destes horários é oriunda de observações prévias nas 02 praças e de informações de usuários encontrados no momento das visitas, comerciantes e funcionários da empresa terceirizada de manutenção e limpeza destas, a CTA – Consórcio Teresina Ambiental, que relataram os tipos de atividades mais comuns nos espaços bem como os horários costumeiros.

É importante descrever que as praças têm formas distintas, uma é orgânica, tripartida, separadas por duas ruas de circulação de pedestres e automóveis – Praça Jornalista Carlos Castelo Branco, e a outra, Praça Nossa Senhora de Guadalupe, é retangular, ocupando duas quadras inteiras do loteamento, como pode ser observado nas figuras 30 e 31 abaixo.

**Figura 30** – Inserção urbana da praça Jornalista Carlos Castelo Branco



Fonte: Google Earth, 2018, modificado pela autora

**Figura 31** – Inserção urbana da praça Nossa Senhora de Guadalupe



Fonte: Google Earth, 2018, modificado pela autora

## 6.4 Resultados e discussões

### 6.4.1 Praça Jornalista Carlos Castelo Branco

A praça, como mostra a figura 30 acima, está inserida em uma área de circulação intensa de pessoas e veículos, pois tem faces para três importantes e movimentadas avenidas do bairro. É impossível não notar o espaço livre público, as atividades que ali se realizam e as relações que se estabelecem. Na figuras 32, 33 e 34, seguem os mapas comportamentais com as manchas de usos para os três períodos do dia observados.

**Figura 32** – Mapa comportamental da praça Jornalista Carlos Castelo Branco – usos e atividades – manhã



Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2019

No período manhã constatou-se que, de 05:30 a 07:00, a atividade de caminhada é realizada no perímetro que corresponde aos setores 2 e 3 assinalados. Após esse horário, as atividades se concentram no setor 4, tanto de passagem de pedestres (a parada de ônibus localiza-se neste setor) e as maioria dos quiosques de comércio informal e pontos de mototáxi. O setor 5 concentra alguns quiosques de vendas de frutas, acessórios para celular e um chaveiro, o que movimenta essa área. Como os setores 2 e 3 recebem insolação direta no período da manhã, é rara a passagem ou usuários descansando. O setor 1, mais próximo à Paróquia de São Cristóvão, só tem uso pela manhã aos domingos, quando torna-se estacionamento de veículos para os fieis que assistem as missas.

No período da tarde, as atividades continuam se concentrando nos setores 4 e 5, tanto comerciais, quanto de passagem de pedestres como observado no mapa a seguir. Embora outros caminhos surjam, pois a insolação direta diminui e o clima no interior da praça torna-se mais agradável. E após as 17:00, até as 19:00, a atividade de caminhada, foi constatada mais uma vez.



**Figura 33** – Mapa comportamental da praça Jornalista Carlos Castelo Branco – turno tarde



Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2019

No período da noite, o uso se intensifica nos setores 4 e 5 por causa dos quiosques de alimentação que se instalam e atraem para a praça usuários de vários bairros vizinhos e/ou estudantes que estão de passagem para as faculdades existentes na região. A atividade de caminhada perdura até 19:00 e embora a praça seja bastante iluminada, o uso fica restrito aos setores 4 e 5.

**Figura 34** – Mapa comportamental da praça Jornalista Carlos Castelo Branco – turno noite



#### 6.4.2 Praça Nossa Senhora de Guadalupe

A praça, localizada também em uma área central do bairro Esplanada, tem forma retangular é a único espaço livre público a região, logo, é bastante utilizada durante todos os dias da semana para lazer, descanso, atividades religiosas, possui quiosques de alimentação e senhores que se reúnem todos os dias para jogar dama. É perceptível que as pessoas gostam de estar neste espaço e se deslocam para o mesmo para realizar as atividades acima descritas, logo, o setor 2, que compreende a parte que não foi gradeada da igreja, é utilizada por completo para este misto de atividades, por isso, os mapas dos turnos se sobrepõem.

**Figura 35** - Mapa comportamental da praça Nossa Senhora de Guadalupe – turno manhã, tarde e noite



#### 6.5 Considerações finais

Pela análise do comportamento dos usuários, ao longo da semana e em horários pré-estabelecidos nas duas praças da cidade de Teresina, afirma-se que o uso destes espaços livres públicos está ligado ao comércio de alimentos e às atividades da igreja católica, para a praça da zona leste e para a praça da zona sul, representa além destes, espaço de lazer, encontro e descanso.

Muitos são os fatores que contribuem para que a apropriação nos dois espaços ocorra de formas distintas: como a praça Nossa Senhora de Guadalupe é a única do bairro e esta área da zona sul é carente de espaços livres públicos e áreas de lazer públicas e privadas, este espaço concentra pessoas e usos variados. A praça Jornalista Carlos Castelo Branco no Santa Isabel, zona leste de Teresina, representa um espaço que, para se reinventar, incorporou alguns usos que não eram primeiros das praças – o comércio de alimentos. Embora apresente

arborização significativa e tenha equipamentos como o campo de futebol que atrai usuários, não é um exemplo de espaço apropriado pela população do bairro em que se localiza e dos bairros adjacentes, já que muitos moradores nem sabem a o nome da praça.

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira: Trajetória do Espaço Urbano – Origem e Modernidade**. 2007. 432f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História. Departamento em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em:

<[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR\\_CALDEIRA.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf)>.

Acesso em: 25 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em:

<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>

Acesso em: 15 abr. 2018.

KLEIN, Camila. **Experiências Afetivas Urbanas: A Relação dos Habitantes Com Sua Praça Central**. 2016. 147f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168208/340562.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 10 abr. 2019.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

PINHEIRO, J.Q; GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. São Paulo. Casa do Psicólogo. 2008.

PIPPI, Luis Guilherme Aita et al. Utilização de multimétodos de caracterização e análise da paisagem e dos espaços livres intraurbanos de Santa Maria – RS. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, n.36, p.139-175, 2015.

ZACARIAS, Elisa Ferrari Justulin. HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Relação pessoa-ambiente: caminhos para uma vida sustentável. **Interações**, v.18, n.3, p.121-129, jul/set. 2017.



## 6. CONCLUSÕES

As praças públicas são espaços vitais e primordiais para o espaço urbano das cidades pois representam territórios de sociabilidade, espaços de encontros, lazer, manifestações da vida pública, identidade do cidadão com a cidade, lugar de memória e de vivências, além do seu valor ambiental por concentrarem as iniciativas de arborização urbana das metrópoles.

Para Teresina, capital do Piauí, as praças têm valor histórico, cultural, arquitetônico, urbanístico, ambiental e social, mas o estudo dos espaços livres públicos na cidade esbarra na falta de informações do poder público sobre gestão, planejamento, manutenção, projeto e situação geral.

Foi possível observar que, as praças são mais utilizadas em áreas da cidade de Teresina onde há a escassez de espaços públicos, para lazer e manifestações da vida pública. Como a divisão administrativa da cidade não concentra “pobres” e “ricos” em uma única zona, há a utilização das praças em todas estas, de maneiras distintas e por usuários diferentes

Percebeu-se, ainda, que, nos últimos anos, o comércio informal de alimentos foi uma atividade que passou a existir nas praças, atraindo vários novos usuários, mas descaracterizando o espaço físico destes locais.

As praças estudadas não apresentam identificação, ou seja, em muitos casos os moradores não têm conhecimento de seu nome oficial. Também, não foram encontrados os projetos arquitetônicos e paisagísticos destes espaços, observando-se que não foram planejados com o devido cuidado, nem com mobiliário confortável. Mas de modo geral, foi observado que espaço físico das praças estudadas está em bom estado de conservação.

Ressalta-se que as praças de Teresina possuem um valor ambiental relevante, já que concentram as primeiras e maiores iniciativas de arborização urbana da capital. Além de serem responsáveis por concentrarem muitas atividades comunitárias e de promoção do bem-estar do cidadão. Muitas das praças estão intimamente ligadas às igrejas, tendo seu uso atrelado à vida das paróquias.

Sabe-se que, como acontece nas maiorias das cidades brasileiras, a violência na cidade de Teresina aumentou nas últimas décadas e a falta de policiamento faz com que os espaços abertos sejam alvo de assaltantes. Essa condição faz com que muitos teresinenses se isolem nos muros de suas residências e abandonem os espaços públicos, sobretudo no período da noite.

Foi constatado, ainda, a falta de informações acerca do quantitativo oficial de praças na cidade. O não compartilhamento de informações entre os órgãos gestores, também, pode

ser considerado outro obstáculo para estudos mais conclusivos sobre os espaços livres públicos em Teresina.

Na legislação urbana da cidade, as praças estão agrupadas numa categoria “maior”, denominada de áreas verdes, que engloba canteiros, parques, rotatórias, entre outros. Mas a literatura utilizada como referencial teórico desta pesquisa entende que, as praças são espaços livres públicos que podem ser vegetados ou não, mas que primordialmente são livres de edificações. Neste sentido, uma revisão desta categorização se torna primordial para que os estudos sobre os espaços livres públicos de Teresina estejam dialogando com os estudos de espaços livres públicos de outras cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2. ed. São Paulo: Senac SP, 2011.
- BONAMETTI, João Henrique. Paisagem urbana: Bases conceituais e históricas. **Terra e Cultura**, Curitiba, n. 38, p.107-123, jun. 2001.
- CALDEIRA, J. N. **A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007.432p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994. 270p. \_ A cidade. 7. ed. São Paulo.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH-Departamento de Geografia da USP, 2007. 123p.
- COIMBRA, J de A.A. **O outro lado do meio ambiente**. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1985.
- DE ANGELIS, B.L.D. de. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR**. 2000. 367p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DE ANGELIS, B. L. D; CASTRO, R.M. ; DE ANGELIS NETO, G.. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil Um**, Maringá, PR, nº 20, p. 57-70, 2004.
- FAÇANHA, A. C. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina (PI). **Revista de Geografia**. Recife, v. 24, n. 1, p. 77-97, jan/abr. 2007.
- FAÇANHA, A.C. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais**. 1998, 325 p. Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. 1998.
- FONT, M. **A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GEHL, J.; GEMZOE, L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona, Espanha: Edição em português editorial Gustavo Gili, SA, 2002. 263p. GOMES, Paulo Cesar da Costa.
- GEHL, J., GEMZOE, L., KARNES, S., STERNHAGEN, B. **New City Life**. The Danish Architectural Press, Denmark. 2006.
- GOMES, P.C.P. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOMES, M.A.S; SOARES, B.R. Reflexões sobre a qualidade ambiental urbana. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v.2, n.2.p.21-30, 2004.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, J.A.R. Psicologia Ambiental: algumas considerações sobre sua área de Pesquisa e Ensino. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 9, 1, p. 109-124, 1993.

HAHN, F. A.; BOVO, M. C.; RÉ, T. M. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, MS. v. 18 n. 31, p. 43-456, 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=221100>> . Acesso em: 14 abr.2017

LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, I. M. de M. F. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. *Scientia et Spes*. Teresina, ano 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência*. Guarapuava - PR, v. 1, n. 1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MACEDO et al. (2008). Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea: uma rede de pesquisa em âmbito nacional. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens Oliveira. **Coleção Paisagens Culturais**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008, v. 3, p. 286-297.

MANSO, J; SIMÕES, N. Os municípios e a qualidade de vida em Portugal: Proposta metodológica com vista à sua mensuração e ordenação. **Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social**. Universidade da Beira Interior, Covilhã. 2007.

MATTOS, K.A; CONSTANTINO, N.R.T. Os padrões urbanísticos e a gestão das cidades e suas (des)conexões com os espaços livres urbanos. **Espaços livres de uso público na cidade contemporânea**. v.1, p.11-32. Tupã: ANAP: 2016.

MIRANDA, A.G. et al. **Análise do Sistema de praças do centro urbano de Teresina-PI**. Projeto QUAPÁ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

MAGNOLI, M. M.. O Parque no desenho urbano. In: Paisagem e Ambiente: ensaios / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n.21, p.201-2013, São Paulo: FAU, 2006

NUCCI, J.C. **Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de planejamento da paisagem no distrito de Santa Cecília (MSP)**. São Paulo, 1996. (Doctoral Thesis in Geography) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, J. de Q.; ELALI, G. A.; FERNANDES, O. S. Observando a interação pessoa-ambiente: vestígios ambientais e mapeamento comportamental. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (orgs.). Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 75-104, 2008.

QUEIROGA, E. F.; BENFATTI, D. M. Sistemas de Espaços Livres Urbanos: Construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente**, São Paulo, n.24, p.81-87, dez. 2007.

OLIVEIRA, L.A.; MASCARÓ, J.J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, v. 7, n. 2, p. 59-69, 2007.

RAMOS, Márcia Eliane. **A cidade no capitalismo: o lugar do homem**. Boletim Goiano de Geografia, 17/(1): 53-62, jan/jun.1997.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. Public Squares in Brazil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROMANI, G. N.; GIMENES, R.; SILVA, M. T.; PIVETTA, K. F. L. Análise qualitativa da arborização na praça XV de novembro em Ribeirão Preto - SP, Brasil. **Revista Árvore**, v. 36, n. 3, p. 479-487, 2012

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.11, n. 2, São Paulo, 2009.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SANTOS, L. D.; MARTINS, I. A Qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. Porto. FEP. Universidade do Porto. **Working Papers**. n. 16, 38 p., mai. 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel,1985.88p.

SCHLEE, Mônica Bahia et al. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n. 26, 2009

SERPA, Ângelo. **O Espaço público na cidade contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2016. 208p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE TERESINA – SEMPLAN. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/teresina-em-bairros/>>. Acesso em: 14 abr. 2017

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992

TITTON, C.; LEITE, C. Reflexões acerca do papel da Arquitetura e do Urbanismo na cidade contemporânea. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** – FAU Mackenzie. v.11, n.1, São Paulo, 2011

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

YOUNG, C.E.F. & LUSTOSA, M.C.J. **A Questão Ambiental no Esquema Centro-periferia**. Economia, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, p. 201-221, jul./dez. 2003.

## APÊNDICE A

### Ficha 1 - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES

NOME DA PRAÇA: \_\_\_\_\_

LOCALIZAÇÃO: \_\_\_\_\_

FORMA GEOMÉTRICA:

QUADRANGULAR  CIRCULAR  RETANGULAR

OUTRA: \_\_\_\_\_ ÁREA: \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>

DATA DA AVALIAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

| EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS                | SIM | NÃO | QUANTIDADE | OBSERVAÇÕES |
|--|-----|-----|------------|-------------|
| 1. Bancos - material:                  |     |     |            |             |
| 2. Iluminação – ( ) alta ( ) baixa     |     |     |            |             |
| 3. Lixeira                             |     |     |            |             |
| 4. Sanitários                          |     |     |            |             |
| 5. Telefone público                    |     |     |            |             |
| 6. Bebedouro                           |     |     |            |             |
| 7. Caminhos – material:                |     |     |            |             |
| 8. Palco/coreto                        |     |     |            |             |
| 9. Obra de arte – qual:                |     |     |            |             |
| 10. Espelho d'gua/chafariz             |     |     |            |             |
| 11. Estacionamento                     |     |     |            |             |
| 13. Ponto de táxi                      |     |     |            |             |
| 14. Ponto de ônibus                    |     |     |            |             |
| 15. Quadra esportiva                   |     |     |            |             |
| 15. Para prática de exercícios físicos |     |     |            |             |
| 16. Academia da terceira idade         |     |     |            |             |
| 17. Parque Infantil                    |     |     |            |             |
| 18. Banca de revista                   |     |     |            |             |
| 19. Quiosque de alimentação ou similar |     |     |            |             |
| 20. Identificação                      |     |     |            |             |
| 21. Edificação Institucional           |     |     |            |             |
| 22. Templo religioso                   |     |     |            |             |

Fonte: De Angelis, Castro, De Angelis Neto (2004)

Adaptado por Lorena Moura (2018)

**APÊNDICE B****FICHA 02 – AVALIAÇÃO QUALITATIVA**

NOME DA PRAÇA: \_\_\_\_\_

LOCALIZAÇÃO: \_\_\_\_\_

| ESTRUTURAS AVALIADAS                       | NOTA | AUSÊNCIA | OBSERVAÇÕES |
|--|------|----------|-------------|
| 01. Bancos                                 |      |          |             |
| 02. Iluminação alta                        |      |          |             |
| 03. Iluminação baixa                       |      |          |             |
| 04. Lixeiras                               |      |          |             |
| 05. Sanitários                             |      |          |             |
| 06. Telefone público                       |      |          |             |
| 07. Bebedouros                             |      |          |             |
| 08. Piso                                   |      |          |             |
| 09. Traçado dos caminhos                   |      |          |             |
| 10. Palco/coreto                           |      |          |             |
| 11. Monumento                              |      |          |             |
| 12. Espelho d'água/chafariz                |      |          |             |
| 13. Estacionamento                         |      |          |             |
| 14. Ponto de ônibus                        |      |          |             |
| 15. Ponto de táxi                          |      |          |             |
| 16. Quadra esportiva                       |      |          |             |
| 17. Equipamentos para exercícios físicos   |      |          |             |
| 18. Estrutura para terceira idade          |      |          |             |
| 19. Parque infantil                        |      |          |             |
| 20. Banca de revista                       |      |          |             |
| 21. Quiosque para alimentação e/ou similar |      |          |             |
| 22. Vegetação                              |      |          |             |
| 23. Paisagismo                             |      |          |             |
| 24. Localização                            |      |          |             |
| 25. Conservação/limpeza                    |      |          |             |
| 26. Segurança                              |      |          |             |
| 27. Conforto Ambiental                     |      |          |             |

Fonte: De Angelis, Castro, De Angelis Neto (2004)  
Adaptado por Lorena Moura (2018)